



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MINAS GERAIS
Rua Gonçalves Dias, Nº 1260 - Bairro Funcionários - CEP 30140-096 - Belo Horizonte - MG - www.tjmg.jus.br
Andar: 7º

RELATÓRIO Nº 8760496 / 2022 - PRESIDÊNCIA/SUP-ADM/DEPLAG/ASPLAG

RELATÓRIO DE GESTÃO - EXERCÍCIO DE 2021

UNIDADE ORÇAMENTÁRIA 4031 - FUNDO ESPECIAL DO PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE MINAS GERAIS

SIGLAS E ABREVIATURAS

AGIN - Assessoria de Gestão da Inovação
CEJUSC - Centro Judiciário de Solução de Conflitos e Cidadania
CBMMG - Corpo de Bombeiros Militar do Estado de Minas Gerais
CGJ - Corregedoria-Geral de Justiça do Estado de Minas Gerais
CNJ - Conselho Nacional de Justiça
COINJ - Coordenadoria da Infância e da Juventude
COMSIV - Coordenadoria da Mulher em Situação de Violência Doméstica e Familiar
COSIP - Coordenadoria do Sistema de Informações e de Processos de Trabalho
COTRANS - Coordenação de Controle de Transporte
DEA - Despesas de Exercícios Anteriores
DEARHU - Diretoria Executiva de Administração de Recursos Humanos
DENGEP - Diretoria Executiva de Engenharia e Gestão Predial
DEPLAG - Diretoria Executiva de Planejamento Orçamentário e Qualidade na Gestão Institucional
DIRCOR - Diretoria Executiva da Atividade Correicional
DIRCOM - Diretoria Executiva de Comunicação
DIRDEP - Diretoria Executiva de Desenvolvimento de Pessoas
DIRFIN - Diretoria Executiva de Finanças e Execução Orçamentária
DIRFOR - Diretoria Executiva de Informática
DIRGED - Diretoria Executiva de Gestão da Informação Documental
DIRSEP - Diretoria Executiva da Gestão de Bens, Serviços e Patrimônio
DIRSUP - Diretoria Executiva de Suporte à Prestação Jurisdicional
EJEF - Escola Judicial Desembargador Edésio Fernandes
FEPJ - Fundo Especial do Poder Judiciário do Estado de Minas Gerais
GEJESP - Gerência de Suporte aos Juizados Especiais
GMF - Grupo de Monitoramento e Fiscalização do Sistema Carcerário e Socioeducativo
IPCA - Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo
IPC-Jus - Índice de Produtividade Comparada da Justiça
JESP - Juizado Especial
LDO - Lei de Diretrizes Orçamentárias
LGPD - Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais
NUPEMEC - Núcleo Permanente de Métodos Consensuais de Solução de Conflitos
PAI-PJ - Programa de Atenção Integral ao Paciente Judiciário
PCMG - Polícia Civil do Estado de Minas Gerais
PMMG - Polícia Militar do Estado de Minas Gerais
PROJEF - Programa Justiça Eficiente
SEI - Sistema Eletrônico de Informações

SEPAD - Secretaria de Padronização e Acompanhamento da Gestão Judiciária
SEPLAG/MG - Secretaria de Estado de Planejamento e Gestão
SEPLAN - Secretaria de Suporte ao Planejamento e à Gestão da Primeira Instância
SIAFI/MG - Sistema Integrado de Administração Financeira do Estado de Minas Gerais
SIGPlan - Sistema de Informações Gerais e de Planejamento do Estado de Minas Gerais
TCE/MG - Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais
TJMG - Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais
UO - Unidade Orçamentária

SUMÁRIO

1. APRESENTAÇÃO

2. PROPOSTA ORÇAMENTÁRIA 2020

2.1. Orçamento da Receita

2.2. Orçamento da Despesa

2.3. Créditos Suplementares

3. EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

3.1. Execução da Receita

3.2. Execução da Despesa

3.2.1. Ação 2055 - Auxílios Concedidos a Magistrados e Servidores

3.2.2. Ação 2025 - Gestão de Serviços de TIC

3.2.3. Ação 2091 - Obras e Gestão Predial

3.2.4. Ação 2109 - Formação, Aperfeiçoamento e Desenvolvimento Contínuo de Pessoas

3.2.5. Ação 4395 - Processamento Judiciário

3.2.6. Despesas de Exercícios Anteriores

4. PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO

5. ATOS DE GESTÃO

1ª Vice-Presidência - Área Judiciária

2ª Vice-Presidência - EJEJF

3ª Vice-Presidência

Corregedoria-Geral de Justiça do Estado de Minas Gerais

COINJ - Coordenadoria da Infância e da Juventude

COMSIV - Coordenadoria da Mulher em Situação de Violência Doméstica e Familiar

DEARHU - Diretoria Executiva de Administração de Recursos Humanos

DENGEP - Diretoria Executiva de Engenharia e Gestão Predial

DIRCOM - Diretoria Executiva de Comunicação

DIRFIN - Diretoria Executiva de Finanças e Execução Orçamentária

DIRFOR - Diretoria Executiva de Informática

DIRSEP - Diretoria Executiva da Gestão de Bens, Serviços e Patrimônio

Juizados Especiais

Núcleo de Voluntariado

Ouvidoria

PAI-PJ - Programa de Atenção Integral ao Paciente Judiciário

Precatórios

Sistema Eletrônico de Informações - SEI

1. APRESENTAÇÃO

O presente relatório tem como objetivo apresentar os atos de gestão concernentes ao exercício de 2021, relativos à Unidade Orçamentária 4031 – Fundo Especial do Poder Judiciário do Estado de Minas Gerais – FEPJ, demonstrando o processo de elaboração do orçamento anual (2 – *Proposta Orçamentária*), a execução orçamentária e das metas

estabelecidas, conforme conteúdo programático (3 – *Execução Orçamentária*), os resultados alcançados no âmbito do Planejamento e Gestão Estratégicos (4 – *Planejamento Estratégico*) e os atos de gestão realizados ao longo do ano (5 – *Atos de Gestão*).

Constitui-se como parte integrante da prestação anual de contas a ser apresentada pelo TJMG, em conformidade com o conjunto normativo editado pelo Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais – TCE/MG.

Em atendimento aos preceitos da Portaria Conjunta nº 1.281/PR/2021, que dispõe sobre as datas-limite e atividades relativas ao encerramento do exercício financeiro e à apresentação e formalização das prestações de contas do Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais e do Fundo Especial do Poder Judiciário, exercício de 2021, é atribuição da Diretoria Executiva de Planejamento Orçamentário e Qualidade na Gestão Institucional – DEPLAG a produção do documento.

No exercício em análise, ocorreu a publicação da Resolução nº 969/2021, que dispõe sobre os Comitês de Assessoramento à Presidência, estabelece a estrutura e o funcionamento das unidades organizacionais da Secretaria do Tribunal de Justiça diretamente vinculadas ou subordinadas à Presidência, revogando a Resolução 854/2017.

Dentre os “considerandos” do normativo, destaca-se a “necessidade de aprimorar o processo decisório inerente à gestão no Tribunal de Justiça, para garantir o cumprimento de políticas, diretrizes e premissas básicas previstas para o Poder Judiciário, bem como assegurar as ações de assessoramento à Presidência e de representação política, social e institucional do Presidente do Tribunal de Justiça”.

Nesse sentido, foram constituídos como órgãos de assessoramento deliberativo da Presidência, conforme inciso I do artigo 2º:

“Art. 2º São órgãos de Assessoramento à Presidência:

I - Órgãos de Assessoramento Deliberativo:

- a) Comitê de Governança e Gestão Estratégica;*
- b) Comitê Executivo de Gestão Institucional;*
- c) Comitê Institucional de Inteligência;*
- d) Comitê de Monitoramento e Suporte à Prestação Jurisdicional;*
- e) Comitê de Tecnologia da Informação e Comunicação;*
- f) Comitê Gestor de Segurança da Informação;”*

Por seu turno, a Comissão de Orçamento, Planejamento e Finanças também possui papel relevante no fluxo decisório dos atos de gestão, competindo-lhe, conforme artigo 48 do Regimento Interno do TJMG, emitir parecer sobre as propostas para as leis de diretrizes orçamentárias e do orçamento anual, no âmbito do Poder Judiciário, bem como acompanhar a execução do orçamento mediante o exame dos relatórios periódicos apresentados pela unidade administrativa competente e a elaboração dos estudos relacionados ao orçamento e oferecer sugestões à direção do Tribunal ou ao Órgão Especial.

Insta também mencionar os Comitês Orçamentários de 1º e de 2º Grau, instituídos, respectivamente, por meio das Resoluções TJMG nº 834/2016 e nº 835/2016, em atendimento à Resolução CNJ nº 195/2014. A sua criação, com composição e atribuições específicas, reflete um modelo gerencial orientado para a gestão compartilhada, buscando tornar mais efetiva a participação de magistrados e servidores na formulação da peça orçamentária.

Todos esses órgãos compuseram o corpo decisório e participativo ao longo de 2021, ano de gestão do Exmo. Presidente, Desembargador Gilson Soares Lemes.

2. PROPOSTA ORÇAMENTÁRIA 2021

Na UO 4031 – FEPJ foram programadas as despesas correntes e de capital associadas ao Fundo Especial do Poder Judiciário do Estado de Minas Gerais, criado pela Lei nº 20.802, de 26 de julho de 2013, com o objetivo de assegurar recursos necessários ao desenvolvimento das atividades específicas do Poder Judiciário.

A proposta orçamentária de 2021 foi elaborada conforme os preceitos estabelecidos na Lei Estadual nº 23.685, de 07 de agosto de 2020 (Lei de Diretrizes Orçamentárias – LDO).

Também teve embasamento na estimativa de receitas para o período, nas diretrizes estabelecidas pela Alta Administração do TJMG e nas programações de despesas informadas pelas denominadas áreas gestoras de orçamento, estabelecidas em consonância com as contratações vigentes e respectivos planejamentos internos.

Ademais, outros fatores tiveram grande importância na construção da proposta como o Planejamento Estratégico do TJMG e os normativos do CNJ pertinentes ao assunto, especialmente a Resolução CNJ nº 195/2014, que dispõe sobre a distribuição de orçamento nos órgãos do Poder Judiciário de primeiro e segundo grau, e a Resolução CNJ nº 325/2020, que trata da Estratégia Nacional do Poder Judiciário para o sexênio 2021-2026.

Concluído o processo de consolidação, a proposta orçamentária do TJMG para o exercício de 2021 foi apreciada pelo Órgão Especial, em 25/08/2020, tendo sido, na ocasião, aprovada para encaminhamento ao Poder Executivo Estadual.

2.1. Orçamento da Receita

O orçamento previsto de receitas para o financiamento das despesas estimadas foi composto considerando as seguintes fontes de recursos:

- 24 – Convênios com a União e suas Entidades;
- 47 – Alienação de Bens de Entidades Estaduais;
- 60 – Recursos Diretamente Arrecadados;
- 61 – Recursos Diretamente Arrecadados com Vinculação Específica;
- 70 – Convênios com os Estados, o Distrito Federal, os Municípios, as Instituições Privadas e os Organismos do Exterior;
- 77 – Taxa de Fiscalização Judiciária e Taxas e Multas Judiciais.

Para composição do orçamento do FEPJ, foi considerada a receita orçamentária total prevista para a UO 4031, consignada na Lei Estadual nº. 23.751, de 30 de dezembro de 2020, a Lei Orçamentária Anual de 2021, montante de R\$1.602.810.280 (um bilhão, seiscentos e dois milhões, oitocentos e dez mil e duzentos e oitenta reais).

O quadro abaixo compara os recursos financeiros estimados para os anos de 2020 e 2021.

Quadro I - Estimativa de Recursos Financeiros - 2020 x 2021

Unidade Orçamentária 1031					
Fonte	Código	Especificação	2020 (R\$)	2021 (R\$)	Variação %
60	1321.00.1.0.00.000	Remuneração de Depósitos Bancários	18.750.000	21.007.552	12,04%
	1922.99.1.0.00.000	Outras Restituições	6.000	6.000	0,00%
	1990.99.1.0.00.000	Outras Receitas - Primárias	6.000	6.000	0,00%
Valor Total - UO 1031			18.762.000	21.019.552	12,03%
Unidade Orçamentária 4031					
Fonte	Código	Especificação	2020 (R\$)	2021 (R\$)	Variação %
60	1310.02.1.0.00.000	Concessão, Permissão, Autorização ou Cessão do Direito de Uso de Bens Imóveis Públicos	341.310	482.820	41,46%
	1321.00.1.1.01.000	Remuneração de Depósitos Bancários	112.664.623	110.220.503	-2,17%
	1360.01.1.0.00.000	Cessão do Direito de Operacionalização de Pagamentos	27.500.000	-	-100,00%
	1610.01.1.0.00.000	Serviços Administrativos e Comerciais Gerais	128.487.729	131.002.382	1,96%
	1610.02.1.0.00.000	Inscrição em Concursos e Processos Seletivos	4.150.000	4.550.000	9,64%
	1690.99.1.0.00.000	Outros Serviços	6.000	1.356	-77,40%
	1910.01.1.0.00.000	Multas Previstas em Legislação Específica	928.535	840.327	-9,50%
	1910.09.1.1.01.000	Multas e Juros Previstos em Contratos	6.000	6.000	0,00%
	1921.99.1.1.01.999	Outras Indenizações	6.000	6.000	0,00%
	1922.99.1.1.99.000	Outras Restituições	6.000	6.000	0,00%
	1990.99.1.0.00.000	Outras Receitas - Primárias	24.965.996	40.511.464	62,27%
	7310.02.1.1.01.001	Receita Intraorçamentária - Concessão, Permissão, Autorização ou Cessão do Direito de Uso de Bens Imóveis Públicos	5.653.835	2.495.196	-55,87%
	7610.01.1.1.01.000	Receita Intraorçamentária - Serviços Administrativos e Comerciais Gerais	233.137.937	246.347.558	5,67%
Valor Total - Fonte 60			537.853.965	536.469.606	-0,26%
	1718.10.9.1.02.001	Outras Transferências de Convênios da União	96.000	36.002	-62,50%

24	1321.00.1.1.01.000	Remuneração de Depósitos Bancários	1.272	1.579	24,14%
Valor Total - Fonte 24			97.272	37.581	-61,37%
70	1738.10.9.1.02.001	Outras Transferências de Convênios dos Municípios	1.316.000	948.000	-27,96%
	1321.00.1.1.01.000	Remuneração de Depósitos Bancários	28.824	37.111	28,75%
Valor Total - Fonte 70			1.344.824	985.111	-26,75%
77	1121.01.1.0.00.000	Taxas de Inspeção, Controle e Fiscalização	788.254.236	779.252.969	-1,14%
	1122.01.1.0.00.000	Taxa pela Prestação de Serviços	-	117.059.885	-
	1122.02.1.0.00.000	Emolumentos e Custas Judiciais	228.596.502	121.317.105	-46,93%
	1910.08.1.1.01.000	Multas Decorrentes de Sentenças Judiciais - Principal - Multas Pecuniárias e Juros de Mora Fixados em Sentenças Judiciais	148.022	923.364	523,80%
	1910.09.1.0.00.000	Multas e Juros Previstos em Contratos	860.655	618.107	-28,18%
	1921.99.1.1.01.999	Outras Indenizações	6.000	6.000	0,00%
	1922.99.1.1.99.000	Outras Restituições	6.000	6.000	0,00%
	1990.99.1.1.99.000	Outras Receitas - Primárias	6.000	6.000	0,00%
Valor Total - Fonte 77			1.017.877.415	1.019.189.430	0,13%
47	2213.00.1.0.00.000	Alienação de Bens Móveis e Semoventes	1.200.000	2.400.000	100,00%
Valor Total - Fonte 47			1.200.000	2.400.000	100,00%
61	1610.01.1.1.23.003	Serviços Administrativos e Comerciais Gerais - Principal - Poder Judiciário - Verba Indenizatória de Transporte Custeada pelas Partes	17.281.776	22.000.000	27,30%
Valor Total - Fonte 61			17.281.776	22.000.000	27,30%
Valor Total - UO 4031			1.575.655.252	1.581.081.728	0,34%
Recursos Recebidos de Órgãos e Entidades do Orçamento Fiscal + "91 - Taxa de Expediente"			780.000	710.000	-8,97%
Recursos Repassados a Órgãos e Entidades do Orçamento Fiscal			1.000	1.000	0,00%
TOTAL GERAL - RECEITAS PREVISTAS			1.595.196.252	1.602.810.280	0,48%

Fonte: Leis Orçamentárias Anuais de 2020 e 2021.

*Informamos que o valor de R\$ 1.000,00 não está incluído no Total Geral das Receitas Previstas.

Cumprе mencionar que a receita estimada referente à UO 1031 foi alocada na UO 4031 com o objetivo de custear parte das despesas correntes previstas. Em resumo, percebe-se pequena variação positiva no total de 2021 em comparação ao exercício anterior (0,48%).

O próximo quadro resume os valores da previsão de receitas relativa a 2021 por fonte de recursos, incluídos os repasses da UO 1031 e de órgãos e entidades do orçamento fiscal para composição do FEPJ, considerados no cômputo da fonte 60.

Quadro II - Estimativa de Recursos Financeiros por Fonte

Fonte	Especificação	IPU	Valor (R\$)
24	Convênios com a União e suas Entidades	1	37.581
47	Alienação de Bens de Entidades Estaduais	1	2.400.000
		1	487.373.017
		2	21.679.552

60	Recursos Diretamente Arrecadados	7	49.096.589
		Total	558.149.158
61	Recursos Diretamente Arrecadados com Vinculação Específica	1	22.000.000
70	Convênios com os Estados, o Distrito Federal, os Municípios, as Instituições Privadas e os Organismos do Exterior	1	985.111
77	Taxa de Fiscalização Judiciária e Taxas e Multas Judiciais*	1	1.019.188.430
91	Taxa de Expediente - Administração Indireta	2	50.000
VALOR TOTAL			1.602.810.280

Fonte: Lei Orçamentária Anual 2020.

*R\$1.000 repassados à UO 1191 - Secretaria de Estado de Fazenda.

2.2. Orçamento da Despesa

O orçamento referente à UO 4031 aprovado para o ano de 2021 totalizou o montante de R1.602.810.280 (um bilhão, seiscentos e dois milhões, oitocentos e dez mil e duzentos e oitenta reais), distribuído em ações orçamentárias e por Grupos de Despesa da forma como se demonstra no quadro seguinte.

Quadro III - UO 4031 por Ação Orçamentária e por Grupo de Despesa

Ação	Descrição	3 - Outras Despesas Correntes (R\$)	4 - Investimentos (R\$)	TOTAL (R\$)
2055	AUXÍLIOS CONCEDIDOS A MAGISTRADOS E SERVIDORES	82.862.030	-	82.862.030
2025	GESTÃO DE SERVIÇOS DE TIC	72.779.247	59.712.196	132.491.443
2091	OBRAS E GESTÃO PREDIAL	98.881.151	319.077.043	417.958.194
2109	FORMAÇÃO, APERFEIÇOAMENTO E DESENVOLVIMENTO CONTÍNUO DE PESSOAS	5.000.000	-	5.000.000
4395	PROCESSAMENTO JUDICIÁRIO	875.344.026	89.154.587	964.498.613
TOTAL		1.134.866.454	467.943.826	1.602.810.280

Fonte: Lei Orçamentária Anual de 2021.

Importante mencionar a considerável parcela do orçamento disponibilizada para as despesas de investimento, valor percentual superior a 29% do total, em função, principalmente, da continuidade da política de aceleração de obras em todo o Estado.

O quadro seguinte confronta os números de 2020 e 2021 por ações orçamentárias.

Quadro IV - Despesas Orçadas - 2020 x 2021

Ação	Descrição	2020 (R\$)	2021 (R\$)	Varição
2055	AUXÍLIOS CONCEDIDOS A MAGISTRADOS E SERVIDORES	137.225.601	82.862.030	-39,62%
2025	GESTÃO DE SERVIÇOS DE TIC	116.939.380	132.491.443	13,30%
2091	OBRAS E GESTÃO PREDIAL	390.962.330	417.958.194	6,90%

2109	FORMAÇÃO, APERFEIÇOAMENTO E DESENVOLVIMENTO CONTÍNUO DE PESSOAS	5.111.698	5.000.000	-2,19%
4395	PROCESSAMENTO JUDICIÁRIO	944.957.243	964.498.613	2,07%
TOTAL		1.595.196.252	1.602.810.280	0,48%

Fonte: Leis Orçamentárias Anuais de 2020 e 2021.

Em comparação ao orçamento inicialmente aprovado para o exercício de 2020, observa-se discreta variação positiva de 0,48% no valor orçamentário de 2021, a exemplo, naturalmente, do que ocorreu com a previsão de receitas.

Nesse aspecto, insta destacar as ações que apresentam maiores índices de crescimento, quais sejam, a ação 2025 – Gestão de Serviços de TIC (13,30%) e a ação 2091 – Obras e Gestão Predial (6,90%).

2.3. Créditos Suplementares

Não houve, durante o exercício de 2021, necessidade de readequação ou remanejamento do orçamento inicialmente aprovado. Nesse sentido, não foi encaminhada solicitação para abertura de créditos suplementares em favor da UO 4031.

3. EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

Nesta seção estão demonstrados os resultados apurados referentes à arrecadação de receitas e repasses de recursos financeiros (item 3.1), bem como à execução das despesas, com apresentação de dados relativos aos gastos e análise pormenorizada do realizado em cada ação orçamentária (item 3.2).

De forma semelhante ao que ocorreu em 2020, o ano de 2021 apresentou cenário de incertezas de ordem sanitária e econômica, dentre outros aspectos, especialmente em razão das necessárias medidas de contenção da pandemia causada pelo novo coronavírus (COVID-19). Em que pese ter havido notável avanço no processo de vacinação da população, o aparecimento de novas variantes do vírus é um desafio à realização de projeções com alto nível de precisão.

Assim, em breve análise do panorama econômico, percebe-se variação nas parametrizações macroeconômicas utilizadas para elaboração do projeto de lei orçamentária. A título de exemplificação, o Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo – IPCA acumulado para o ano de 2021 atingiu o percentual de 10,06%, ultrapassando significativamente o teto da meta governamental para o período (5,25%), bem como o referencial estabelecido na LDO (3,60%).

3.1. Execução da Receita

Os quadros seguintes comparam a previsão de receita para o exercício (valor inicial e atualizado) e a efetiva arrecadação, apresentando os números, respectivamente, por fonte de recursos e por classificação de receita.

Quadro V - Receita Prevista x Arrecadada - 2021 - Por Fonte de Recursos

Unidade Orçamentária 1031					
Fonte	Especificação	Valor Previsto Inicial (R\$)	Valor Previsto Atualizado (R\$)	Valor Arrecadado (R\$)	% Variação - Arrecadado / Previsto Atualizado
60	RECURSOS DIRETAMENTE ARRECADADOS	21.019.552	21.019.552	61.876.864,50	194,38%
TOTAL UO 1031		21.019.552	21.019.552	61.876.864,50	194,38%
Unidade Orçamentária 4031					
Fonte	Especificação	Valor Previsto Inicial (R\$)	Valor Previsto Atualizado (R\$)	Valor Arrecadado (R\$)	% Variação - Arrecadado / Previsto Atualizado
24	CONVÊNIOS COM A UNIÃO E SUAS ENTIDADES	37.581	37.581	11.075,13	-70,53%
47	ALIENAÇÃO DE BENS DE ENTIDADES ESTADUAIS	2.400.000	2.400.000	737.364,00	-69,28%
60	RECURSOS DIRETAMENTE ARRECADADOS	536.469.606	536.469.606	355.533.504,34	-33,73%
61	RECURSOS DIRETAMENTE ARRECADADOS COM VINCULAÇÃO ESPECÍFICA	22.000.000	22.000.000	28.062.859,94	27,56%
70	CONVÊNIOS COM OS ESTADOS, O DISTRITO FEDERAL, OS MUNICÍPIOS, AS INSTITUIÇÕES PRIVADAS E OS ORGANISMOS DO EXTERIOR	985.111	985.111	150.165,28	-84,76%

77	TAXA DE FISCALIZAÇÃO JUDICIÁRIA E TAXAS E MULTAS JUDICIAIS	1.019.189.430	1.019.196.282	1.293.108.165,67	26,88%
TOTAL UO 4031		1.581.081.728	1.581.088.580	1.677.603.134,36	6,10%

Fonte: Armazém de Informações - BO SIAFI/MG.

Nota: Os valores arrecadados não contemplam as transferências financeiras feitas pelos Órgãos com os quais o FEPJ firmou convênio.

Quadro VI - Receita Prevista x Arrecadada - 2021 - Por Classificação de Receita

Unidade Orçamentária 1031						
Fonte	Código	Especificação	Valor Previsto Inicial (R\$)	Valor Previsto Atualizado (R\$)	Valor Arrecadado (R\$)	% Variação - Arrecadado / Previsto Atualizado
60	1321001101000	REMUNERACAO DE DEPOSITOS BANCARIOS - PRINCIPAL	21.007.552	21.007.552	61.616.192,81	193,30%
60	1922991199000	OUTRAS RESTITUICOES - PRINCIPAL - DEMAIS	6.000	6.000	260.281,69	4238,03%
60	1990991199000	OUTRAS RECEITAS - PRIMARIAS - PRINCIPAL - DEMAIS	6.000	6.000	390,00	-93,50%
Valor Total - UO 1031			21.019.552	21.019.552	61.876.864,50	194,38%
Unidade Orçamentária 4031						
Fonte	Código	Especificação	Valor Previsto Inicial (R\$)	Valor Previsto Atualizado (R\$)	Valor Arrecadado (R\$)	% Variação - Arrecadado / Previsto Atualizado
24	1321001101000	REMUNERACAO DE DEPOSITOS BANCARIOS - PRINCIPAL	1.579	1.579	-	-100,00%
24	1718109102001	CONSELHO REGIONAL DE ENFERMAGEM DE MINAS GERAIS/TRIBUNAL DE JUSTICA DO ESTADO DE MINAS GERAIS	36.002	36.002	11.075,13	-69,24%
Valor Total - Fonte 24			37.581	37.581	11.075,13	-70,53%
47	2213001199000	ALIENACAO DE BENS MOVEIS E SEMOVENTES - PRINCIPAL - DEMAIS	2.400.000	2.400.000	737.364,00	-69,28%
Valor Total - Fonte 47			2.400.000	2.400.000	737.364,00	-69,28%
60	1310021101001	CONCESSAO, PERMISSAO, AUTORIZACAO OU CESSAO DO DIREITO DE USO DE BENS IMOVEIS PUBLICOS - PRINCIPAL - CONCESSAO DE DIREITO REAL DE USO DE AREA PUBLICA	482.820	482.820	308.558,01	-36,09%
60	1321001101000	REMUNERACAO DE DEPOSITOS BANCARIOS - PRINCIPAL	110.220.503	110.220.503	100.664.672,56	-8,67%
60	1610011101000	SERVICOS ADMINISTRATIVOS E COMERCIAIS GERAIS - PRINCIPAL - ADMINISTRACAO DE DEPOSITOS JUDICIAIS	112.221.085	112.221.085	95.276.691,09	-15,10%
60	1610011123002	SERVICOS ADMINISTRATIVOS E COMERCIAIS GERAIS - PRINCIPAL - PODER JUDICIARIO - DESPESAS PROCESSUAIS	16.772.472	16.772.472	18.359.657,55	9,46%
60	1610011223002	SERVICOS ADMINISTRATIVOS E COMERCIAIS GERAIS - MULTAS E JUROS - PODER JUDICIARIO - DESPESAS PROCESSUAIS	382	382	175,33	-54,10%
60	1610011323002	SERVICOS ADMINISTRATIVOS E COMERCIAIS GERAIS - DIVIDA ATIVA - PODER JUDICIARIO - DESPESAS PROCESSUAIS	1.752.745	1.752.745	1.528.582,11	-12,79%
60	1610011423002	SERVICOS ADMINISTRATIVOS E COMERCIAIS GERAIS - DIVIDA ATIVA - MULTAS E JUROS - PODER JUDICIARIO - DESPESAS PROCESSUAIS	255.698	255.698	156.223,85	-38,90%
60	1610021101000	INSCRICAO EM CONCURSOS E PROCESSOS SELETIVOS - PRINCIPAL	4.550.000	4.550.000	4.347.900,01	-4,44%
60	1690991101000	OUTROS SERVICOS - PRINCIPAL	1.356	1.356	-	-100,00%
60	1910011108001	MULTAS PREVISTAS EM LEGISLACAO ESPECIFICA - PRINCIPAL - MULTA ADMINISTRATIVA DISCIPLINAR - NOTARIOS E REGISTRADORES - PRINCIPAL	825.016	825.016	709.856,13	-13,96%
60	1910011108002	MULTAS PREVISTAS EM LEGISLACAO ESPECIFICA - PRINCIPAL - MULTA ADMINISTRATIVA DISCIPLINAR - NOTARIOS E REGISTRADORES - CORRECAO MONETARIA	7.569	7.569	15.424,22	103,78%
60	1910011208001	MULTAS PREVISTAS EM LEGISLACAO ESPECIFICA - MULTAS E JUROS - MULTA ADMINISTRATIVA DISCIPLINAR - NOTARIOS E REGISTRADORES - PRINCIPAL	7.742	7.742	2.306,37	-70,21%
60	1910091101000	MULTAS E JUROS PREVISTOS EM CONTRATOS - PRINCIPAL	6.000	6.000	6.014.928,44	100148,81%

60	1921991101999	OUTRAS INDENIZACOES - PRINCIPAL - OUTROS	6.000	6.000	5.578,15	-7,03%
60	1922991199000	OUTRAS RESTITUICOES - PRINCIPAL - DEMAIS	6.000	6.000	831.684,99	13761,42%
60	1990991109001	OUTRAS RECEITAS - PRIMARIAS - PRINCIPAL - EXCEDENTE AO TETO DOS INTERINOS - NOTARIOS E REGISTRADORES - PRINCIPAL	38.905.613	38.905.613	123.431.333,45	217,26%
60	1990991109002	OUTRAS RECEITAS - PRIMARIAS - PRINCIPAL - EXCEDENTE AO TETO DOS INTERINOS - NOTARIOS E REGISTRADORES - CORRECAO MONETARIA	84.046	84.046	30.211,51	-64,05%
60	1990991199000	OUTRAS RECEITAS - PRIMARIAS - PRINCIPAL - DEMAIS	1.255.285	1.255.285	1.585.175,70	26,28%
60	1990991209001	OUTRAS RECEITAS - PRIMARIAS - MULTAS E JUROS - EXCEDENTE AO TETO DOS INTERINOS - NOTARIOS E REGISTRADORES - PRINCIPAL	266.520	266.520	83.664,68	-68,61%
60	7310021101001	RECEITA INTRAORCAMENTARIA - CONCESSAO, PERMISSAO, AUTORIZACAO OU CESSAO DO DIREITO DE USO DE BENS IMOVEIS PUBLICOS - PRINCIPAL - CONCESSAO DE DIREITO REAL DE USO DE AREA PUBLICA	2.495.196	2.495.196	2.180.880,19	-12,60%
60	7610011101000	RECEITA INTRAORCAMENTARIA - SERVICOS ADMINISTRATIVOS E COMERCIAIS GERAIS - PRINCIPAL - ADMINISTRACAO DE DEPOSITOS JUDICIAIS	246.347.558	246.347.558	-	-100,00%
Valor Total - Fonte 60			536.469.606	536.469.606	355.533.504,34	-33,73%
61	1610011123003	SERVICOS ADMINISTRATIVOS E COMERCIAIS GERAIS - PRINCIPAL - PODER JUDICIARIO - VERBA INDENIZATORIA DE TRANSPORTE CUSTEADA PELAS PARTES	22.000.000	22.000.000	28.062.859,94	27,56%
Valor Total - Fonte 61			22.000.000	22.000.000	28.062.859,94	27,56%
70	1321001101000	REMUNERACAO DE DEPOSITOS BANCARIOS - PRINCIPAL	37.111	37.111	-	-100,00%
70	1738109102001	DIVERSOS MUNICIPIOS/TRIBUNAL DE JUSTICA DO ESTADO DE MINAS GERAIS	948.000	948.000	150.165,28	-84,16%
Valor Total - Fonte 70			985.111	985.111	150.165,28	-84,76%
77	1121011102000	TAXA DE FISCALIZACAO JUDICIARIA - PRINCIPAL	775.279.687	775.279.687	1.054.188.777,66	35,98%
77	1121011202000	TAXA DE FISCALIZACAO JUDICIARIA - MULTAS E JUROS	1.643.662	1.643.662	1.555.703,98	-5,35%
77	1121011302000	TAXA DE FISCALIZACAO JUDICIARIA - DIVIDA ATIVA	2.323.620	2.323.620	185.925,74	-92,00%
77	1121011402000	TAXA DE FISCALIZACAO JUDICIARIA - DIVIDA ATIVA - MULTAS E JUROS	6.000	6.000	272.632,59	4443,88%
77	1122011102000	RECEITA JUDICIARIA - PRINCIPAL - JUIZADO ESPECIAL	12.910.740	12.910.740	-	-100,00%
77	1122011108000	TAXA JUDICIARIA - PRINCIPAL	98.984.880	98.984.880	-	-100,00%
77	1122011202000	RECEITA JUDICIARIA - MULTAS E JUROS - JUIZADO ESPECIAL	148	148	-	-100,00%
77	1122011208000	TAXA JUDICIARIA - MULTAS E JUROS	752	752	-	-100,00%
77	1122011302000	RECEITA JUDICIARIA - DIVIDA ATIVA - JUIZADO ESPECIAL	879.120	879.120	-	-100,00%
77	1122011308000	TAXA JUDICIARIA - DIVIDA ATIVA	3.602.484	3.602.484	-	-100,00%
77	1122011402000	RECEITA JUDICIARIA - DIVIDA ATIVA - MULTAS E JUROS - JUIZADO ESPECIAL	122.744	122.744	-	-100,00%
77	1122011408000	TAXA JUDICIARIA - DIVIDA ATIVA - MULTAS E JUROS	559.017	559.017	-	-100,00%
77	1122021101000	EMOLUMENTOS E CUSTAS JUDICIAIS - PRINCIPAL - CUSTAS JUDICIAIS - JUSTICA COMUM	113.666.580	113.666.580	114.464.499,18	0,70%
77	1122021102000	EMOLUMENTOS E CUSTAS JUDICIAIS - PRINCIPAL - CUSTAS JUDICIAIS - JUIZADO ESPECIAL	-	1.000	10.097.715,67	1009671,57%
77	1122021103000	EMOLUMENTOS E CUSTAS JUDICIAIS - PRINCIPAL - TAXA JUDICIARIA	-	1.000	94.808.357,42	9480735,74%
77	1122021201000	EMOLUMENTOS E CUSTAS JUDICIAIS - MULTAS E JUROS - CUSTAS JUDICIAIS - JUSTICA COMUM	1.340	1.340	574,29	-57,14%
77	1122021202000	EMOLUMENTOS E CUSTAS JUDICIAIS - MULTAS E JUROS - CUSTAS JUDICIAIS - JUIZADO ESPECIAL	-	100	28,85	-71,15%
77	1122021203000	EMOLUMENTOS E CUSTAS JUDICIAIS - MULTAS E JUROS - TAXA JUDICIARIA	-	752	395,80	-47,37%
77	1122021301000	EMOLUMENTOS E CUSTAS JUDICIAIS - DIVIDA ATIVA - CUSTAS JUDICIAIS - JUSTICA COMUM	6.471.888	6.471.888	5.690.272,53	-12,08%
77	1122021302000	EMOLUMENTOS E CUSTAS JUDICIAIS - DIVIDA ATIVA - CUSTAS JUDICIAIS - JUIZADO ESPECIAL	-	1.000	614.504,90	61350,49%

77	1122021303000	EMOLUMENTOS E CUSTAS JUDICIAIS - DIVIDA ATIVA - TAXA JUDICIARIA	-	1.000	3.199.978,68	319897,87%
77	1122021401000	EMOLUMENTOS E CUSTAS JUDICIAIS - DIVIDA ATIVA - MULTAS E JUROS - CUSTAS JUDICIAIS - JUSTICA COMUM	1.177.297	1.177.297	651.485,08	-44,66%
77	1122021402000	EMOLUMENTOS E CUSTAS JUDICIAIS - DIVIDA ATIVA - MULTAS E JUROS - CUSTAS JUDICIAIS - JUIZADO ESPECIAL	-	1.000	68.553,22	6755,32%
77	1122021403000	EMOLUMENTOS E CUSTAS JUDICIAIS - DIVIDA ATIVA - MULTAS E JUROS - TAXA JUDICIARIA	-	1.000	325.172,83	32417,28%
77	1910081101000	MULTAS DECORRENTES DE SENTENCAS JUDICIAIS - PRINCIPAL - MULTAS PECUNIARIAS E JUROS DE MORA FIXADOS EM SENTENCAS JUDICIAIS	923.364	923.364	3.962.710,38	329,16%
77	1910091101000	MULTAS E JUROS PREVISTOS EM CONTRATOS - PRINCIPAL	618.107	618.107	3.015.568,74	387,87%
77	1921991101999	OUTRAS INDENIZACOES - PRINCIPAL - OUTROS	6.000	6.000	-	-100,00%
77	1922991199000	OUTRAS RESTITUICOES - PRINCIPAL - DEMAIS	6.000	6.000	5.308,13	-11,53%
77	1990991199000	OUTRAS RECEITAS - PRIMARIAS - PRINCIPAL - DEMAIS	6.000	6.000	-	-100,00%
Valor Total - Fonte 77			1.019.189.430	1.019.196.282	1.293.108.165,67	26,88%
Valor Total - UO 4031			1.581.081.728	1.581.088.580	1.677.603.134,36	6,10%

Fonte: Armazém de Informações - BO SIAFI/MG.

O próximo quadro apresenta comparativo entre os valores de receita arrecadados nos exercícios de 2020 e 2021.

Percebe-se, no caso de ambas as unidades orçamentárias, significativo aumento do montante contabilizado no exercício de 2021, quando confrontado com o apurado em 2020, crescimento percentual de 89,34%, no caso da UO 1031, e cerca de 26%, se considerada a UO 4031.

Quadro VII - Receita Arrecadada - 2020 x 2021

Unidade Orçamentária 1031				
Fonte de Recursos		Valor Arrecadado (R\$)		% Variação
Código	Especificação	2020	2021	
60	RECURSOS DIRETAMENTE ARRECADADOS	32.681.110,52	61.876.864,50	89,34%
TOTAL UO 1031		32.681.110,52	61.876.864,50	89,34%
Unidade Orçamentária 4031				
Fonte de Recursos		Valor Arrecadado (R\$)		% Variação
Código	Especificação	2020	2021	
24	CONVÊNIO COM A UNIÃO E SUAS ENTIDADES	19.231,91	11.075,13	-42,41%
47	ALIENAÇÃO DE BENS DE ENTIDADES ESTADUAIS	4.240.824,00	737.364,00	-82,61%
60	RECURSOS DIRETAMENTE ARRECADADOS	343.049.610,23	355.533.504,34	3,64%
61	RECURSOS DIRETAMENTE ARRECADADOS COM VINCULAÇÃO ESPECÍFICA	24.316.111,43	28.062.859,94	15,41%
70	CONVÊNIO COM OS ESTADOS, O DISTRITO FEDERAL, OS MUNICÍPIOS, AS INSTITUIÇÕES PRIVADAS E OS ORGANISMOS DO EXTERIOR	286.153,87	150.165,28	-47,52%
77	TAXA DE FISCALIZAÇÃO JUDICIÁRIA E TAXAS E MULTAS JUDICIAIS	959.594.128,78	1.293.108.165,67	34,76%
TOTAL UO 4031		1.331.506.060,22	1.677.603.134,36	25,99%

Fonte: Armazém de Informações - BO SIAFI/MG.

3.2. Execução da Despesa

As despesas realizadas por meio da UO 4031 totalizaram, em 2021, R\$1.323.292.689,51 (um bilhão, trezentos e vinte e três milhões, duzentos e noventa e dois mil, seiscentos e oitenta e nove reais e cinquenta e um centavos), o que representa um percentual de execução de 82,57% em relação ao Crédito Autorizado, conforme evidencia o próximo quadro.

Quadro VIII - Crédito Inicial x Autorizado x Despesa Realizada - 2021

Ação	Grupo	Fonte	Proced.	Crédito Inicial (R\$)	Anulação Crédito (R\$)	Crédito Autorizado (R\$)	Despesa Realizada (R\$)	% Execução
2025	3	60	1	14.111.250,00	-	14.111.250,00	7.465.695,71	52,91%
2025	3	77	1	58.667.997,00	-	58.667.997,00	56.551.398,93	96,39%
2025	4	60	1	5.763.750,00	-	5.763.750,00	379.600,00	6,59%
2025	4	77	1	53.948.446,00	-	53.948.446,00	52.919.433,63	98,09%
2055	3	60	1	33.765.441,00	-	33.765.441,00	33.765.441,00	100,00%
2055	3	60	7	49.096.589,00	-	49.096.589,00	49.096.589,00	100,00%
2091	3	60	1	5.001.000,00	-	5.001.000,00	-	0,00%
2091	3	77	1	93.880.151,00	-	93.880.151,00	88.347.738,87	94,11%
2091	4	60	1	57.695.000,00	-	57.695.000,00	18.602.837,39	32,24%
2091	4	77	1	261.382.043,00	-	261.382.043,00	239.100.937,42	91,48%
2109	3	77	1	5.000.000,00	-	5.000.000,00	1.815.736,40	36,31%
4395	3	24	1	37.581,00	-	37.581,00	11.075,13	29,47%
4395	3	60	1	297.150.382,00	256.933,20	296.893.448,80	216.169.786,11	72,81%
4395	3	60	2	21.679.552,00	-	21.679.552,00	64.224,81	0,30%
4395	3	61	1	22.000.000,00	-	22.000.000,00	20.286.394,04	92,21%
4395	3	70	1	985.111,00	-	985.111,00	150.165,28	15,24%
4395	3	77	1	533.441.400,00	-	533.441.400,00	530.708.552,57	99,49%
4395	3	91	2	50.000,00	-	50.000,00	2.897,35	5,79%
4395	4	47	1	2.400.000,00	-	2.400.000,00	-	0,00%
4395	4	60	1	73.886.194,00	-	73.886.194,00	2.748.942,11	3,72%
4395	4	77	1	12.868.393,00	-	12.868.393,00	5.105.243,76	39,67%
TOTAL				1.602.810.280,00	256.933,20	1.602.553.346,80	1.323.292.689,51	82,57%

Fonte: Armazém de Informações - BO SIAFI/MG.

Importante destacar a anulação de crédito no valor de R\$256.933,20 (duzentos e cinquenta e seis mil, novecentos e trinta e três reais e vinte centavos), efetivada por meio do Decreto Estadual nº 365, de 31/08/2021, para possibilitar transferência orçamentária/financeira para a Secretaria de Estado de Planejamento e Gestão – SEPLAG/MG, viabilizando, dessa forma, a contratação de frentistas para atuação em pontos de abastecimento instalados em batalhões da Polícia Militar – PMMG, do Corpo de Bombeiros Militar – CBMMG e da Polícia Civil – PCMG, para atendimento aos veículos do TJMG em todo o Estado.

Quadro IX - Despesa Realizada - 2020 x 2021 - Por Ação Orçamentária

Ação	Descrição	2020 (R\$)	2021 (R\$)	Varição
2055	AUXÍLIOS CONCEDIDOS A MAGISTRADOS E SERVIDORES	8.385.449,00	82.862.030,00	888,16%
2025	GESTÃO DE SERVIÇOS DE TIC	86.071.309,92	117.316.128,27	36,30%
2091	OBRAS E GESTÃO PREDIAL	305.318.617,78	346.051.513,68	13,34%
2109	FORMAÇÃO, APERFEIÇOAMENTO E DESENVOLVIMENTO CONTÍNUO DE PESSOAS	1.314.343,43	1.815.736,40	38,15%
4395	PROCESSAMENTO JUDICIÁRIO	577.383.996,48	775.247.281,16	34,27%
TOTAL		978.473.716,61	1.323.292.689,51	35,24%

Fonte: Armazém de Informações - BO SIAFI/MG.

O quadro acima confronta as despesas realizadas nos exercícios de 2020 e 2021 por ação orçamentária. Observa-se

significativa variação positiva em todas as ações, com crescimento de 35,24% no total realizado em 2021 em comparação ao ano predecessor.

Na sequência são comparadas as despesas realizadas por grupo de despesa nos dois últimos exercícios.

Nota-se que, diferentemente do que ocorreu em 2020, não houve realização de despesas no Grupo 5 – Inversões Financeiras no decorrer do ano de 2021.

Quadro X - Despesa Realizada - 2020 x 2021 - Por Grupo de Despesa

Grupo	Descrição	2020 (R\$)	2021 (R\$)	Varição
3	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	689.793.809,63	1.004.435.695,20	45,61%
4	INVESTIMENTOS	242.867.256,98	318.856.994,31	31,29%
5	INVERSÕES FINANCEIRAS	45.812.650,00	-	-100,00%
TOTAL		978.473.716,61	1.323.292.689,51	35,24%

Fonte: Armazém de Informações - BO SIAFI/MG.

O próximo quadro ordena decrescentemente as maiores despesas apuradas no exercício de 2021 para o Grupo de Despesa 3 – Outras Despesas Correntes, comparando-as aos valores realizados em 2020.

Quadro XI - Maiores Despesas - Grupo 3 - 2020 x 2021

Elemento	Item	Descrição	2020 (R\$)	2021 (R\$)	% Variação
37	2	LOCACAO DE SERVICOS DE APOIO ADMINISTRATIVO	317.408.501,63	465.615.544,32	46,69%
36	1	ESTAGIARIOS	68.224.034,76	82.899.879,75	21,51%
37	1	LOCACAO DE SERVICOS DE CONSERVACAO E LIMPEZA	57.824.587,97	74.753.379,17	29,28%
93	27	INDENIZACAO DE TRANSPORTE DEVIDA AO OFICIAL DE JUSTICA	59.984.000,07	71.514.756,61	19,22%
40	2	SERVICO DE TECNOLOGIA DA INFORMACAO	40.743.469,42	47.206.848,81	15,86%
46	1	AUXILIO-ALIMENTACAO - PECUNIA	-	43.193.262,55	-
93	23	INDENIZACAO DECORRENTE DE AUXILIO SAUDE	7.792.838,00	27.625.008,00	254,49%
39	22	REPAROS DE BENS IMOVEIS	17.094.449,32	26.490.171,78	54,96%
39	15	SERVICO POSTAL-TELEGRAFICO	17.101.785,76	24.259.887,63	41,86%
39	69	CONTRATOS DE ENERGIA ELETTRICA	16.981.526,31	20.089.601,21	18,30%
40	4	SERVICO DE TELECOMUNICACAO	16.786.584,21	17.619.579,41	4,96%
39	12	TARIFA DE ENERGIA ELETTRICA	7.055.737,85	14.873.292,47	110,80%
39	13	TARIFA DE AGUA E ESGOTO	3.991.290,30	9.646.872,90	141,70%
49	5	AUXILIO TRANSPORTE PAGO A ESTAGIARIOS PECUNIA	6.839.582,16	8.369.987,97	22,38%
49	3	DESPESA DE TRANSPORTE DEVIDA A SERVIDORES DOS PODERES DO ESTADO	500.000,00	6.703.326,45	1240,67%
8	3	AUXILIO-CRECHE OU ASSISTENCIA PRE-ESCOLAR	-	6.140.433,00	-
36	24	SERVICOS TECNICOS JUDICIAIS - HONORARIOS JUSTICA GRATUITA	3.632.912,12	5.475.313,37	50,71%
39	21	REPAROS DE EQUIPAMENTOS, INSTALACOES E MATERIAL PERMANENTE	5.013.368,95	4.569.027,19	-8,86%
30	5	MATERIAL PARA ESCRITORIO	2.043.662,07	4.159.452,67	103,53%
39	20	LOCACAO DE BENS IMOVEIS	4.184.262,12	3.985.568,96	-4,75%
36	12	DESPESAS MIUDAS DE PRONTO PAGAMENTO	2.801.710,54	3.526.488,18	25,87%
93	16	INDENIZACOES DETERMINADAS POR LEI ESPECIFICA	2.199.709,16	3.100.594,39	40,95%
36	11	LOCACAO DE BENS IMOVEIS	2.986.837,93	2.995.931,97	0,30%

36	27	JUIZES LEIGOS	1.675.703,24	2.879.742,41	71,85%
14	1	DIARIAS - CIVIL	2.257.410,50	2.830.781,72	25,40%
30	26	COMBUSTIVEIS E LUBRIFICANTES PARA VEICULOS AUTOMOTORES	1.430.588,50	2.194.509,06	53,40%
39	37	TAXA DE CONDOMINIO	1.809.327,98	2.073.331,09	14,59%
30	8	PRODUTOS ALIMENTICIOS	1.115.244,35	1.351.317,17	21,17%
47	99	OUTROS - OBRIGACOES TRIBUTARIAS E CONTRIBUTIVAS	853.150,66	1.289.317,79	51,12%
30	30	MATERIAIS PARA ACONDICIONAMENTO E EMBALAGEM	316.946,50	1.145.087,90	261,29%
39	26	ENCARGOS FINANCEIROS	967.664,64	1.001.528,74	3,50%
15	1	DIARIAS - MILITAR	739.770,50	885.669,00	19,72%
92	2	DESPESAS DE EXERCICIOS ANTERIORES - OUTRAS DESPESAS	614.880,80	828.192,18	34,69%
39	99	OUTROS SERVICOS PESSOA JURIDICA	816.033,90	817.972,05	0,24%
39	74	SERVICO DE REALIZACAO DE CONCURSO PUBLICO E PROCESSO SIMPLIFICADO	400.972,14	806.035,81	101,02%
39	18	REPAROS DE VEICULOS	463.722,56	703.030,66	51,61%
39	61	SERVICOS DE CONSERVACAO E LIMPEZA	597.022,79	650.290,62	8,92%
37	4	LOCACAO DE SERVICOS DE APOIO ADMINISTRATIVO REALIZADOS PELA MGS	450.749,22	642.488,30	42,54%
39	55	EVENTOS DE COMUNICACAO INSTITUCIONAL	328.020,98	625.301,02	90,63%
39	81	SERVICO DE ELABORACAO DE ESTUDOS PREVIOS	730.709,48	559.161,68	-23,48%
39	9	PUBLICIDADE	246.094,73	498.263,95	102,47%
39	6	TRANSPORTE E ACONDICIONAMENTO DE MATERIAIS	758.504,55	463.583,62	-38,88%
39	11	ASSINATURAS DE JORNAIS, REVISTAS E PERIODICOS	577.924,35	456.080,31	-21,08%
39	53	CURSOS DE FORMACAO E CAPACITACAO PROMOVIDOS PELO ESTADO	254.995,29	445.911,57	74,87%
47	3	IMPOSTO PREDIAL TERRITORIAL URBANO - IPTU	411.034,65	408.099,18	-0,71%
39	43	SERVICO DE ADMINISTRACAO E GERENCIAMENTO DE FROTA DE VEICULOS	250.000,00	399.212,98	59,69%
33	4	PASSAGENS - PESSOA JURIDICA	212.067,85	390.886,99	84,32%
39	10	PREMIOS DE SEGUROS	909.810,90	386.044,23	-57,57%
30	99	OUTROS MATERIAIS	21.462,00	376.037,48	1652,11%
30	4	MATERIAL GRAFICO E IMPRESSOS	119.976,30	364.069,05	203,45%
Demais itens de despesa			9.273.169,62	4.149.539,88	-55,25%
TOTAL			689.793.809,63	1.004.435.695,20	45,61%

Fonte: Armazém de Informações - BO SIAFI/MG.

Destacam-se os gastos relativos ao elemento de despesa 37 – Locação de Mão-de-Obra (itens de despesa Locação de Serviços de Apoio Administrativo e Locação de Serviços de Conservação e Limpeza), à contratação de estagiários (elemento-item 36.01) e à indenização de transporte devida aos oficiais de justiça e oficiais de cartório (elemento-item 93.27).

O quadro seguinte, por sua vez, relaciona as maiores despesas realizadas em 2021 para o Grupo de Despesa 4 – Investimentos, fazendo, a exemplo do quadro anterior, a comparação com o apurado no ano predecessor, merecendo realce os dispêndios relativos ao elemento de despesa 51 – Obras e Instalações, bem como à aquisição de equipamentos de informática, de software e de mobiliário.

Quadro XII - Maiores Despesas - Grupo 4 - 2020 x 2021

Elemento	Item	Descrição	2020 (R\$)	2021 (R\$)	% Variação
----------	------	-----------	------------	------------	------------

51	3	EXECUCAO DE OBRAS POR CONTRATO DE BENS PATRIMONIAVEIS	176.058.665,16	240.723.146,40	36,73%
52	7	EQUIPAMENTOS DE INFORMATICA	21.800.319,36	29.579.180,15	35,68%
40	6	AQUISIÇÃO DE SOFTWARE	5.413.797,09	22.250.322,08	310,99%
52	14	MOBILIARIO	9.319.622,57	7.160.977,43	-23,16%
51	1	ESTUDOS E PROJETOS DE BENS PATRIMONIAVEIS	3.268.177,30	5.705.175,22	74,57%
51	13	INSTALACAO PARA INCORPORACAO A BENS IMOVEIS	7.927.974,91	5.191.335,60	-34,52%
39	51	SERVICOS DE GERENCIAMENTO, SUPERVISAO E FISCALIZACAO DE OBRAS	2.203.129,40	2.443.040,66	10,89%
92	2	DESPESAS DE EXERCICIOS ANTERIORES - OUTRAS DESPESAS	887.254,11	1.716.692,37	93,48%
40	2	SERVICO DE TECNOLOGIA DA INFORMACAO	1.494.922,96	1.494.704,66	-0,01%
52	12	MAQUINAS, APARELHOS, UTENSILIOS E EQUIPAMENTOS USO ADMINISTRATIVO	1.555.391,21	878.219,94	-43,54%
52	20	EQUIPAMENTOS DE SEGURANCA ELETRONICA	700.298,72	372.286,06	-46,84%
52	6	EQUIPAMENTOS DE COMUNICACAO E TELEFONIA	183.323,28	332.509,06	81,38%
39	81	SERVICO DE ELABORACAO DE ESTUDOS PREVIOS	202.876,20	253.721,41	25,06%
52	25	APARELHOS E UTENSILIOS DOMESTICOS	132.575,90	113.361,84	-14,49%
52	22	ESTRUTURAS E COMPONENTES	25.930,12	110.867,98	327,56%
39	21	REPAROS DE EQUIPAMENTOS, INSTALACOES E MATERIAL PERMANENTE	652.264,17	104.932,16	-83,91%
52	18	COLECAO E MATERIAIS BIBLIOGRAFICOS	37.434,22	78.706,53	110,25%
52	9	EQUIPAMENTOS HOSPITALARES, ODONTOLOGICOS E DE LABORATORIO	142.190,55	76.480,44	-46,21%
30	24	PECAS E ACESSORIOS P/ EQUIP. E OUTROS MATERIAIS PERMANENTES	62.194,57	58.314,54	-6,24%
52	10	FERRAMENTAS, EQUIP. E INSTRUMENTOS P/ OFICINA, MEDICAO E INSPECAO	4.966,98	52.091,96	948,77%
52	8	EQUIPAMENTOS DE SOM, VIDEO, FOTOGRAFICO E CINEMATOGRAFICO	147.155,23	51.811,10	-64,79%
52	4	MAQUINAS, APARELHOS, UTENSILIOS E EQUIPAMENTOS DE USO INDUSTRIAL	40.434,39	50.569,81	25,07%
52	99	OUTROS MATERIAIS PERMANENTES	26.225,60	27.092,00	3,30%
52	26	EQUIPAMENTOS DE PROTECAO, SEGURANCA E SOCORRO	9.500,00	12.400,00	30,53%
52	15	OBJETOS DE ARTE E ANTIGUIDADES	-	11.750,00	-
30	15	MATERIAL FOTOGRAFICO, CINEMATOGRAFICO E DE COMUNICACAO	-	2.982,56	-
30	20	MATERIAL ELETRICO	1.404,41	1.920,00	36,71%
61	6	IMOVEIS NECESSARIOS A REALIZACAO DE OBRAS DE BENS PATRIMONIAVEIS	3.188.852,80	1.750,00	-99,95%
47	99	OUTROS - OBRIGACOES TRIBUTARIAS E CONTRIBUTIVAS	-	350,00	-
51	10	MATERIAL PARA OBRAS - BENS PATRIMONIAVEIS	-	302,35	-
30	16	MATERIAL DE INFORMATICA	523.916,00	-	-100,00%
39	22	REPAROS DE BENS IMOVEIS	12.199,50	-	-100,00%
52	11	INSTRUMENTOS DE LABORATORIO, MEDICOS E ODONTOLOGICOS	11.151,27	-	-100,00%
52	17	VEICULOS	6.814.997,00	-	-100,00%
52	19	INSTRUMENTOS MUSICAIS E ARTISTICOS	18.112,00	-	-100,00%
TOTAL			242.867.256,98	318.856.994,31	31,29%

Fonte: Armazém de Informações - BO SIAFI/MG.

Demonstra-se, nos próximos tópicos, 3.2.1 a 3.2.5, a execução por ação orçamentária, com apresentação de quadros que tratam, respectivamente, da realização mensal física e financeira e da execução regionalizada, comparando-as à programação inicial.

Previamente, insta destacar o que aponta o Manual de Monitoramento do PPAG – 2021, disponível no sítio eletrônico da SEPLAG/MG, relativamente aos desempenhos físico e orçamentário das ações orçamentárias para cada período apurado.

Assim, a ação orçamentária possui desempenho “satisfatório” quando sua execução física e/ou financeira apresenta um índice de realização igual ou superior a 70% em relação ao programado. Execuções abaixo desse índice recebem o *status* “crítico”; ações cujo percentual de execução for superior a 130% recebem, por sua vez, o *status* “subestimado”.

Ainda segundo o referido manual, com relação à execução física, as ações orçamentárias estão divididas em cumulativas e não cumulativas, estando definido que se a execução física for cumulativa, os valores lançados mensalmente se somam na totalização anual da ação e se a execução física for não cumulativa, os valores lançados a cada mês não se somam na totalização anual, pois compreendem a execução progressiva de um produto que é preponderantemente o mesmo. Assim, a totalização anual é automaticamente alimentada pelo maior valor mensal executado durante o exercício.

As ações orçamentárias que compõem a UO 4031 são todas de caráter cumulativo, exceção feita à 2055 – Auxílios Concedidos a Magistrados e Servidores.

3.2.1. Ação Orçamentária 2055 - Auxílios Concedidos a Magistrados e Servidores

Função:	02 - Judiciária
Subfunção:	061 - Ação Judiciária
Programa:	706 - Prestação Jurisdicional
Produto:	Pessoa Beneficiada
Unidade de Medida:	Pessoa
Meta Física:	20.255

A ação 2055 tem como finalidade garantir os recursos necessários ao pagamento de auxílios aos magistrados e servidores da ativa, inativos e pensionistas do TJMG.

Os quadros seguintes apresentam os resultados referentes ao monitoramento realizado por meio do SIGPlan, sendo o primeiro, relativo à execução física e orçamentária em comparação ao que foi programado e reprogramado, e o segundo, concernente à execução física e orçamentária por região estadual confrontada com a programação inicial.

Quadro XIII - Execução Mensal - Ação Orçamentária 2055 - Auxílios Concedidos a Magistrados e Servidores

Mês	Físico			Orçamentário		
	Programação	Reprogramação	Realizado	Programação	Reprogramação	Realizado
Janeiro	0	0	0	0,00	0,00	0,00
Fevereiro	0	0	0	0,00	0,00	0,00
Março	0	0	0	0,00	0,00	0,00
Abril	0	0	0	0,00	0,00	0,00
Maio	0	0	0	0,00	0,00	0,00
Junho	0	2.285	2.285	0,00	395.591,91	395.591,91
Julho	0	10.214	10.214	0,00	1.768.395,82	1.768.395,82
Agosto	0	3.613	3.613	0,00	625.457,56	625.457,56
Setembro	0	3.273	3.273	0,00	566.626,31	566.626,31
Outubro	0	3.365	3.365	0,00	582.658,14	582.658,14
Novembro	0	3.107	3.107	0,00	537.872,84	537.872,84
Dezembro	20.255	10.041	21.084	82.862.030,00	78.385.427,42	78.385.427,42
TOTAL	20.255	10.214	21.084	82.862.030,00	82.862.030,00	82.862.030,00

Quadro XIV - Execução Regionalizada - Ação Orçamentária 2055 - Auxílios Concedidos a Magistrados e Servidores

Territórios	Físico				Orçamentário			
	Programado PPAG (A)	Executado Jan/Dez (B)	B/A	Análise Vertical (B)	Programado PPAG (A)	Executado Jan/Dez (B)	B/A	Análise Vertical (B)
Estadual	20.255	21.084	104,09%	100,00%	82.862.030,00	82.862.030,00	100,00%	100,00%
TOTAL	20.255	21.084	104,09%	100,00%	82.862.030,00	82.862.030,00	100,00%	100,00%

Fonte: Sistema de Informações Gerenciais e de Planejamento - SIGPlan.

Em relação à análise consolidada da ação, tanto o desempenho físico (104,09%) quanto o orçamentário (100,00%) alcançaram o padrão satisfatório, conforme critérios evidenciados anteriormente.

3.2.2. Ação Orçamentária 2025 - Gestão de Serviços de TIC

Função:	02 - Judiciária
Subfunção:	061 - Ação Judiciária
Programa:	706 - Prestação Jurisdicional
Produto:	Ativo de TIC Implantado ou Serviço de TIC Prestado, adquirido pelo TJMG.
Unidade de Medida:	Ativo ou Serviço de TIC
Meta Física:	13.000

Tem por finalidade promover a integração das ações que envolvem tecnologia para melhoria da gestão dos serviços de Tecnologia da Informação e Comunicação – TIC do TJMG.

O montante total realizado por meio da ação orçamentária 2025 foi de R\$117.316.128,27 (cento e dezessete milhões, trezentos e dezesseis mil, cento e vinte e oito reais e vinte e sete centavos).

Os dois próximos quadros evidenciam as maiores despesas realizadas ao longo do ano por meio da ação, sendo o primeiro, informativo dos gastos por elemento-item, e o segundo, demonstrativo dos valores de desembolso com os maiores credores.

Quadro XV - Maiores Despesas - Ação Orçamentária 2025 - Por Elemento-Item

Grupo	Elemento	Item	Descrição	Valor (R\$)	% em relação ao TOTAL
3	40	2	SERVICO DE TECNOLOGIA DA INFORMACAO	47.112.353,00	40,16%
4	52	7	EQUIPAMENTOS DE INFORMATICA	29.511.340,15	25,16%
4	40	6	AQUISIÇÃO DE SOFTWARE	22.250.322,08	18,97%
3	40	4	SERVICO DE TELECOMUNICACAO	16.443.311,38	14,02%
4	40	2	SERVICO DE TECNOLOGIA DA INFORMACAO	1.494.704,66	1,27%
3	40	3	SERVICO DE INFORMATICA EXECUTADO PELA PRODEMGE	342.288,89	0,29%
3	30	16	MATERIAL DE INFORMATICA	57.470,72	0,05%
3	92	2	DESPESAS DE EXERCICIOS ANTERIORES - OUTRAS DESPESAS	48.466,31	0,04%
4	52	14	MOBILIARIO	31.321,24	0,03%
4	92	2	DESPESAS DE EXERCICIOS ANTERIORES - OUTRAS DESPESAS	11.345,50	0,01%
3	14	1	DIARIAS - CIVIL	10.424,34	0,01%
3	47	99	OUTROS - OBRIGACOES TRIBUTARIAS E CONTRIBUTIVAS	2.780,00	0,002%
TOTAL				117.316.128,27	100,00%

Fonte: Armazém de Informações - BO SIAFI/MG.

Quadro XVI - Maiores Credores - Ação Orçamentária 2025

Credor	Valor (R\$)	% em relação ao TOTAL
DECISION SERVICOS DE TECNOLOGIA DA INFORMACAO LTDA	37.883.006,00	32,29%
CLARO S.A.	16.290.830,81	13,89%
WYNTECH SERVICOS EM INFORMATICA EIRELI	8.678.624,23	7,40%
STEFANINI CONSULTORIA E ASSESSORIA EM INFORMATICA S.A.	7.017.515,19	5,98%
AMC INFORMATICA LTDA	6.265.647,42	5,34%
ORACLE DO BRASIL SISTEMAS LTDA	5.385.758,55	4,59%
DRIVE A INFORMATICA LTDA	4.519.200,00	3,85%
ALTAS NETWORKS & TELECOM LTDA	3.886.048,56	3,31%
CIMCORP COMERCIO E SERVICOS DE TECNOLOGIA DE INFORMATICA LTDA.	3.789.088,14	3,23%
MICROSENS S/A	3.441.994,00	2,93%
CAPGEMINI BRASIL S/A	2.674.157,31	2,28%
IT2B TECNOLOGIA E SERVICOS LTDA	2.578.485,85	2,20%
TELETEX COMPUTADORES E SISTEMAS LTDA	1.602.581,40	1,37%
IT-ONE TECNOLOGIA DA INFORMACAO S.A.	1.483.610,40	1,26%
CAST INFORMATICA S/A	1.411.986,64	1,20%
POSITIVO TECNOLOGIA S.A.	1.101.119,45	0,94%
MAPDATA-TECNOLOGIA,INFORMATICA E COMERCIO LTDA	1.091.299,49	0,93%
INOVA TECNOLOGIAS DE INFORMACAO E REPRESENTACOES LTDA	1.030.674,68	0,88%
SEAL TELECOM COMERCIO E SERVICOS DE TELECOMUNICACOES LTDA.	629.504,15	0,54%
SILVEIRA & MRACK LTDA	625.711,00	0,53%
GARTNER DO BRASIL SERVICOS DE PESQUISAS LTDA.	557.454,37	0,48%
DELL COMPUTADORES DO BRASIL LTDA	533.513,57	0,45%
INGRAM MICRO BRASIL LTDA	513.900,00	0,44%
LENOVO COMERCIAL E DISTRIBUICAO LIMITADA	453.815,04	0,39%
AGEM TECNOLOGIA DISTRIBUIDORA LTDA	388.692,00	0,33%
TELSINC COMERCIO DE EQUIPAMENTOS DE INFORMATICA LTDA.	362.279,59	0,31%
COMPANHIA DE TECNOLOGIA DA INFORMACAO DO ESTADO DE MINAS GERAIS-PRODEM	342.288,89	0,29%
ZOOM TECNOLOGIA LTDA	335.997,44	0,29%
HEWLETT-PACKARD BRASIL LTDA	286.034,38	0,24%
TOCCATO TECNOLOGIA EM SISTEMAS LTDA	258.500,00	0,22%
Demais Credores	1.896.809,72	1,62%
TOTAL	117.316.128,27	100,00%

Fonte: Armazém de Informações - BO SIAFI/MG.

Referentemente ao monitoramento físico da ação, a meta apurada, 2.820 ativos de TIC implantados ou serviços de TIC prestados, alcançou o percentual de 21,69% do inicialmente estimado, desempenho crítico, portanto.

Conforme justificativa de desempenho registrada no SIGPlan pela Diretoria Executiva de Informática – DIRFOR, área

responsável pelo monitoramento da ação, “alguns projetos não conseguiram ser concluídos em 2021 e trouxeram impacto significativo na meta física deste ano. O principal deles foi a aquisição de novos computadores (projeto impactado severamente pela pandemia e por indefinições quanto ao cenário futuro do *home office* do TJMG)”.

Relativamente à meta orçamentária, o desempenho é satisfatório, uma vez que se realizou 88,55% do inicialmente programado.

Quadro XVII - Execução Mensal - Ação Orçamentária 2025 - Gestão de Serviços de TIC

Mês	Físico			Orçamentário		
	Programação	Reprogramação	Realizado	Programação	Reprogramação	Realizado
Janeiro	26	26	26	427.113,50	427.113,50	427.113,50
Fevereiro	74	74	74	5.919.473,01	5.919.473,01	5.919.473,01
Março	1.290	259	259	8.547.387,70	4.559.744,53	4.559.744,53
Abril	1.290	370	370	11.017.003,66	5.637.617,56	5.637.617,56
Maiο	1.290	451	451	10.647.037,13	5.390.457,63	5.390.457,63
Junho	1.290	443	443	17.101.898,35	7.885.926,38	7.885.926,38
Julho	1.290	149	149	9.236.754,93	7.532.634,39	7.532.634,39
Agosto	1.290	210	210	6.506.478,78	5.781.926,57	5.781.926,57
Setembro	1.290	264	264	7.890.354,16	6.110.116,79	6.110.116,79
Outubro	1.290	377	377	7.240.901,54	5.045.274,07	5.045.274,07
Novembro	1.290	115	115	7.240.901,54	20.939.807,14	20.939.807,14
Dezembro	1.290	350	82	40.716.138,70	57.261.351,43	42.086.036,70
TOTAL	13.000	3.088	2.820	132.491.443,00	132.491.443,00	117.316.128,27

Fonte: Sistema de Informações Gerenciais e de Planejamento - SIGPlan.

Quadro XVIII - Execução Regionalizada - Ação Orçamentária 2025 - Gestão de Serviços de TIC

Territórios	Físico				Orçamentário			
	Programado PPAG (A)	Executado Jan/Dez (B)	B/A	Análise Vertical (B)	Programado PPAG (A)	Executado Jan/Dez (B)	B/A	Análise Vertical (B)
Estadual	3.900	0	0,00%	0,00%	39.747.433,00	103.439.126,30	260,24%	88,17%
Região Intermediária de Barbacena	0	29	-	1,03%	-	84.188,56	-	0,07%
Região Intermediária de Belo Horizonte	9.100	2.190	24,07%	77,66%	92.744.010,00	12.018.697,09	12,96%	10,24%
Região Intermediária de Divinópolis	0	54	-	1,91%	-	165.233,84	-	0,14%
Região Intermediária de Governador Valadares	0	24	-	0,85%	-	68.592,16	-	0,06%
Região Intermediária de Ipatinga	0	39	-	1,38%	-	118.489,64	-	0,10%
Região Intermediária de Juíz de Fora	0	117	-	4,15%	-	346.109,08	-	0,30%
Região Intermediária de Montes Claros	0	49	-	1,74%	-	146.554,16	-	0,12%
Região Intermediária de Patos de Minas	0	36	-	1,28%	-	93.538,40	-	0,08%
Região Intermediária de Pouso Alegre	0	69	-	2,45%	-	193.308,36	-	0,16%
Região Intermediária de Teófilo Otoni	0	43	-	1,52%	-	134.076,04	-	0,11%
Região Intermediária de Uberaba	0	23	-	0,82%	-	65.483,88	-	0,06%
Região Intermediária de Uberlândia	0	63	-	2,23%	-	193.328,36	-	0,16%
Região Intermediária de Varginha	0	84	-	2,98%	-	249.402,40	-	0,21%

TOTAL	13.000	2.820	21,69%	100,00%	132.491.443,00	117.316.128,27	88,55%	100,00%
-------	--------	-------	--------	---------	----------------	----------------	--------	---------

Fonte: Sistema de Informações Gerenciais e de Planejamento - SIGPlan.

3.2.3. Ação Orçamentária 2091 - Obras e Gestão Predial

Função:	02 - Judiciária
Subfunção:	061 - Ação Judiciária
Programa:	706 - Prestação Jurisdicional
Produto:	Unidade Construída / Reformada / Ampliada
Unidade de Medida:	Intervenção
Meta Física:	28

A finalidade da ação 2091 é destinar recursos necessários à garantia da infraestrutura física das unidades prediais de 1ª e 2ª Instâncias.

Por meio da ação são processadas as despesas com o desenvolvimento das etapas necessárias para a realização de obras (estudos e projetos, aquisição de terrenos ou imóveis, construção ou reforma), com a manutenção das unidades prediais, com a compra e/ou instalação de equipamentos, com a locação de imóveis, com água, luz, telefonia, dentre outras.

A despesa total apurada no exercício de 2021 foi R\$346.051.513,68 (trezentos e quarenta e seis milhões, cinquenta e um mil, quinhentos e treze reais e sessenta e oito centavos).

O quadro que segue demonstra a execução por elemento-item de despesa, com a rubrica 51.03 – Execução de Obras por Contrato de Bens Patrimoniáveis representando 69,56% do dispêndio total. Destacam-se também as despesas referentes a reparos de bens imóveis, energia elétrica (contratos e tarifa), água e esgoto, dentre outras.

Quadro XIX - Maiores Despesas - Ação Orçamentária 2091 - Por Elemento-Item

Grupo	Elemento	Item	Descrição	Valor (R\$)	% em relação ao TOTAL
4	51	3	EXECUCAO DE OBRAS POR CONTRATO DE BENS PATRIMONIAVEIS	240.723.146,40	69,56%
3	39	22	REPAROS DE BENS IMOVEIS	26.480.371,78	7,65%
3	39	69	CONTRATOS DE ENERGIA ELETRICA	20.089.601,21	5,81%
3	39	12	TARIFA DE ENERGIA ELETRICA	14.873.292,47	4,30%
3	39	13	TARIFA DE AGUA E ESGOTO	9.646.872,90	2,79%
4	51	1	ESTUDOS E PROJETOS DE BENS PATRIMONIAVEIS	5.705.175,22	1,65%
4	51	13	INSTALACAO PARA INCORPORACAO A BENS IMOVEIS	5.191.335,60	1,50%
3	39	21	REPAROS DE EQUIPAMENTOS, INSTALACOES E MATERIAL PERMANENTE	4.123.091,65	1,19%
3	39	20	LOCACAO DE BENS IMOVEIS	3.985.568,96	1,15%
3	36	11	LOCACAO DE BENS IMOVEIS	2.995.931,97	0,87%
4	39	51	SERVICOS DE GERENCIAMENTO, SUPERVISAO E FISCALIZACAO DE OBRAS	2.443.040,66	0,71%
3	39	37	TAXA DE CONDOMINIO	2.073.331,09	0,60%
4	92	2	DESPESAS DE EXERCICIOS ANTERIORES - OUTRAS DESPESAS	1.705.346,87	0,49%
3	40	4	SERVICO DE TELECOMUNICACAO	1.092.134,73	0,32%
3	92	2	DESPESAS DE EXERCICIOS ANTERIORES - OUTRAS DESPESAS	577.298,97	0,17%
3	39	81	SERVICO DE ELABORACAO DE ESTUDOS PREVIOS	559.161,68	0,16%
4	52	12	MAQUINAS, APARELHOS, UTENSILIOS E EQUIPAMENTOS USO ADMINISTRATIVO	557.045,44	0,16%
3	47	3	IMPOSTO PREDIAL TERRITORIAL URBANO - IPTU	408.099,18	0,12%

4	52	20	EQUIPAMENTOS DE SEGURANCA ELETRONICA	372.286,06	0,11%
3	39	10	PREMIOS DE SEGUROS	333.145,38	0,10%
4	52	6	EQUIPAMENTOS DE COMUNICACAO E TELEFONIA	328.519,06	0,09%
3	14	1	DIARIAS - CIVIL	318.151,98	0,09%
4	39	81	SERVICO DE ELABORACAO DE ESTUDOS PREVIOS	253.721,41	0,07%
3	30	19	MATERIAL P/ MANUT. E REPAROS DE IMOVEIS DE PROPRIEDADE DA ADM. PUBLICA	219.349,92	0,06%
3	39	99	OUTROS SERVICOS PESSOA JURIDICA	134.800,00	0,04%
4	52	22	ESTRUTURAS E COMPONENTES	110.867,98	0,03%
4	39	21	REPAROS DE EQUIPAMENTOS, INSTALACOES E MATERIAL PERMANENTE	104.932,16	0,03%
4	52	7	EQUIPAMENTOS DE INFORMATICA	67.840,00	0,02%
3	39	64	SERVICOS DE MAPEAMENTO E GEORREFERENCIAMENTO	61.727,45	0,02%
3	30	20	MATERIAL ELETRICO	61.045,17	0,02%
Demais despesas				455.280,33	0,13%
TOTAL				346.051.513,68	100,00%

Fonte: Armazém de Informações - BO SIAFI/MG.

O quadro seguinte elenca os maiores credores com despesas realizadas por meio da ação orçamentária.

Quadro XX - Maiores Credores - Ação Orçamentária 2091

Credor	Valor (R\$)	% em relação ao TOTAL
G.C.E S/A	38.321.242,16	11,07%
ALCANCE ENGENHARIA E CONSTRUCAO LTDA	36.696.551,07	10,60%
CEMIG DISTRIBUICAO S.A.	30.961.059,61	8,95%
ENDEAL ENGENHARIA E CONSTRUCOES LTDA.	16.980.372,86	4,91%
E F PROJETOS E ENGENHARIA LTDA	15.482.347,73	4,47%
EMPREITEIRA TIRADENTES LTDA -EPP	12.868.537,40	3,72%
ENGEMON COMERCIO E SERVICOS TECNICOS LTDA	9.799.691,24	2,83%
PGC ENGENHARIA DE OBRAS LTDA	8.791.130,23	2,54%
COMPANHIA DE SANEAMENTO DE MINAS GERAIS COPASA MG	8.425.189,58	2,43%
TERRA E TECNICA ENGENHARIA E EMPREENDIMENTOS LTDA	8.096.843,46	2,34%
OROS ENGENHARIA LTDA	7.772.954,66	2,25%
E H S CONSTRUTORA E INCORPORADORA LTDA	7.729.117,89	2,23%
A & R COMERCIO E SERVICOS LTDA	7.539.959,63	2,18%
ENGENORTE ENGENHARIA SERVICOS E CONSULTORIA LTDA - EPP	7.477.548,28	2,16%
CONSTRUTORA SINARCO LTDA	5.744.110,36	1,66%
ENGEBANC CONSTRUCOES LTDA -EPP	5.418.717,88	1,57%
ENGEMAR ENGENHARIA E MANUTENCAO LTDA	5.406.217,33	1,56%
PEREIRA CAMPOS ENGENHARIA LTDA -EPP	5.270.243,15	1,52%

SOLUCAO ENGENHARIA, CONSTRUCOES E ESTRUTURAS METALICAS EIRELI	5.153.747,94	1,49%
CG ENGENHARIA EIRELI	5.012.998,25	1,45%
ENGEMIL - ENGENHARIA, EMPREENDIMENTOS, MANUTENCAO E INSTALACOES LTDA	4.991.731,08	1,44%
CONSTRUTORA CONCRETIZA EIRELI	4.799.830,84	1,39%
ENGENHARTE ENGENHARIA E CONSTRUCOES LTDA - EPP	4.573.249,50	1,32%
TETO CONSTRUTORA S.A.	3.924.759,21	1,13%
ELETRONCONTROLE ENGENHARIA COMERCIO E REPRESENTACAO LTDA	3.186.471,38	0,92%
TERMALE ENGENHARIA LTDA	3.149.902,93	0,91%
CONSTRUTORA GOMES PIMENTEL LTDA	3.105.961,34	0,90%
CONSTRUTORA UNICA LTDA	3.010.115,48	0,87%
CONSTRUTORA DINIZ CAMARGOS LTDA	2.803.356,00	0,81%
CLL ENGENHARIA E EMPREENDIMENTOS LTDA - EPP	2.482.079,93	0,72%
JEQUITIBA ENGENHARIA E EMPREENDIMENTOS LTDA	2.458.716,76	0,71%
INFORREDE CABEAMENTO ESTRUTURADO E INFORMATICA LTDA	2.180.322,07	0,63%
OTT CONSTRUCOES E INCORPORACOES LTDA	2.080.725,39	0,60%
3S CONSTRUCOES LTDA	1.929.306,00	0,56%
PROBANC ENGENHARIA LTDA - EPP	1.864.805,31	0,54%
BEM ENGENHARIA EIRELI	1.685.924,22	0,49%
OMS ENGENHARIA E MONTAGENS EIRELI	1.624.807,99	0,47%
DESTAK CONSTRUTORA E INCORPORADORA LTDA	1.558.233,52	0,45%
LUMENS ENGENHARIA LTDA	1.546.047,04	0,45%
BC1 PRE MOLDADOS E CONSTRUCOES CIVIS LTDA	1.485.131,89	0,43%
GEOX GEOTECNIA E ENGENHARIA DE OBRAS LTDA	1.396.322,68	0,40%
ENERGISA MINAS GERAIS DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S.A	1.334.586,16	0,39%
GALICIA EMPREENDIMENTOS E PARTICIPACOES LTDA	1.283.958,27	0,37%
RT AMBIENTAL EIRELI	1.227.729,60	0,35%
CONTROLE ENGENHARIA EIRELI	1.207.633,38	0,35%
MASTER CONSTRUTORA E INCORPORADORA EIRELI	1.178.905,40	0,34%
OWNERGY SOLUCOES E INSTALACOES ECO EFICIENTES LTDA	1.140.680,02	0,33%
URBANA ARQUITETURA E PROJETOS LTDA	1.095.152,74	0,32%
CONSTRUTORA CNT - EIRELI	974.057,48	0,28%
PLANETA CONSTRUCOES CIVIS COMERCIO E SERVICOS DE INFORMATICA E CONDICI	970.303,33	0,28%
EFICIENCIA CONSTRUTORA LTDA	960.300,10	0,28%
PROJECAO ENGENHARIA E ARQUITETURA LTDA - EPP	950.000,00	0,27%
DELPA ENGENHARIA E SEGURANCA LTDA	944.802,94	0,27%
CONDOMINIO HV BUSINESS PARK	865.860,74	0,25%
PLANEAR ENGENHARIA LTDA - EPP	812.181,96	0,23%

EFICACIA PROJETOS E CONSULTORIA LTDA	810.206,18	0,23%
LIMINE CONSTRUTORA EIRELI -EPP	803.882,02	0,23%
FORMATO C.E INCORPORADORA LTDA	800.000,00	0,23%
R. NEUENSCHWANDER ENGENHARIA DE ESTRUTURAS LTDA	780.485,00	0,23%
EGS ELEVADORES EIRELI	716.464,73	0,21%
Demais Credores	22.407.942,36	6,48%
TOTAL	346.051.513,68	100,00%

Fonte: Armazém de Informações - BO SIAFI/MG.

Os próximos quadros demonstram a execução financeira e física da ação, mês a mês, bem como a execução por região do Estado, confrontados os números programados e os realizados.

Quadro XXI - Execução Mensal - Ação Orçamentária 2091 - Obras e Gestão Predial

Mês	Físico			Orçamentário		
	Programação	Reprogramação	Realizado	Programação	Reprogramação	Realizado
Janeiro	1	0	0	36.237.627,62	1.089.719,43	1.089.719,43
Fevereiro	0	0	0	37.469.125,81	8.277.032,09	8.277.032,09
Março	1	0	0	39.107.955,62	18.997.338,87	18.997.338,87
Abril	0	1	1	41.590.764,30	17.182.445,99	17.182.445,99
Mai	4	1	1	39.069.290,82	19.043.281,87	19.043.281,87
Junho	3	0	0	35.984.618,86	21.701.336,66	21.701.336,66
Julho	9	0	0	29.955.877,26	19.304.532,13	19.304.532,13
Agosto	4	0	0	28.016.513,07	21.108.970,32	21.108.970,32
Setembro	3	1	1	31.014.566,70	28.380.719,26	28.380.719,26
Outubro	1	0	0	29.939.498,61	21.647.819,29	21.647.819,29
Novembro	1	0	0	29.660.962,11	25.861.608,80	25.861.608,80
Dezembro	1	24	0	39.911.393,22	215.363.389,29	143.456.708,97
TOTAL	28	27	3	417.958.194,00	417.958.194,00	346.051.513,68

Fonte: Sistema de Informações Gerenciais e de Planejamento - SIGPlan.

Quadro XXII - Execução Regionalizada - Ação Orçamentária 2091 - Obras e Gestão Predial

Territórios	Físico				Orçamentário			
	Programado PPAG (A)	Executado Jan/Dez (B)	B/A	Análise Vertical (B)	Programado PPAG (A)	Executado Jan/Dez (B)	B/A	Análise Vertical (B)
Estadual	0	0	-	0,00%	109.123.185,00	178.345.386,80	163,43%	51,54%
Região Intermediária de Barbacena	0	0	-	0,00%	6.744.437,00	66.992,65	0,99%	0,02%
Região Intermediária de Belo Horizonte	5	1	20,00%	33,33%	72.112.845,00	48.505.835,39	67,26%	14,02%
Região Intermediária de Divinópolis	1	0	0,00%	0,00%	42.109.667,00	11.750.252,60	27,90%	3,40%
Região Intermediária de Governador Valadares	0	0	-	0,00%	8.636.428,00	40.606,44	0,47%	0,01%
Região Intermediária de Ipatinga	1	0	0,00%	0,00%	199.310,00	683.821,72	343,09%	0,20%
Região Intermediária de Juiz de Fora	3	2	66,67%	66,67%	25.816.996,00	21.512.239,25	83,33%	6,22%
Região Intermediária de Montes Claros	3	0	0,00%	0,00%	22.923.728,00	13.582.151,29	59,25%	3,92%

Região Intermediária de Patos de Minas	0	0	-	0,00%	6.272.640,00	4.575.517,50	72,94%	1,32%
Região Intermediária de Pouso Alegre	5	0	0,00%	0,00%	37.728.682,00	3.678.493,94	9,75%	1,06%
Região Intermediária de Teófilo Otoni	4	0	0,00%	0,00%	31.652.177,00	27.163.931,54	85,82%	7,85%
Região Intermediária de Uberaba	1	0	0,00%	0,00%	3.886.705,00	1.222.752,43	31,46%	0,35%
Região Intermediária de Uberlândia	0	0	-	0,00%	12.349.319,00	13.677.818,03	110,76%	3,95%
Região Intermediária de Varginha	5	0	0,00%	0,00%	38.402.075,00	21.245.714,10	55,32%	6,14%
TOTAL	28	3	10,71%	100,00%	417.958.194,00	346.051.513,68	82,80%	100,00%

Fonte: Sistema de Informações Gerenciais e de Planejamento - SIGPlan.

Relativamente à meta física, o resultado foi de 03 (três) intervenções finalizadas. Foram concluídas, com a emissão do Termo de Recebimento Provisório – TRP, obras nas comarcas abaixo relacionadas:

- Ervália: reforma e ampliação do fórum; inauguração em 01/06/2020, com emissão do TRP em 19/05/2021;
- Mariana: construção do novo fórum; inauguração da edificação em 16/07/2021, emissão do TRP em 18/10/2021;
- Mirai: construção do novo fórum; inauguração realizada em 15/12/2020, emissão do TRP em 20/04/2021.

O desempenho é considerado crítico, uma vez que foi prevista a finalização de 28 (vinte e oito) obras, percentual de cumprimento de 10,71%, portanto.

Justificando tal desempenho, a Diretoria Executiva de Engenharia e Gestão Predial – DENGEP, responsável pelo monitoramento no SIGPlan, pronunciou-se da seguinte forma: “Informamos que durante o 6º Bimestre/2021 tivemos algumas obras que permaneceram paralisadas no período. E, que apesar dos esforços realizados pela DENGEP, o impacto ao longo do ano vigente é grande, o que mantém o percentual alcançado insatisfatório. Ademais, tivemos grandes obras com baixa execução, devido aos impactos ocorridos pela pandemia do Covid-19”.

Todavia, cumpre destacar que, durante o ano de 2021, também foram emitidos os termos de recebimento provisório relativos às intervenções realizadas nas seguintes comarcas:

- Águas Formosas: reforma parcial para acessibilidade; emissão do TRP em 01/10/2021;
- Cláudio: construção do novo fórum; inauguração realizada em 29/06/2020, emissão do TRP em 18/01/2021;
- Guaranésia: construção do novo fórum; inauguração do prédio em 11/12/2020, emissão do TRP em 14/01/2021;
- Monte Sião: construção do novo fórum; inauguração em 15/12/2020, emissão do TRP em 19/05/2021;
- Piumhi: construção do novo fórum; inauguração em 30/06/2020, emissão do TRP em 29/01/2021;
- Unai: reforma parcial do fórum; inauguração em 13/01/2020, emissão do TRP em 29/01/2021.

Releva mencionar que as intervenções acima arroladas não foram informadas como unidade contruída, reformada ou ampliada, quando da realização do monitoramento bimestral no SIGPlan em 2021. Nesse aspecto, importante destacar o Processo SEI 0128360-18.2020.8.13.0000, referente à Diligência de Auditoria nº 31/2020. Em apertada síntese, ficou estabelecido, por seu intermédio, que, a partir do exercício de 2021, a emissão do TRP seria o parâmetro definidor da conclusão de obra ou serviço. Houve, portanto, entre os anos de 2020 e 2021, readequação do marco balizador da conclusão de uma intervenção.

Assim, as obras executadas em Ervália, Mariana e Mirai foram consideradas para o cômputo de intervenções realizadas em 2021 por reunirem as seguintes condições: enquadramento no produto da ação (unidade construída/reformada/ampliada), emissão do TRP e não terem sido informadas no monitoramento do ano de 2020.

Referentemente à meta orçamentária, é satisfatório o desempenho, com realização de 82,80% do programado.

3.2.4. Ação Orçamentária 2109 - Formação, Aperfeiçoamento e Desenvolvimento Contínuo de Pessoas

Função:	02 - Judiciária
Subfunção:	128 - Formação de Recursos Humanos
Programa:	706 - Prestação Jurisdicional
Produto:	Aprovação em Ação Educacional
Unidade de Medida:	Unidade
Meta Física:	66.500

Oferecer e aprimorar a formação inicial, continuada e avançada de magistrados, servidores e colaboradores da justiça, com o propósito de contribuir para a efetividade na prestação jurisdicional é a finalidade da ação 2109.

O total realizado em 2021 alcançou o valor de R\$1.815.736,40 (um milhão, oitocentos e quinze mil, setecentos e trinta e seis reais e quarenta centavos).

Estão relacionadas nos quadros seguintes as maiores despesas por elemento-item e por credor, respectivamente.

Quadro XXIII - Maiores Despesas - Ação Orçamentária 2109 - Por Elemento-Item

Grupo	Elemento	Item	Descrição	Valor (R\$)	% em relação ao TOTAL
3	39	55	EVENTOS DE COMUNICACAO INSTITUCIONAL	399.357,12	21,99%
3	39	53	CURSOS DE FORMACAO E CAPACITACAO PROMOVIDOS PELO ESTADO	397.911,57	21,91%
3	14	1	DIARIAS - CIVIL	274.548,80	15,12%
3	39	50	SERVICOS DE AGENCIAMENTO DE VIAGENS	191.341,04	10,54%
3	36	19	CONFERENCIAS E EXPOSICOES	150.764,87	8,30%
3	39	24	CURSOS, EXPOSICOES, CONGRESSOS E CONFERENCIAS	111.309,76	6,13%
3	47	99	OUTROS - OBRIGACOES TRIBUTARIAS E CONTRIBUTIVAS	68.000,00	3,75%
3	35	1	SERVICOS DE CONSULTORIA - PESSOA FISICA	61.440,00	3,38%
3	36	31	SERVICOS DE TREINAMENTO, CAPACITACAO E APERFEICOAMENTO DE PESSOAL	54.231,20	2,99%
3	35	2	SERVICOS DE CONSULTORIA - PESSOA JURIDICA	53.592,48	2,95%
3	36	23	GRATIFICACAO POR ENCARGO DE CURSO OU CONCURSO	43.285,22	2,38%
3	36	99	OUTRAS DESPESAS PAGAS A PESSOAS FISICAS	4.001,49	0,22%
3	36	4	DIARIAS A COLABORADORES EVENTUAIS	3.780,00	0,21%
3	39	49	CURSOS DE FORMACAO E CAPACITACAO PARA O CIDADAO	2.172,85	0,12%
TOTAL				1.815.736,40	100,00%

Fonte: Armazém de Informações - BO SIAFI/MG.

Quadro XXIV - Maiores Credores - Ação Orçamentária 2109

Credor	Valor (R\$)	% em relação ao TOTAL
EPICO EVENTOS EIRELI	399.357,12	21,99%
SX TECNOLOGIA E SERVICOS CORPORATIVOS EIRELI - ME	191.341,04	10,54%
EPHISTHEME PESQUISA E PLANEJAMENTO EM EDUCACAO LTDA	82.658,94	4,55%
FUNDACAO INSTITUTO DE PESQUISAS ECONOMICAS, ADMINISTRATIVAS E CONTABEI	70.000,00	3,86%
INSS - INSTITUTO NACIONAL DE SEGURIDADE SOCIAL	68.000,00	3,75%
EMERSON LUIZ DE CASTRO	61.440,00	3,38%
CENTRO DE PESQUISA EM DIREITO, TECNOLOGIA E INOVACAO DTIBR	58.500,00	3,22%
ZENITE INFORMACAO E CONSULTORIA S/A	54.442,30	3,00%
WORKING ASSOCIACAO DE INTEGRACAO PROFISSIONAL	48.000,00	2,64%
DE CARVALHO, DE CARVALHO E SIQUEIRA TREINAMENTO EM DESENVOLVIMENTO PRO	35.840,00	1,97%
CLAUDIO JOEL BRITO LOSSIO	24.710,40	1,36%
HABITUS - DESIGNER DE SISTEMA DE CONFLITO LTDA - ME	21.120,00	1,16%
MARCIA ALVES DOS SANTOS	20.080,00	1,11%

MARCELO ORNELLAS MARCHIORI	18.883,28	1,04%
AOVS SISTEMA DE INFORMATICA LTDA.	16.800,00	0,93%
INSTITUTO NEGOCIOS PUBLICOS DO BRASIL - ESTUDOS E PESQUISAS NA ADMNIIS	15.740,00	0,87%
JEANE LEITE DA SILVA CANELAS - CON TREINAMENTOS	14.580,00	0,80%
PAZES TREINAMENTO EM DESENVOLVIMENTO PESSOAL E PROFISSIONAL E GESTAO R	13.200,00	0,73%
LEILA MARIA RODRIGUES 22161937634 - ME	13.077,35	0,72%
EDUARDO CALAIS PEREIRA	12.328,92	0,68%
EDUARDO REZENDE MELO	12.081,60	0,67%
JOSE DE ARIMATEIA BARBOSA	11.986,90	0,66%
OPICE BLUM ACADEMY TREINAMENTO E CONSULTORIA LTDA	11.700,00	0,64%
ALINE CARLOS DOURADO BRAGA	11.683,28	0,64%
OPEN TREINAMENTOS EMPRESARIAIS E EDITORA LTDA EPP	11.400,00	0,63%
VICTOR FROIS RODRIGUES	10.212,40	0,56%
GLAYS DE FATIMA SILVA GUERRA	10.040,00	0,55%
OCTONI DUMANA - DESENVOLVIMENTO GERENCIAL LTDA	10.040,00	0,55%
HUMANA PALAVRA TREINAMENTOS PROFISSIONAIS LTDA	10.000,00	0,55%
POLO CURSOS E PALESTRAS LTDA	10.000,00	0,55%
Demais Credores	466.492,87	25,69%
TOTAL	1.815.736,40	100,00%

Fonte: Armazém de Informações - BO SIAFI/MG.

Na sequência são apresentados os quadros com a informação sobre a execução física e orçamentária da ação em comparação com o planejamento realizado. A meta física realizada, 79.666 certificados expedidos, representa 119,80% do inicialmente estabelecido, status satisfatório, por conseguinte.

Por outro lado, obteve enquadramento crítico o resultado orçamentário da ação, com a execução de 36,31% do aprovado no orçamento anual.

A Diretoria Executiva de Desenvolvimento de Pessoas – DIRDEP, responsável pelo lançamento dos dados no SIGPlan, apresentou a seguinte justificativa para o desempenho apurado em 2021: “O status do índice explica-se pela manutenção da suspensão das atividades presenciais durante a maior parte do ano, em razão da pandemia, e a predominância de ações educacionais na modalidade a distância (EAD), as quais responderam por 96% do total das ações educacionais oferecidas pela EJEJ/TJMG em 2021. As ações em EAD possuem grande abrangência, porém com utilização de poucos recursos orçamentários, especialmente em turmas posteriores, gerando, com isso, elevada execução física (aprovações), combinada a uma baixa execução financeira, levando o índice ao status de "subestimado”.

Prossegue a área, desta feita comentando sobre o monitoramento específico do 6º bimestre: “Na revisão do PPAG, realizada em meados de 2020, esperava-se o controle da pandemia no ano de 2021, com a retomada de ações presenciais, que respondem historicamente por mais de 80% das despesas educacionais da EJEJ. Entretanto, houve a manutenção da suspensão das atividades presenciais na maior parte do ano, levando a uma menor necessidade orçamentária. Com a predominância do ensino a distância desde 2020, a EJEJ conseguiu manter e mesmo elevar os resultados físicos, porém, a menores custos, pela natureza do EAD. No bimestre considerado, houve retorno de ações presenciais de maior porte, com relevante impacto orçamentário, entretanto, considerando a manutenção do cenário pandêmico e da predominância do EAD durante todo o ano, tal impacto não foi suficiente para elevar de maneira considerável a execução da presente ação orçamentária. Por sua vez, a meta física alcançada superou as expectativas para o bimestre e para o ano, demonstrando a abrangência e o sucesso da modalidade a distância perante o público atendido”.

Quadro XXV – Execução Mensal – Ação Orçamentária 2109 – Formação, Aperfeiçoamento e Desenvolvimento Contínuo de Pessoas

Mês	Físico			Orçamentário		
	Programação	Reprogramação	Realizado	Programação	Reprogramação	Realizado

Janeiro	1.607	1.607	1.607	0,00	0,00	0,00
Fevereiro	5.224	5.224	5.224	38.428,32	38.428,32	38.428,32
Março	6.087	5.651	5.651	21.641,64	11.254,41	11.254,41
Abril	5.100	6.015	6.015	111.066,36	75.034,13	75.034,13
Mai	6.006	11.367	11.367	456.687,67	35.402,48	35.402,48
Junho	8.968	10.641	10.641	438.941,10	104.208,82	104.208,82
Julho	1.924	6.031	6.031	153.188,20	176.400,14	176.400,14
Agosto	6.683	10.893	10.893	1.093.290,54	133.299,00	133.299,00
Setembro	6.385	5.529	5.529	1.159.822,08	145.377,23	145.377,23
Outubro	5.701	4.293	4.293	585.536,92	89.954,71	89.954,71
Novembro	6.338	7.094	7.094	667.055,79	234.188,02	234.188,02
Dezembro	6.477	5.321	5.321	274.341,38	3.956.452,74	772.189,14
TOTAL	66.500	79.666	79.666	5.000.000,00	5.000.000,00	1.815.736,40

Fonte: Sistema de Informações Gerenciais e de Planejamento - SIGPlan.

Quadro XXVI – Execução Regionalizada – Ação Orçamentária 2109 – Formação, Aperfeiçoamento e Desenvolvimento Contínuo de Pessoas

Territórios	Físico				Orçamentário			
	Programado PPAG (A)	Executado Jan/Dez (B)	B/A	Análise Vertical (B)	Programado PPAG (A)	Executado Jan/Dez (B)	B/A	Análise Vertical (B)
Estadual	133	747	561,65%	0,94%	10.507,00	26.914,51	256,16%	1,48%
Região Intermediária de Barbacena	1.962	2.469	125,84%	3,10%	147.511,00	56.952,24	38,61%	3,14%
Região Intermediária de Belo Horizonte	27.233	33.972	124,75%	42,64%	2.047.660,00	798.007,71	38,97%	43,95%
Região Intermediária de Divinópolis	3.970	4.772	120,20%	5,99%	298.463,00	106.635,47	35,73%	5,87%
Região Intermediária de Governador Valadares	2.046	2.526	123,46%	3,17%	153.714,00	55.874,48	36,35%	3,08%
Região Intermediária de Ipatinga	3.519	3.159	89,77%	3,97%	264.435,00	66.725,49	25,23%	3,67%
Região Intermediária de Juiz de Fora	6.018	7.239	120,29%	9,09%	452.559,00	160.489,63	35,46%	8,84%
Região Intermediária de Montes Claros	2.516	2.619	104,09%	3,29%	189.164,00	55.732,52	29,46%	3,07%
Região Intermediária de Patos de Minas	2.245	3.252	144,86%	4,08%	168.892,00	68.279,55	40,43%	3,76%
Região Intermediária de Pouso Alegre	3.510	4.654	132,59%	5,84%	263.772,00	104.832,01	39,74%	5,77%
Região Intermediária de Teófilo Otoni	2.743	2.462	89,76%	3,09%	206.071,00	50.077,18	24,30%	2,76%
Região Intermediária de Uberaba	2.203	1.941	88,11%	2,44%	165.729,00	45.861,13	27,67%	2,53%
Região Intermediária de Uberlândia	3.376	3.902	115,58%	4,90%	253.796,00	94.091,33	37,07%	5,18%
Região Intermediária de Varginha	5.026	5.952	118,42%	7,47%	377.727,00	125.263,15	33,16%	6,90%
TOTAL	66.500	79.666	119,80%	100,00%	5.000.000,00	1.815.736,40	36,31%	100,00%

Fonte: Sistema de Informações Gerenciais e de Planejamento - SIGPlan.

3.2.5. Ação Orçamentária 4395 - Processamento Judiciário

Função:	02 - Judiciária
Subfunção:	061 - Ação Judiciária

Programa:	706 - Prestação Jurisdicional
Produto:	Processo Baixado
Unidade de Medida:	Processo
Meta Física:	2.612.464

Tem como finalidade destinar recursos para atender às atividades e aos serviços que contribuam para a celeridade da prestação jurisdicional e reduzam a litigiosidade na justiça, inclusive os necessários para cumprimento das atribuições institucionais com atendimento aos feitos amparados pela assistência judiciária (cumprimento de diligências judiciais, exame de ácido desoxirribonucleico – DNA, peritos, tradutores e intérpretes), ações desenvolvidas pela Coordenadoria da Infância e Juventude – COINJ e pela Coordenadoria da Mulher em Situação de Violência Doméstica e Familiar – COMSIV e as relacionadas ao aperfeiçoamento dos Juizados Especiais.

R\$775.247.281,16 (setecentos e setenta e cinco milhões, duzentos e quarenta e sete mil, duzentos e oitenta e um reais e dezesseis centavos) foi o valor da despesa realizada por meio da ação orçamentária 4395 no ano de 2021.

Observando os quadros seguintes, que demonstram, respectivamente, as maiores despesas por elemento-item e por credores, nota-se que cerca de 70% dos gastos são relativos à locação de mão-de-obra (apoio administrativo e conservação e limpeza). Outros destaques são a despesa com estagiários e o pagamento da indenização de transporte devida ao Oficial de Justiça e ao Oficial de Cartório.

Quadro XXVII – Maiores Despesas – Ação Orçamentária 4395 – Por Elemento-Item

Grupo	Elemento	Item	Descrição	Valor (R\$)	% em relação ao TOTAL
3	37	2	LOCACAO DE SERVICOS DE APOIO ADMINISTRATIVO	465.615.544,32	60,06%
3	36	1	ESTAGIARIOS	82.899.879,75	10,69%
3	37	1	LOCACAO DE SERVICOS DE CONSERVACAO E LIMPEZA	74.753.379,17	9,64%
3	93	27	INDENIZACAO DE TRANSPORTE DEVIDA AO OFICIAL DE JUSTICA	71.514.756,61	9,22%
3	39	15	SERVICO POSTAL-TELEGRAFICO	24.259.887,63	3,13%
3	49	5	AUXILIO TRANSPORTE PAGO A ESTAGIARIOS PECUNIA	8.369.987,97	1,08%
4	52	14	MOBILIARIO	7.129.656,19	0,92%
3	36	24	SERVICOS TECNICOS JUDICIAIS - HONORARIOS JUSTICA GRATUITA	5.475.313,37	0,71%
3	30	5	MATERIAL PARA ESCRITORIO	4.159.452,67	0,54%
3	36	12	DESPESAS MIUDAS DE PRONTO PAGAMENTO	3.526.488,18	0,45%
3	93	16	INDENIZACOES DETERMINADAS POR LEI ESPECIFICA	3.100.594,39	0,40%
3	36	27	JUIZES LEIGOS	2.879.742,41	0,37%
3	14	1	DIARIAS - CIVIL	2.227.656,60	0,29%
3	30	26	COMBUSTIVEIS E LUBRIFICANTES PARA VEICULOS AUTOMOTORES	2.194.509,06	0,28%
3	30	8	PRODUTOS ALIMENTICIOS	1.351.317,17	0,17%
3	47	99	OUTROS - OBRIGACOES TRIBUTARIAS E CONTRIBUTIVAS	1.187.461,64	0,15%
3	30	30	MATERIAIS PARA ACONDICIONAMENTO E EMBALAGEM	1.145.087,90	0,15%
3	39	26	ENCARGOS FINANCEIROS	1.001.528,74	0,13%
3	15	1	DIARIAS - MILITAR	885.669,00	0,11%
3	39	74	SERVICO DE REALIZACAO DE CONCURSO PUBLICO E PROCESSO SIMPLIFICADO	806.035,81	0,10%
3	49	3	DESPESA DE TRANSPORTE DEVIDA A SERVIDORES DOS PODERES DO ESTADO	800.000,00	0,10%
3	39	18	REPAROS DE VEICULOS	703.030,66	0,09%
3	39	99	OUTROS SERVICOS PESSOA JURIDICA	683.172,05	0,09%

3	39	61	SERVICOS DE CONSERVACAO E LIMPEZA	650.290,62	0,08%
3	37	4	LOCACAO DE SERVICOS DE APOIO ADMINISTRATIVO REALIZADOS PELA MGS	642.488,30	0,08%
3	39	9	PUBLICIDADE	498.263,95	0,06%
3	39	6	TRANSPORTE E ACONDICIONAMENTO DE MATERIAIS	463.583,62	0,06%
3	39	11	ASSINATURAS DE JORNAIS, REVISTAS E PERIODICOS	456.080,31	0,06%
3	39	21	REPAROS DE EQUIPAMENTOS, INSTALACOES E MATERIAL PERMANENTE	445.935,54	0,06%
3	39	43	SERVICO DE ADMINISTRACAO E GERENCIAMENTO DE FROTA DE VEICULOS	399.212,98	0,05%
3	33	4	PASSAGENS - PESSOA JURIDICA	390.886,99	0,05%
3	30	99	OUTROS MATERIAIS	376.037,48	0,05%
3	30	4	MATERIAL GRAFICO E IMPRESSOS	364.069,05	0,05%
4	52	12	MAQUINAS, APARELHOS, UTENSILIOS E EQUIPAMENTOS USO ADMINISTRATIVO	321.174,50	0,04%
3	30	22	FERRAMENTAS, FERRAGENS E UTENSILIOS	289.113,26	0,04%
3	39	55	EVENTOS DE COMUNICACAO INSTITUCIONAL	225.943,90	0,03%
3	92	2	DESPESAS DE EXERCICIOS ANTERIORES - OUTRAS DESPESAS	202.426,90	0,03%
3	39	87	SERVICOS DE GERENCIAMENTO E FORNECIMENTO DE COMBUSTIVEL	200.000,00	0,03%
3	39	3	FORNECIMENTO DE ALIMENTACAO	195.340,73	0,03%
3	30	17	ARTIGOS PARA LIMPEZA E HIGIENE	171.533,57	0,02%
3	39	19	LOCACAO DE MAQUINAS E EQUIPAMENTOS	144.642,90	0,02%
3	30	24	PECAS E ACESSORIOS P/ EQUIP. E OUTROS MATERIAIS PERMANENTES	141.377,65	0,02%
3	32	1	MATERIAL DE DISTRIBUICAO GRATUITA	114.918,29	0,01%
4	52	25	APARELHOS E UTENSILIOS DOMESTICOS	113.361,84	0,01%
3	39	50	SERVICOS DE AGENCIAMENTO DE VIAGENS	105.158,08	0,01%
3	30	10	MATERIAL MEDICO E HOSPITALAR	96.451,70	0,01%
3	40	2	SERVICO DE TECNOLOGIA DA INFORMACAO	94.495,81	0,01%
3	40	4	SERVICO DE TELECOMUNICACAO	84.133,30	0,01%
4	52	18	COLECAO E MATERIAIS BIBLIOGRAFICOS	78.706,53	0,01%
4	52	9	EQUIPAMENTOS HOSPITALARES, ODONTOLOGICOS E DE LABORATORIO	76.480,44	0,01%
Demais despesas				1.235.021,63	0,16%
TOTAL				775.247.281,16	100,00%

Fonte: Armazém de Informações - BO SIAFI/MG.

Quadro XXVIII – Maiores Credores – Ação Orçamentária 4395

Credor	Valor (R\$)	% em relação ao TOTAL
PLANSUL PLANEJAMENTO E CONSULTORIA LTDA	243.083.632,16	31,36%
PLANTAO SERVICOS DE VIGILANCIA LTDA	91.816.707,82	11,84%
BENEFICIARIOS DE ESTAGIOS E BOLSAS DE ESTUDO	91.269.867,72	11,77%
VERBA INDENIZATORIA DE TRANSPORTE - OFICIAIS DE JUSTICA	71.514.756,61	9,22%
APPA SERVICOS TEMPORARIOS E EFETIVOS LTDA	64.414.564,54	8,31%

SERVITE EMPREENDIMENTOS E SERVICOS LTDA	42.781.525,57	5,52%
AGILE EMPREENDIMENTOS E SERVICOS EIRELI	40.406.241,84	5,21%
EMPRESA BRASILEIRA DE CORREIOS E TELEGRAFOS - ECT	24.259.887,63	3,13%
ESPECIALY TERCEIRIZACAO - EIRELI	18.032.993,11	2,33%
ASSOCIACAO PROFISSIONALIZANTE DO MENOR DE BELO HORIZONTE -ASSPROM	14.959.419,85	1,93%
INOVA TECNOLOGIA EM SERVICOS LTDA	13.342.109,07	1,72%
S & M CONSERVACAO E LIMPEZA LTDA	8.936.907,88	1,15%
FIANCA(CRIMINAL)	3.096.145,64	0,40%
FEDERACAO NACIONAL DE EDUCACAO E INTEGRACAO DOS SURDOS	2.594.821,65	0,33%
CCL DISTRIBUIDORA EIRELI	2.535.675,00	0,33%
VIBRA ENERGIA S.A	1.980.709,00	0,26%
CENTRO DE DISTRIBUICAO DE ARTIGOS METALICOS MINAS BRASIL EIRELI	1.870.039,80	0,24%
SA GONDOLAS DE ACO LTDA	1.450.750,00	0,19%
INSS - INSTITUTO NACIONAL DE SEGURIDADE SOCIAL	1.186.638,60	0,15%
BANCO DO BRASIL SA	1.001.528,74	0,13%
DIARIAS/REEMBOLSO DE COMBUSTIVEIS/PASSAGENS	800.000,00	0,10%
ORIGEM MOVEIS E TRANSPORTES LTDA	779.875,00	0,10%
PAPELARIA OURO EIRELI	748.475,85	0,10%
KADOSHI COMERCIO E REPRESENTACOES EIRELI	695.265,00	0,09%
FLEXFORM INDUSTRIA E COMERCIO DE MOVEIS LTDA	651.708,00	0,08%
MGS MINAS GERAIS ADMINISTRACAO E SERVICOS S/A	642.488,30	0,08%
LIDER VEICULOS S. A.	635.578,71	0,08%
INSTITUTO HERMES PARDINI S/A	627.941,97	0,08%
TRIVALE ADMINISTRACAO LTDA	613.013,04	0,08%
GP DISTRIBUIDORA DE ALIMENTOS LTDA - ME	540.777,31	0,07%
HOME PASTAS COMERCIAL LTDA EPP	480.000,00	0,06%
RANGAP DISTRIBUIDORA DE ALIMENTOS LTDA -ME	478.236,58	0,06%
MAXIMO DISTRIBUIDORA LTDA - EPP	467.053,90	0,06%
CELIN TRANSPORTES LTDA	463.583,62	0,06%
TRATTO MOBILE MOBILIARIO CORPORATIVO EIRELI	432.000,00	0,06%
CENTRA MOVEIS S/A	396.840,00	0,05%
EDUARDO HENRIQUE OSORIO DE OLIVEIRA ME	390.886,99	0,05%
BIOPRAGAS CONTROLE DE VETORES E PRAGAS URBANAS LTDA -ME	387.515,81	0,05%
AGROPECUARIA FAZENDA DO BENTO INDUSTRIA E COMERCIO LTDA	384.970,00	0,05%
CONSULPLAN CONSULTORIA E PLANEJAMENTO EM ADMINISTRACAO PUBLICA EIRELI	366.789,12	0,05%
FUNDACAO GETULIO VARGAS	320.406,69	0,04%
TECKMAX COMERCIO DE MOVEIS EIRELI	256.110,00	0,03%

PERSI ANIL COMERCIO E SERVICOS EIRELI -ME	231.252,40	0,03%
PROJETO MAIS COMERCIO E SERVICOS LTDA - ME	230.000,00	0,03%
SAMUEL REZENDE RAMALHO	223.306,64	0,03%
ALEXANDRE CUNHA DE SOUZA - EPP	223.193,00	0,03%
INES MARIA CRIACOES EIRELI - ME	220.625,00	0,03%
UNIDATA AUTOMACAO LTDA	200.000,00	0,03%
MAQNETE COMERCIO E SERVICOS EIRELI -ME	197.445,00	0,03%
OUTLET COMERCIO DE MATERIAIS EIRELI - ME	192.122,50	0,02%
UNIAO INDUSTRIA E COMERCIO DE EMBALAGENS DE PAPELAO LTDA ME	191.900,00	0,02%
CONTIPLAN TECNOLOGIA GRAFICA LTDA	190.655,45	0,02%
CONSORCIO OPERACIONAL DO TRANS. COLETIVO DE PASSAG. POR ONIBUS DO MUNI	178.500,00	0,02%
FLY MIDIA LTDA	169.503,00	0,02%
EDITORIA REVISTA DOS TRIBUNAIS LTDA	168.786,13	0,02%
TECNO 2000 INDUSTRIA E COMERCIO LTDA	165.713,49	0,02%
CASA DECORACAO LTDA - ME	150.348,20	0,02%
CARLISA SILVER E SILVA	131.986,77	0,02%
DM PAPEIS LTDA - EPP	122.505,00	0,02%
INSTITUTO BRASILEIRO DE GESTAO E PESQUISA - IBGP	118.840,00	0,02%
ANDAIMIX LOCACAO E COM. DE ANDAIMES E EQUIPAMENTOS LTDA -ME	117.919,92	0,02%
LEANDRO LUIZ LEAL SILVA -EPP	113.932,50	0,01%
ESSENZA INDUSTRIA QUIMICA EIRELI - ME	112.438,40	0,01%
EPICO EVENTOS EIRELI	110.160,94	0,01%
ISRAEL TOMAZ FERREIRA	109.692,00	0,01%
PONTO LIMPO SERVICOS LTDA -EPP	108.351,55	0,01%
SX TECNOLOGIA E SERVICOS CORPORATIVOS EIRELI - ME	103.898,08	0,01%
ELIANE MEIRE BATISTA FIUZA BORBA	101.780,00	0,01%
A DESINSETIZADORA E DESENTUPIDORA REAL TOX - EIRELI - ME	100.027,94	0,01%
EDITORIA FORUM LTDA	98.201,81	0,01%
ALESSANDRA CAJUEIRO DE GOUVEA RAMALHO	97.776,00	0,01%
IVALDO ELIAS PENNA GAVAZZA	93.064,42	0,01%
4TECH MANUTENCAO LABORATORIAL, REFRIGERACAO E HOSPITALAR LTDA - EPP	90.107,61	0,01%
NF VEICULOS LTDA	89.040,40	0,01%
NACIONAL ATACADISTA BRASIL LTDA - EPP	88.584,00	0,01%
Demais Credores	18.311.184,89	2,36%
TOTAL	775.247.281,16	100,00%

Fonte: Armazém de Informações - BO SIAFI/MG.

Os próximos quadros dizem respeito à execução física e orçamentária da ação, conforme monitoramento bimestral realizado por meio do SIGPlan, comparados os valores programados e realizados, sendo o primeiro relativo à execução

mensal e o seguinte à realização regionalizada.

O valor computado para a meta física, 2.052.499 processos baixados, alcançou o percentual de 78,57% do programado, o que representou o alcance do status satisfatório. O mesmo ocorreu com a meta orçamentária, com realização de 80,38% do originalmente previsto.

Quadro XXIX – Execução Mensal – Ação Orçamentária 4395 – Processamento Judiciário

Mês	Físico			Orçamentário		
	Programação	Reprogramação	Realizado	Programação	Reprogramação	Realizado
Janeiro	164.851	164.851	164.851	3.652.013,09	3.652.013,09	3.652.013,09
Fevereiro	105.373	105.373	105.373	42.480.749,27	42.480.749,27	42.480.749,27
Março	257.820	162.564	162.564	58.115.333,04	46.318.004,56	46.318.004,56
Abril	215.189	31.952	31.952	58.115.333,04	45.696.697,94	45.696.697,94
Maio	276.530	206.172	206.172	58.115.333,04	50.348.100,98	50.348.100,98
Junho	226.504	77.656	77.656	58.115.333,04	53.682.979,29	53.682.979,29
Julho	233.249	231.551	231.551	58.115.333,04	50.195.577,36	50.195.577,36
Agosto	267.436	272.227	272.227	58.115.333,04	57.027.660,39	57.027.660,39
Setembro	253.211	233.746	233.746	73.262.104,33	55.776.716,96	55.776.716,96
Outubro	231.142	197.781	197.781	73.262.104,33	52.270.372,00	52.270.372,00
Novembro	223.192	220.294	220.294	73.262.104,33	55.305.296,97	55.305.296,97
Dezembro	157.967	708.297	148.332	349.887.539,41	451.487.510,99	262.493.112,35
TOTAL	2.612.464	2.612.464	2.052.499	964.498.613,00	964.241.679,80	775.247.281,16

Fonte: Sistema de Informações Gerenciais e de Planejamento - SIGPlan.

Quadro XXX – Execução Regionalizada – Ação Orçamentária 4395 – Processamento Judiciário

Territórios	Físico				Orçamentário			
	Programado PPAG (A)	Executado Jan/Dez (B)	B/A	Análise Vertical (B)	Programado PPAG (A)	Executado Jan/Dez (B)	B/A	Análise Vertical (B)
Estadual	0	168.699	-	8,22%	-	721.195,18	-	0,09%
Região Intermediária de Barbacena	79.053	49.223	62,27%	2,40%	27.052.936,00	20.928.831,66	77,36%	2,70%
Região Intermediária de Belo Horizonte	894.438	788.970	88,21%	38,44%	405.904.349,00	335.526.059,61	82,66%	43,28%
Região Intermediária de Divinópolis	170.022	114.274	67,21%	5,57%	53.470.935,00	45.317.035,23	84,75%	5,85%
Região Intermediária de Governador Valadares	92.517	54.639	59,06%	2,66%	27.460.385,00	22.001.401,97	80,12%	2,84%
Região Intermediária de Ipatinga	107.632	71.731	66,64%	3,49%	35.119.413,00	29.224.360,24	83,21%	3,77%
Região Intermediária de Juiz de Fora	259.139	165.398	63,83%	8,06%	89.163.314,00	67.622.006,27	75,84%	8,72%
Região Intermediária de Montes Claros	139.870	85.545	61,16%	4,17%	44.104.489,00	32.192.967,60	72,99%	4,15%
Região Intermediária de Patos de Minas	117.676	71.836	61,05%	3,50%	33.829.488,00	29.242.511,26	86,44%	3,77%
Região Intermediária de Pouso Alegre	162.057	104.540	64,51%	5,09%	51.935.417,00	41.894.930,17	80,67%	5,40%
Região Intermediária de Teófilo Otoni	91.920	67.379	73,30%	3,28%	31.219.627,00	27.198.876,10	87,12%	3,51%
Região Intermediária de Uberaba	112.007	70.985	63,38%	3,46%	35.166.493,00	27.356.612,77	77,79%	3,53%
Região Intermediária de Uberlândia	151.491	90.329	59,63%	4,40%	53.293.043,00	36.495.088,45	68,48%	4,71%
Região Intermediária de Varginha	234.642	148.951	63,48%	7,26%	76.778.724,00	59.525.404,65	77,53%	7,68%
TOTAL	2.612.464	2.052.499	78,57%	100,00%	964.498.613,00	775.247.281,16	80,38%	100,00%

3.2.6. Despesas de Exercícios Anteriores

Os próximos quadros apresentam informações referentes à realização de despesas de exercícios anteriores (elemento de despesa 92) em 2020 e 2021, com a variação percentual entre os dois exercícios, demonstrando, respectivamente, o total realizado por ação orçamentária e a execução orçamentária de forma detalhada.

Quadro XXXI – Despesas de Exercícios Anteriores – 2020 x 2021 – Por Ação Orçamentária

Ação	Descrição	2020 (R\$)	2021 (R\$)	% Variação
2025	GESTÃO DE SERVIÇOS DE TIC	33.399,45	59.811,81	79,08%
2091	OBRAS E GESTÃO PREDIAL	1.081.384,78	2.282.645,84	111,09%
2109	FORMAÇÃO, APERFEIÇOAMENTO E DESENVOLVIMENTO CONTÍNUO DE PESSOAS	72.985,92	-	-100,00%
4395	PROCESSAMENTO JUDICIÁRIO	314.364,76	202.426,90	-35,61%
VALOR TOTAL		1.502.134,91	2.544.884,55	69,42%

Fonte: Armazém de Informações BO SIAFI/MG.

Quadro XXXII – Despesas de Exercícios Anteriores – 2020 x 2021 – Detalhamento

Ação	Grupo	Modalid.	Elemento	Item	Item Descrição	Fonte	Proced.	2020 (R\$)	2021 (R\$)	% Variação
2025	3	90	92	2	DEA - OUTRAS DESPESAS	77	1	33.399,45	48.466,31	45,11%
2025	4	90	92	2	DEA - OUTRAS DESPESAS	77	1	-	11.345,50	-
2091	3	90	92	2	DEA - OUTRAS DESPESAS	77	1	194.130,67	577.298,97	197,38%
2091	4	90	92	2	DEA - OUTRAS DESPESAS	60	1	-	60.491,68	-
2091	4	90	92	2	DEA - OUTRAS DESPESAS	77	1	887.254,11	1.644.855,19	85,39%
2109	3	90	92	2	DEA - OUTRAS DESPESAS	77	1	72.985,92	-	-100,00%
4395	3	90	92	2	DEA - OUTRAS DESPESAS	70	1	50.123,63	-	-100,00%
4395	3	90	92	2	DEA - OUTRAS DESPESAS	77	1	263.694,00	202.426,90	-23,23%
4395	3	91	92	2	DEA - OUTRAS DESPESAS	77	1	547,13	-	-100,00%
VALOR TOTAL								1.502.134,91	2.544.884,55	69,42%

Fonte: Armazém de Informações BO SIAFI/MG.

4. PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO

Estratégia Institucional 2021-2026

O novo ciclo da Estratégia Nacional do Poder Judiciário foi inaugurado com a edição da Resolução CNJ nº 325/2020, publicada em 30 de junho de 2020, contendo os macrodesafios para o período de 2021 a 2026, além de diretrizes norteadoras do Planejamento Estratégico dos órgãos do Poder Judiciário.

Ainda no segundo semestre de 2020, a DEPLAG conduziu, de maneira participativa, o processo de elaboração da Estratégia Institucional para o sexênio 2021-2026. Em conformidade com a Resolução CNJ nº 221/2016, foram ouvidos, por meio de Consulta Pública, magistrados, servidores, advogados, entidades de classe, sindicatos, membro de outros órgãos públicos e cidadãos.

Visando apoiar a Alta Direção do TJMG nas escolhas estratégicas, tornando-as mais substanciadas em dados e evidências, a DEPLAG, em conjunto com as áreas da Secretaria do TJMG, elaborou Relatório Diagnóstico do TJMG, contendo informações sobre o perfil da Instituição, o desempenho do TJMG nos principais indicadores relacionados à prestação jurisdicional e a questões administrativas, diretrizes nacionais atinentes à Estratégia Nacional do Poder Judiciário, e percepções e sugestões obtidas por meio de processos participativos.

Em 30 de novembro de 2020, após aprovações do Comitê de Governança e Gestão Estratégica e do Órgão Especial, foi publicada a Resolução TJMG nº 952/2020, que dispõe sobre o Planejamento e a Gestão Estratégicos do TJMG para os

anos de 2021 a 2026.

O normativo estabelece, dentre outros aspectos, os quatro componentes do Planejamento Estratégico do TJMG, a saber:

- **Identidade Organizacional:** composta pela missão, visão e pelos valores da Instituição, que definem, respectivamente, seu propósito e sua razão de existir, a declaração do futuro desejado e os princípios norteadores do TJMG;
- **Mapa Estratégico:** tradução da missão, visão e dos valores do TJMG em um conjunto de macrodesafios, que direcionam o comportamento e o desempenho institucionais. Os macrodesafios poderão ser desdobrados em objetivos estratégicos, que são direcionadores da atuação da Instituição em prol do alcance de sua visão de futuro;
- **Painel Estratégico:** composto pelos indicadores institucionais, as metas nacionais, metas institucionais e, no que couber, os indicadores nacionais;
- **Quadro de Iniciativas:** consolidação dos programas, projetos e ações classificados como estratégicos devido a sua abrangência, complexidade, impacto orçamentário e financeiro, geração de resultados e relevância para o cumprimento da estratégia.

Plano Estratégico Institucional de 2021

Ato contínuo, no início de 2021, a DEPLAG iniciou o processo de elaboração do Plano Estratégico para o ano.

Na reunião de abertura dos trabalhos, em fevereiro de 2021, as áreas da Secretaria do TJMG presentes na ocasião foram cientificadas das deliberações decorrentes do XIV Encontro Nacional do Poder Judiciário, ocorrido nos dias 26 e 27 de novembro de 2020, das inovações trazidas pela Resolução TJMG nº 952/2020 para o ciclo 2021-2026 da Estratégia Institucional, bem como das diretrizes e orientações para a construção do painel estratégico e do quadro de iniciativas estratégicas do ano.

Após meses de intensa construção participativa, foi publicada, em maio de 2021, a Portaria Conjunta nº 1198/PR/2021, que disciplina o Painel Estratégico e o Quadro de Iniciativas do ano de 2021, que compõem o Planejamento e a Gestão Estratégicos do TJMG, ciclo 2021 a 2026.

A imagem a seguir demonstra a estrutura do Plano Estratégico de 2021, retrato do desdobramento da estratégia institucional.



O Mapa Estratégico do TJMG no ciclo 2021-2026 está elaborado sob três perspectivas (Sociedade, Processos Internos e Aprendizado e Crescimento) e contém os doze macrodesafios definidos na Resolução TJMG nº 952/2020, conforme se percebe nas figuras seguintes.



Sociedade

1

Garantia dos Direitos Fundamentais e do Estado Democrático de Direito

2

Ampliação da relação institucional do Judiciário com a Sociedade.

Processos Internos

3

Agilidade e produtividade na prestação jurisdicional

4

Enfrentamento à Corrupção e à Improbidade Administrativa

5

Prevenção de Litígios e Adoção de Soluções Consensuais para os Conflitos

6

Consolidação do Sistema de Precedentes Obrigatórios

7

Promoção da Sustentabilidade

8

Aperfeiçoamento da Administração do Sistema de Justiça

9

Aprimoramento da Gestão Administrativa e da Governança Judiciária

Aprendizado e crescimento

10

Otimização da Gestão de Pessoas

11

Modernização da Gestão Orçamentária e Financeira

12

Fortalecimento da Estratégia de TIC e de Proteção de Dados

Com enfoque, dentre outras questões, na consecução dos macrodesafios estabelecidos para o Judiciário mineiro, a Alta Gestão do TJMG instituiu o Programa Justiça Eficiente (PROJEF) como instrumento norteador do aperfeiçoamento da Gestão Administrativa e da Governança Judiciária no âmbito do Poder Judiciário do Estado de Minas Gerais.

Oportuno realçar que, na área de Transparência do TJMG (sítio eletrônico), está disponibilizado manual referencial que consolida as informações acerca do Plano Estratégico Institucional de 2021 do TJMG.

Resultados do Planejamento Estratégico

O quadro XXXIII apresenta os resultados das metas nacionais e institucionais que compõem o Painel Estratégico do TJMG, representação dos esforços empreendidos ao longo de 2021 para o alcance da missão institucional.

Quadro XXXIII – Painel Estratégico – Resultado das Metas – 2021

Macrodesafio	Indicador	Meta	Resultado 2021
Macrodesafio 1 - Garantia dos Direitos Fundamentais e do Estado Democrático de Direito	1.1. Número de pessoas beneficiadas com projetos de responsabilidade social do TJMG.	TJMG 1 - Beneficiar 300.000 pessoas com projetos de responsabilidade social do TJMG.	490.362 pessoas
Macrodesafio 2 - Ampliação da relação institucional do Judiciário com a Sociedade	2.1. Número de novos municípios contemplados com o Projeto Justiça Itinerante em 2021.	TJMG 2 - Contemplar, com o Projeto Justiça Itinerante, dois novos municípios do Estado, até dezembro de 2021.	9 municípios
	2.2. Número de procedimentos de REURB iniciados ou desenvolvidos com apoio do NUIREF.	TJMG 3 - Apoiar e auxiliar o início ou desenvolvimento de, no mínimo, 3 (três) procedimentos de REURB.	3 procedimentos de REURB
	2.3. Número de processos judiciais em que é aplicada a arbitragem em 2021.	TJMG 4 - Aplicar a ação arbitragem acadêmica em 10 processos judiciais até dezembro de 2021.	Ação de arbitragem aplicada em 1 processo
	3.1. Índice de julgamento de mais processos de conhecimento do que os distribuídos.	CNJ 1 - Julgar quantidade maior de processos de conhecimento do que os distribuídos no ano corrente, excluídos os suspensos e sobrestados no ano corrente.	101,27% (cumprimento da meta)
	3.2. Índice de julgamento de processos antigos.	CNJ 2 - Identificar e julgar, até 31/12/2021, pelo menos: 80% dos processos distribuídos até 31/12/2017 no 1º grau; 80% dos distribuídos até 31/12/2018 no 2º grau, e 90% dos processos distribuídos até 31/12/2018 nos Juizados Especiais e nas Turmas Recursais.	1º grau – 104,81% 2º grau – 122,96% Juizados e Turmas – 106,74% (cumprimento da meta)
	3.3. Índice de redução da taxa de congestionamento líquida de processo de conhecimento.	CNJ 5 - Reduzir em 2 pontos percentuais a taxa de congestionamento líquida de processo de conhecimento em relação a 2020. Cláusula de barreira na fase de conhecimento: 56%.	108,45% (cumprimento da meta até out/21)
	3.4. Índice de priorização de ações coletivas.	CNJ 6 - Identificar e julgar, até 31/12/2021, 60% das ações coletivas distribuídas até 31/12/2017 no 1º grau, e 80% das ações coletivas distribuídas até 31/12/2019 no 2º grau.	1º grau comum – 134,62% 2º grau – 120,60% (cumprimento da meta)
	3.5. Índice de julgamento de processos de feminicídio e relacionados à violência doméstica e familiar.	CNJ 8 - Identificar e julgar, até 31/12/2021, 50% dos casos de feminicídio distribuídos até 31/12/2019 e 50% dos casos de violência doméstica e familiar contra a mulher distribuídos até 31/12/2019.	Feminicídio – 140,37% Violência doméstica – 128,38% (cumprimento da meta)
	3.6. Índice de fomento de processos de ações ambientais.	CNJ 12 - Identificar e impulsionar 25% dos processos relacionados às ações ambientais distribuídos até 31/12/2020.	136,49% (cumprimento da meta)
	3.7. Taxa de julgamentos monocráticos em até 60 dias - 2º Grau.	TJMG 5 - Julgar, em 2021, 80% dos processos em até 60 dias - Julgamentos monocráticos pelo Relator (desconsiderado o tempo de permanência na PGJ) - 2º grau.	61,50%
	3.8. Taxa de julgamentos colegiados em até 100 dias - 2º Grau.	TJMG 6 - Julgar, em 2021, 80% dos processos em até 100 dias - Julgamentos colegiados (desconsiderado o tempo de permanência na PGJ) - 2º grau.	62,90%
	3.9. Índice de acórdãos publicados em até 10 dias.	TJMG 7 - Publicar, em 2021, 90% dos acórdãos no prazo máximo de 10 dias após o julgamento dos processos.	95,20%

Macrodesafio 3 - Agilidade e Produtividade na Prestação Jurisdicional	3.10. Taxa de redução de processos aptos a serem baixados ou julgados e baixados.	TJMG 8 - Reduzir, até 31/12/2021, em 50% os processos aptos a serem baixados ou julgados e baixados na 1ª Instância.	31%	
	3.11. Taxa de redução de processos paralisados.	TJMG 9 - Reduzir, até 31/12/2021, em 40% os processos paralisados há mais de 100 dias sem motivo legal.	22%	
	3.12. Taxa de redução de mandados judiciais em atraso.	TJMG 10 - Reduzir, até 31/12/2021, em 70% os mandados judiciais em atraso na 1ª Instância.	-200%	
	3.13. Taxa de congestionamento das ações de execução cível (Justiça Comum).	TJMG 11 - Reduzir, até 31/12/2021, para 80% a taxa de congestionamento dos processos relativos às ações de execução cível.	65%	
	3.14. Taxa de congestionamento dos processos criminais na fase de conhecimento no 1º grau.	TJMG 12 - Reduzir, até 31/12/2021, para 70% a taxa de congestionamento dos processos criminais na fase de conhecimento.	66%	
	3.15. Taxa de congestionamento das ações de execução fiscal municipal.	TJMG 13 - Reduzir, até 31/12/2021, para 74% a taxa de congestionamento dos processos relativos às ações de execução fiscal municipal.	61%	
	3.16. Número de municípios com convênios firmados no âmbito do Projeto Execução Fiscal Eficiente.	TJMG 14 - Celebrar 04 protocolos de intenções em municípios mineiros no âmbito do Projeto Execução Fiscal Eficiente em 2021.	2 protocolos de intenções	
	3.17. Taxa de virtualização dos processos físicos cíveis.	TJMG 15 - Virtualizar, em 2021, 75% de todos os processos cíveis.	91%	
	3.18. Taxa de virtualização dos processos cíveis recursais de 1ª instância.	TJMG 16 - Digitalizar, para tramitação por meio eletrônico, 90% dos feitos cíveis recursais de 1ª instância que aportarem por meio físico na 2ª instância, em 2021.	82,20%	
	3.19. Taxa de cumprimento dos marcos previstos para o ano de 2021 na iniciativa 'Plano de estruturação organizacional para a produtividade na prestação jurisdicional'.	TJMG 17 - Executar, 80% da taxa de cumprimento dos marcos previstos para o ano de 2021 na iniciativa 'Plano de estruturação organizacional para a produtividade na prestação jurisdicional'.	57%	
	3.20. Número de audiências, sentenças, decisões e despachos proferidos em processos criminais de unidades Judiciárias selecionadas pelo projeto Pontualidade.	TJMG 18 - Proferir 5.000 (cinco mil) atos em processos criminais, dentre audiências, sentenças, decisões interlocutórias, despachos e audiências, de unidades Judiciárias selecionadas pelo Projeto Pontualidade.	1.231 atos judiciais	
	3.21. Número de audiências, sentenças, decisões e despachos proferidos em processos cíveis de unidades Judiciárias selecionadas pelo projeto Pontualidade.	TJMG 19 - Proferir 25.000 (vinte cinco mil) atos em processos cíveis, dentre audiências, sentenças, decisões interlocutórias, despachos e audiências, de unidades Judiciárias selecionadas pelo Projeto Pontualidade.	32.977 atos judiciais	
	3.22. Número de processos conclusos para julgamento há mais de 100 dias.	TJMG 20 - Não possuir processos conclusos para julgamento há mais de 100 dias em 31/12/2021.	31.068 processos judiciais	
	Macrodesafio 4 - Enfrentamento à Corrupção e à Improbidade Administrativa	4.1. Índice de julgamento das ações de improbidade e combate à corrupção.	CNJ 4 - Identificar e julgar até 31/12/2021, 70% das ações de improbidade administrativa e das ações penais relacionadas a crimes contra a administração pública, distribuídas até 31/12/2017, em especial corrupção ativa e passiva, peculato em geral e concussão.	102,44% (cumprimento da meta)
		4.2. Taxa de baixa de procedimentos disciplinares.	TJMG 21 - Baixar até 31/12/2021, quantidade maior de procedimentos disciplinares do que os distribuídos no ano corrente.	88,80%

	4.3. Taxa de procedimentos disciplinares julgados no prazo de até 140 dias da autuação.	TJMG 22 - Identificar e julgar, até 31/12/2021, 80% dos procedimentos disciplinares no prazo de 140 dias da autuação.	72%
	4.4. Taxa de implementação das ações previstas para o monitoramento e atualização do Programa de Integridade em 2021.	TJMG 23 - Implementar, até dezembro de 2021, 80% das ações previstas para o monitoramento e atualização do Programa de Integridade.	96%
Macrodesafio 5 - Prevenção de Litígios e Adoção de Soluções Consensuais para os Conflitos	5.1. Índice de Conciliação.	CNJ 3 - Aumentar o indicador Índice de Conciliação do Justiça em Números em 2 pontos percentuais em relação a 2020.	94,02% (cumprimento da meta até out/21)
	5.2. Taxa de cumprimento do plano de ação de integração da Agenda 2030. Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (ODS), à agenda institucional do TJMG.	CNJ 9 - Realizar ações de prevenção ou desjudicialização de litígios voltadas aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), da Agenda 2030.	100% (cumprimento da meta)
	5.3. Índice de acordos obtidos no âmbito de atuação dos CEJUSCs.	TJMG 24 - Alcançar, em 2021, uma média de acordos celebrados em CEJUSCs, pelo menos, 10% maior que a média do ano anterior.	48,30%
	5.4. Número de Centros Judiciários de Solução de Conflitos e Cidadania (CEJUSCs) instalados.	TJMG 25 - Instalar 60 Centros Judiciários de Solução de Conflitos e Cidadania, até dezembro de 2021.	73 CEJUSCs
	5.5. Taxa de aumento de acordos firmados no âmbito dos PAPREs.	TJMG 26 - Aumentar em 10% os acordos firmados no âmbito dos PAPREs, em relação ao ano anterior, até dezembro de 2021.	Não houve aumento no número de acordos firmados em comparação ao ano anterior
	5.6. Taxa de aumento de procedimentos pré-processuais de reconhecimento de paternidade.	TJMG 27 - Aumento de 10% no número de procedimentos pré-processuais de reconhecimento de paternidade até dezembro de 2021.	9,23%
	5.7. Taxa de aumento de casos em que foram aplicadas técnicas restaurativas no âmbito do TJMG.	TJMG 28 – Aumentar, até dezembro de 2021, em 10% os casos em que são aplicadas as técnicas de Justiça Restaurativa no âmbito do TJMG, em comparação com o ano anterior.	55,91%
Macrodesafio 6 – Consolidação do Sistema de Precedentes Obrigatórios.	6.1. Taxa de julgamento de processos vinculados em razão de repercussão geral e repetitividade em até 100 dias.	TJMG 29 – Julgar, em 2021, em até 100 dias 70% dos processos vinculados em razão de repercussão geral e repetitividade de recursos e feitos após trânsito em julgado do tema (desconsiderado o tempo de permanência na PGJ) – 2º Grau.	75,30%
	6.2. Taxa de julgamento de IRDR/IAC em até 365 dias.	TJMG 30 – Julgar 70% dos IRDR/IACs em até 365 dias, em 2021.	75%
Macrodesafio 7 – Promoção da Sustentabilidade.	7.1. Taxa de execução do Plano de Logística Sustentável – PLS.	TJMG 31 – Executar, até dezembro de 2021, 80% dos marcos previstos no Plano de Logística Sustentável.	100%
	8.1. Taxa de cumprimento do plano de adequação normativa do GMF	TJMG 32 – Executar 100% das etapas previstas para 2021 no plano de adequação normativa do GMF	100%
	8.2. Taxa de monitoramento e análise da situação das medidas de segurança da lista de espera de internação em hospital de custódia e tratamento no Estado de Minas Gerais.	TJMG 33 – Monitorar e analisar a situação e andamento de 100% das medidas de segurança da lista de espera de internação em hospital de custódia e tratamento no Estado de Minas Gerais até dezembro de 2021.	100%
	8.3. Número de Núcleos Regionais do Pai-PJ implantados.	TJMG 34 – Implantar, pelo menos 02(dois) núcleos regionais do PAI PJ em 2021.	Nenhum núcleo regional do PAI PJ Implantado
	8.4. Taxa de abrangência do Programa “Se liga” (Socioeducativo).	TJMG 35 – Ampliar para 30% a abrangência do Programa “Se Liga” em Comarcas em que se encontrem instalados Centro de Internação e Casas de Semiliberdade até 31/12/2021.	Não houve ampliação da abrangência do Programa “Se Liga”

Macrodesafio 8 – Aperfeiçoamento da Administração do Sistema de Justiça.	8.5. Taxa de abrangência do Programa "Descubra"(Socioeducativo).	TJMG 36 – Ampliar para 50% a abrangência do Programa "Descubra" em Comarcas que se encontrem Instalados Centro de Internação e casas de Semiliberdade até 31/12/2021.	58%
	8.6. Taxa de execução do plano de implantação das audiências concentradas no Sistema Socioeducativo.	TJMG 37 – Executar, até dezembro de 2021, 100% das etapas previstas para a implantação das audiências concentradas do Sistema socioeducativas.	100%
	8.7. Taxa de execução do plano de criação da Central de Vagas do Sistema Socioeducativo em MG.	TJMG 38 – Executar, até dezembro de 2021, 100% das etapas previstas para a instalação da Central de Vagas do Sistema Socioeducativo.	100%
	8.8- Número de Centros de Reintegração Social inaugurados nas APACs do Estado de Minas Gerais.	TJMG 39 – Inaugurar 10 Novos Centros de Reintegração Social nas APACs do Estado de Minas Gerais até dezembro de 2021.	2 Centros de Reintegração Social nas APACs
Macrodesafio 9 – Aprimoramento da Gestão Administrativa e da Governança Judiciária	9.1. Número de Unidades Judiciárias de 1º grau que aplicaram o Desdobramento do Planejamento Estratégico.	TJMG 40 – Implantar o Desdobramento do Planejamento Estratégico – DPE em 60 (sessenta) Unidades Judiciárias de 1º grau até 31/12/2021	60 unidades judiciárias
	9.2. Taxa de eliminação de processos judiciais.	TJMG 41 - Eliminar 100% dos processos judiciais previstos para o período (anual) até 31/12/2021.	100%
	9.3. Taxa de execução das ações estruturadoras do Plano de Gestão de Documentos Eletrônicos.	TJMG 42 - Cumprir 60% das ações do Plano de Gestão de Documentos Eletrônicos previstas para o período de janeiro a dezembro de 2021.	57%
	9.4. Taxa de execução de obras.	TJMG 43 - Executar 80% das obras previstas na iniciativa "Plano de Aceleração de Obras" para o ano de 2021. (Universo: 16 obras).	6%
	9.5. Taxa de execução das ações previstas no Programa de Evolução de Demandas SEI-PED.	TJMG 44 - Cumprimento de 7(sete) das ações previstas no Programa SEI-PED, para o ano de 2021 (78%).	4 ações
	9.6. Taxa de execução do Plano de reestruturação dos setores administrativos da Secretaria do Tribunal de Justiça.	TJMG 45 - Executar, até dezembro de 2021, 80% dos marcos previstos no "Plano de reestruturação dos setores administrativos da Secretaria do Tribunal de Justiça."	100%
	9.7. Taxa de implementação das medidas propostas pelo CNJ para adequação do TJMG à Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD).	TJMG 46 - Implementar, até dezembro de 2021, 50% das medidas previstas na Resolução nº 363 do CNJ.	86%
	9.8. Taxa de cumprimento dos marcos previstos para o ano de 2021 do Projeto Sapiens.	TJMG 47 - Executar 80% dos marcos previstos para o ano de 2021 do Projeto Sapiens.	96%
	9.9. Número de entregas do cronograma de implantação do e-Social concluídas pelo TJMG	TJMG 56 – Concluir a entrega 1 do cronograma de implantação do e-Social.	Entrega 1 concluída
Macrodesafio 10 - Otimização da Gestão de Pessoas	10.1. Índice de cumprimento das metas definidas nos Planos Anuais de Desenvolvimento - PAD.	TJMG 48 - Alcançar percentual médio de cumprimento de, no mínimo, 80% com relação às metas previstas no PAD em 2021.	89%
	10.2. Taxa de implantação do Programa de Gestão de Pessoas por Competências.	TJMG 49 - Efetivar, no mínimo, 70% das etapas do Programa de Gestão de Pessoas por Competências previstas para implantação em 2021.	100%
	10.3. Índice de absenteísmo – doença.	TJMG 50 - Redução do índice de absenteísmo em, no mínimo, 2%, em 2021.	4,26%

	10.4. PRQV - Percentual da força de trabalho total participante de ações de qualidade de vida no trabalho.	TJMG 51 - Participação média de 20% da força de trabalho total em campanhas, programas e ações de promoção de saúde e qualidade de vida no trabalho em 2021.	22%
Macrodesafio 11 - Modernização da Gestão Orçamentária e Financeira	11.1. Taxa de cumprimento das ações estruturadoras relacionadas ao Programa de aprimoramento da arrecadação das receitas e da gestão dos depósitos judiciais.	TJMG 52 - Cumprir, até dezembro de 2021, 100% das ações estruturadoras relacionadas ao Programa de aprimoramento da arrecadação das receitas e da gestão dos depósitos judiciais.	82%
Macrodesafio 12 - Fortalecimento da Estratégia de Tecnologias da Informação e Comunicação - TIC e de Proteção de Dados	12.1. Índice de processos eletrônicos.	CNJ 11 - Alcançar 93% no índice de processos eletrônicos, indicador que computa o percentual de processos ingressados eletronicamente.	93,69% (cumprimento da meta)
	12.2. Taxa de implantação do Processo Eletrônico - PJE em unidades jurisdicionais de 1ª Instância com competência criminal.	TJMG 53 - Implantar o Sistema Pje em 100% das unidades jurisdicionais de 1ª Instância que possuem as seguintes competências criminais: a)Crime comum; b)Crime de Tóxicos; c)Organização Criminosa e Lavagem de Bens e Valores; d)Crime Legislação Esparsa Residual (exceto Júri/Eca/Violência Doméstica); e)Crime Estatuto do Idoso; f)Crime de Trânsito; g)Jesp Crime; h)Jesp Grandes Eventos Criminais; i) Turma Recursal Criminal até 31/12/2021.	100%
	12.3. Índice de Governança, Gestão e Infraestrutura de Tecnologia da Informação e Comunicação (iGovTIC-JUD).	TJMG 54 - Alcançar , no mínimo, o valor de 0,84 para o índice de maturidade apurado pelo CNJ, até dezembro de 2021.	0,8
	12.4. Taxa de execução do Plano de Modernização dos Sistemas Administrativos de Recursos Humanos.	TJMG 55 - Executar 100% das ações de TIC relativas aos sistemas Informatizados Administrativos/ DEARHU, até dezembro de 2021.	100%

O quadro a seguir elenca as iniciativas estratégicas (programas, projetos e ações) executadas pela Instituição em 2021 almejando o cumprimento das metas nacionais e institucionais supramencionadas.

Quadro XXXIV – Iniciativas Estratégicas 2021

Macrodesafio	Iniciativa Estratégica
Macrodesafio 1	01. Projetos Sociais do TJMG
Macrodesafio 7	02. Plano de Logística Sustentável.
Macrodesafio 3	03. Programa Virtualiza - Jus
Macrodesafio 3, 4 e 6	04. Programa Agiliza - Jus
Macrodesafio 3	05. Esforço concentrado para elevar o IPC-JUS do TJMG
Macrodesafio 3	06. Projeto Pontualidade
Macrodesafio 2 e 5	07. Programa de Fortalecimento e Ampliação da Conciliação e da Mediação no Estado de Minas Gerais.
Macrodesafio 2	08. Projeto REURB - Regularização Fundiária Urbana.
Macrodesafio 3	09. Projeto Execução Fiscal Eficiente
Macrodesafio 3	10. Mutirões de Cooperação
Macrodesafio 3, 4 e 9	11. Aprimorar a Justiça
Macrodesafio 3 e 5	12. Portfólio de Projetos e Ações da Justiça Especial.
Macrodesafio 3	13. Fortalecimento e implementação de políticas públicas de enfrentamento à violência doméstica e familiar.
Macrodesafio 10	14. Plano Educacional da EJEF – PED 2021-2026

Macrodesafio 10	15. Programa de Gestão de Pessoas por Competências
Macrodesafio 11	16. Programa de aprimoramento da arrecadação das receitas e da gestão dos depósitos judiciais.
Macrodesafio 4	17. Aprimoramento da Atividade Disciplinar
Macrodesafio 9	18. Plano de Eliminação Documental.
Macrodesafio 9	19. Gestão de Documentos Eletrônicos.
Macrodesafio 9	20. Plano de Aceleração de Obras
Macrodesafio 3	21. Plano de estruturação organizacional para a produtividade na prestação jurisdicional.
Macrodesafio 9	22. Programa de Evolução de Demandas do SEI - PED
Macrodesafio 3 e 12	23. Implantação do Processo Judicial Eletrônico nas unidades jurisdicionais de 1ª Instância com competência Criminal - PJE - Criminal
Macrodesafio 12	24. Governança, Gestão e Infraestrutura de Tecnologia da Informação e Comunicação.
Macrodesafio 3	25. Projeto Virtualizar no âmbito da justiça de Primeira Instância do Estado de Minas Gerais
Macrodesafio 9	26. Plano de reestruturação dos setores administrativos da Secretaria do Tribunal de Justiça.
Macrodesafio 9	27. Adequação do TJMG à Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais.
Macrodesafio 10	28. Promoção de saúde e Qualidade de vida no trabalho.
Macrodesafio 8	29. Fortalecimento das políticas judiciárias de melhoria do sistema prisional e do sistema socioeducativo.
Macrodesafio 8	30. Aperfeiçoamento da Justiça no Sistema Socioeducativo.
Macrodesafio 12	31. Modernização dos Sistemas Administrativos de Recursos Humanos.
Macrodesafio 5	32. Programa de Ampliação da Justiça Restaurativa no Estado de Minas Gerais.
Macrodesafio 5	33. Projeto Paternidade para Todos - Expansão do Serviço de Reconhecimento de Paternidade
Macrodesafio 8	34. Inauguração de Novos Centros de Reintegração Social (CRS) das APACs.
Macrodesafio 2	35. Ação Arbitragem Acadêmica.
Macrodesafio 4	36. Monitoramento do Programa Integridade
Macrodesafio 9	37. Projeto Sapiens.
Macrodesafio 9	38. Implantação do e-Social no TJMG

A agenda setorial consiste em um conjunto de ações específicas de determinadas áreas, que contribuem para o aprimoramento da execução da estratégia do TJMG. No quadro abaixo estão relacionados os resultados das metas setoriais definidas para 2021.

Quadro XXXV – Agenda Setorial – Resultados 2021

Macrodesafio	Área	Resultado Esperado	% Execução 2021
Macrodesafio 1 - Garantia dos Direitos Fundamentais e do Estado Democrático de Direito	Presidência: COINJ - Coordenadoria da Infância e da Juventude.	SETORIAL 1 - Implantar, em 2021, salas de depoimento especial em 50% das comarcas.	26%
Macrodesafio 2 - Ampliação da relação institucional do Judiciário com a Sociedade	Presidência: MEJUD – Memória do Judiciário Mineiro	SETORIAL 2 - Disponibilizar em formato digital e presencial, até 31/12/2021, 100% das páginas do acervo previstas para o ano de 2021. (Universo 35.000).	110%

Macrodesafio 2 - Ampliação da relação institucional do Judiciário com a Sociedade	Presidência: COINJ - Coordenadoria da Infância e da Juventude.	SETORIAL 3 - Emitir 50 Autorizações Eletrônicas de Viagem até 31/12/2021.	50 autorizações
Macrodesafio 3 - Agilidade e produtividade na prestação jurisdicional	1ª Vice-Presidência: DIRSUP - Diretoria Executiva de Suporte à Prestação Jurisdicional.	SETORIAL 4 - Analisar e distribuir 95% dos feitos que dizem respeito às matérias urgentes em até 24 horas, em 2021.	100%
Macrodesafio 3 - Agilidade e produtividade na prestação jurisdicional	1ª Vice-Presidência: DIRSUP - Diretoria Executiva de Suporte à Prestação Jurisdicional.	SETORIAL 5 - Analisar e distribuir 95% dos feitos que dizem respeito às matérias não urgentes em até 48 horas após o cadastro e triagem, em 2021.	95%
Macrodesafio 1 - Garantia dos Direitos Fundamentais e do Estado Democrático de Direito	CGJ – Corregedoria Geral de Justiça	SETORIAL 6 - Implantar salas passivas em 100% das comarcas até dezembro de 2021.	100%

Reuniões de Análise de Estratégia (RAEs)

Em 2021 foram realizadas 04 (quatro) Reuniões de Análise de Estratégia (RAEs), destinadas ao acompanhamento e avaliação dos resultados do Planejamento Estratégico, nos dias 10 de maio, 23 de setembro, 09 e 23 de novembro, oportunidades nas quais também foram discutidas medidas em face dos obstáculos encontrados para o alcance das metas.

Coordenação do Subcomitê da Região Sudeste da Rede de Governança Colaborativa do Poder Judiciário

Em novembro de 2021 o TJMG foi eleito, para o biênio 2022-2023, coordenador regional do subcomitê da região Sudeste, um dos braços da Rede de Governança Colaborativa do CNJ, regulamentada pela Portaria CNJ nº 59/2019.

Essa rede é responsável pela definição coletiva de metas, macrodesafios e indicadores que possam melhorar o atendimento aos jurisdicionados.

Revisão do Plano Estratégico Institucional para 2022

Em dezembro de 2021 foi realizado o XV Encontro Nacional do Poder Judiciário, no qual foram aprovadas as Metas Nacionais do segmento de Justiça Estadual para 2022, um dos insumos para a elaboração dos Planos Estratégicos dos tribunais para o referido exercício.

Assim sendo, a DEPLAG realizou, ainda em dezembro de 2021, a abertura do Planejamento Estratégico 2022, que culminará na publicação de ato normativo em substituição à Portaria Conjunta nº 1198/PR/2021.

5. ATOS DE GESTÃO

Nesta seção são destacados os atos de gestão realizados pela instituição ao longo do exercício de 2021. São atuações diversas que invariavelmente almejam o aprimoramento da prestação jurisdicional, bem como a materialização do compromisso do TJMG com a sociedade, tendo como norte a missão, a visão e os valores institucionais.

As informações apresentadas têm como fontes o Processo SEI nº 0346375- 17.2021.8.13.0000, por meio do qual o Exmo. Superintendente Administrativo Adjunto, Desembargador José Arthur de Carvalho Pereira Filho, solicita que as áreas administrativas relacionem os projetos e ações desenvolvidos no ano, as notícias disponibilizadas no sítio eletrônico institucional, além do que foi apurado quando do monitoramento do Plano Estratégico do TJMG.

1ª VICE-PRESIDÊNCIA – ÁREA JUDICIÁRIA

Estão aqui demonstradas diversas ações empreendidas ao longo de 2021, afetas à área judiciária do TJMG, conforme informações obtidas junto à Diretoria Executiva de Suporte à Prestação Jurisdicional – DIRSUP e à Secretaria de Padronização e Acompanhamento da Gestão Judiciária – SEPAD.

DIRSUP – Diretoria Executiva de Suporte à Prestação Jurisdicional

- Ampliação da digitalização dos recursos físicos cíveis remetidos ao TJMG – digitalização de todos os recursos cíveis logo após a distribuição, antes que ocorra a conclusão aos Desembargadores.

- Digitalização dos processos administrativos e processos cíveis cuja tramitação ocorre no 1ª Cartório de Feitos Especiais – digitalização de todos os processos administrativos e processos cíveis logo após a distribuição, antes que ocorra a conclusão aos Desembargadores.

- Integração/adequação entre o Sistema de Acompanhamento Processual da 2ª Instância (SIAP) e o sistema “Guias na Web” – todas as guias processuais emitidas passam, a partir de sua emissão e associação ao SIAP, a ter vinculação/rastreabilidade ao sistema “Guias na Web”, tanto para processos físicos como para eletrônicos, tendo como objetivo a prevenção de perda na arrecadação.

Importante ressaltar que outros projetos e ações estão em fase final de desenvolvimento, com previsão de implantação em 2022, dentre os quais destacam-se: a alteração das regras aplicadas no cálculo da apuração da compensação semestral dos processos distribuídos; a emissão de certidão judicial eletrônica positiva, na 2ª instância, sendo atualmente o procedimento realizado presencialmente ou via e-mail; a integração entre o PJe Criminal e os sistemas da 2ª Instância; a automação no fluxo de trabalho no setor responsável pela digitalização e indexação dos recursos físicos no TJMG; o estabelecimento de novas regras de distribuição para as Câmaras Especializadas, bem como o plantão noturno eletrônico para a 2ª Instância, a exemplo do que já ocorre com o plantão diurno.

SEPAD – Secretaria de Padronização e Acompanhamento da Gestão Judiciária

- Criação, disponibilização e acompanhamento de vários painéis (dashboards) estratégicos e estatísticos.
- Balcão Virtual: participação em reuniões para implantação do projeto-piloto “Balcão Virtual” nos cartórios, permitindo acesso, por meio de videoconferência, às unidades judiciárias.
- Implantação da modalidade de intimação via SEI, quando o Advogado-Geral do Estado ou o Governador do Estado forem parte no processo, tendo o 1º Cartório de Feitos Especiais como área piloto do procedimento.
- Redação do Projeto “Drive Thru”, conforme solicitado pela Primeira Vice-Presidência.
- Melhorias e atualizações do sistema Themis. - Cartório de feitos especiais 100% eletrônico. Tornar classes que atualmente tramitam de forma física em eletrônicas, incluindo-as no JPe (Processo Eletrônico da 2ª Instância). Projeto em andamento.
- Integração do JPe com o PJe Criminal. Remessa eletrônica dos processos criminais de primeira instância do PJe para o JPe via sistema. Projeto em andamento.
- Inclusão de filtros e funcionalidades em diversas telas do SIAP.

Em adição, foram realizadas diversas outras atividades ao longo do período em análise, como produção de publicações especializadas, melhorias em fluxos de trabalho, em colaboração com outras áreas do TJMG, atualizações de manuais e procedimentos, desenvolvimento e disponibilização de relatórios gerenciais e estatísticos.

2ª VICE-PRESIDÊNCIA – EJEF

Seguem relacionados as ações e projetos desenvolvidos pela 2ª Vice-Presidência do TJMG – Escola Desembargador Edésio Fernandes ao longo do exercício de 2021, conforme informado pela Diretoria Executiva de Desenvolvimento de Pessoas – DIRDEP e pela Diretoria Executiva de Gestão da Informação Documental – DIRGED.

DIRDEP – Diretoria Executiva de Desenvolvimento de Pessoas

1 – Credenciamento da EJEF como Escola de Governo

Após intenso processo de revisão de seu planejamento educacional e de sua estrutura física e tecnológica, a EJEF foi credenciada como Escola de Governo por meio da Resolução da Secretaria de Estado de Educação de Minas Gerais nº 4.690, de 23 de dezembro de 2021, após homologação do Parecer do Conselho Estadual de Educação nº 514, de 22 de novembro de 2021, baseado em relatório de verificação in loco, que avaliou a Escola com conceito máximo (5) em todos os eixos examinados (planejamento e avaliação institucional; desenvolvimento institucional; políticas acadêmicas; políticas de gestão institucional; e infraestrutura).

Com efeito, enquanto Escola de Governo, a EJEF passa a compor o rol das instituições de ensino voltadas à formação de agentes públicos e que integram o sistema de educação formal.

Sendo assim, a mudança equipara a EJEF a uma instituição de ensino superior, o que lhe permite estruturar programa de pós-graduação e ter reconhecimento nacional das certificações concedidas, bem como firmar acordos e termos de cooperação com outros centros de ensino para dupla certificação de profissionais.

O primeiro curso de pós-graduação lato sensu da EJEF, com oferta autorizada pelo Conselho Estadual de Educação, por meio da Resolução SEE-MG nº 4.690/2021, será o de “Direito Empresarial com ênfase em Falência e Recuperação de Empresas”, com previsão de início no primeiro semestre de 2022.

2 – Revisão da Identidade e da Estratégia Educacional da Escola

No ano de 2021, como parte dos esforços para o seu credenciamento como Escola de Governo e para a instituição da formação por competências no Tribunal, a EJEF lançou-se à revisão de seu planejamento educacional, bem como de sua identidade organizacional. Como produtos, foram elaborados:

- O Projeto Pedagógico Institucional da EJEF, como atualização do Projeto- Político Pedagógico da Escola, trazendo em seu escopo os pressupostos e princípios epistemológicos e pedagógicos que orientam as ações educacionais promovidas e que formam o sustentáculo de seu planejamento educacional;
- O Plano de Desenvolvimento Institucional da EJEF para o período de 2021 a 2026, constituindo o planejamento estratégico educacional da Escola para o alcance de sua visão e missão institucional a longo prazo, alinhado, por sua vez, ao planejamento estratégico do Tribunal e às políticas e estratégias nacionais.

3 – Principais Ações e Projetos por Processo da DIRDEP

3.1 – Concursos

No ano de 2021, mesmo diante dos desafios impostos pelo enfrentamento da pandemia, foram realizadas atividades de seleção, abrangendo concursos extrajudiciais para a outorga de delegações de notas e de registro do Estado de Minas Gerais.

Ademais, está em andamento o concurso para ingresso na magistratura, com realização da prova objetiva seletiva prevista para fevereiro de 2022, além de ter sido constituída a Comissão Examinadora do Concurso Público para Provimento de Cargos e Formação de Cadastro de Reserva do Quadro de Pessoal dos Servidores do Poder Judiciário do Estado de Minas Gerais.

3.2 – Programa de Estágio

Em 2021, houve 5.898 admissões e 5.300 conclusões de estágio no TJMG, números cerca de 40% superiores ao ano anterior. Aliado a isso, foram melhorados os processos de trabalho relativos à admissão de estagiários, reduzindo o tempo médio entre o início do processo de admissão ao início do estágio propriamente dito.

Além disso, os novos estagiários participaram de curso preparatório a distância, autoinstrucional, abordando questões importantes para o desenvolvimento adequado das atividades e para o atendimento às demandas institucionais e de aprendizado prático.

Outro destaque foi a criação da Central de Atendimento, com o intuito de agilizar e possibilitar um atendimento cortês, esclarecedor e humanizado sobre as questões relativas ao estágio no Tribunal.

3.3 – Acompanhamento de Carreiras

Em 2021 a DIRDEP deu continuidade ao Projeto de Avaliação de Desempenho por Competências. Após a implantação e consolidação do novo modelo de avaliação, foi gerado o segundo relatório referente ao Questionário de Qualidade de Vida no Trabalho – QVT, que contou com maior adesão dos servidores, possibilitando a análise das respostas individuais às Dimensões de QVT, assim como a compilação dos dados e o envio de relatórios às áreas envolvidas do TJMG.

Ainda com relação ao programa, valendo-se do trabalho de mapeamento de competências realizado em anos anteriores, a DIRDEP participou de grupo de trabalho para elaboração de minuta de resolução que dispõe sobre as atribuições e os requisitos para provimento dos cargos em comissão e das funções de confiança dos quadros de pessoal das Justiças de 1ª e 2ª. Na oportunidade, foi feito o alinhamento das atribuições com as competências mapeadas para os respectivos cargos.

3.4 – Ações Educacionais

Em 2021, a EJEJ realizou 337 ações educacionais. As atividades foram desenvolvidas nas seguintes modalidades:

- Educação a Distância – EAD (322);
- Presencial (14);
- Semipresencial (1).

Dispondo de plataforma digital responsiva e acessível aos magistrados, servidores e estagiários do TJMG, bem como ao público externo, foram realizadas um conjunto de ações educacionais em matérias como violência doméstica, adoção, mediação, conciliação e justiça restaurativa. Com isso, foram disponibilizadas/alcançadas:

- 4.996 horas-aula de capacitação;
- 298.059 vagas;
- 115.334 matrículas;
- 79.666 aprovações.

Relacionadas na sequência algumas ações educacionais de destaque:

- Ciclos de palestras por transmissão ao vivo (lives), podcasts e redes sociais;
- Programa de Aperfeiçoamento dos Magistrados Vitaliciandos do TJMG – VITALICIAR;
- Curso “Digitalização dos Processos Físicos Cíveis e Criminais”;
- Ciclo de Formação em Direito e Economia (Fundação Getúlio Vargas): Introdução ao Direito e Economia;
- Programa NÓS;
- Lançamento do Livro: “Adoção - Corações que se abriram para acolher e amar”;
- Curso “Equilíbrio Emocional”;
- Curso “Privacidade e Proteção de Dados Pessoais” (In Company para o TJMG);
- Curso “LGPD aplicada a contratos”;
- Curso “Depoimento Especial de Crianças e Adolescentes”;
- I Congresso Internacional de Políticas Autocompositivas do TJMG;

- Violência doméstica (lives e webinários);
- Ações voltadas à Justiça Restaurativa;
- Curso “Inclusão Social e no Trabalho de Pessoas com Deficiência”;
- Encontro de Magistrados dos Núcleos Regionais da EJEJ – Edição Sul de Minas.

DIRGED – Diretoria Executiva de Gestão da Informação Documental

- Lançamento, em 25/05/2021, do livro “Adoção: corações que se abriram para acolher e amar” – a obra, organizada pela EJEJ, é composta por 49 histórias e está disponibilizada para acesso gratuito na Biblioteca Digital do TJMG.

- DECIDIR – Pesquisa Temática – elaboradas e publicadas quatro edições do periódico trimestral, que promoveu pesquisa de doutrina, legislação e jurisprudência sobre temas selecionados pelos Desembargadores organizadores, com o apoio da equipe de pesquisa da GEJUR.

- Redação em Gotas – no decorrer de 2021 foram publicadas 24 edições do periódico, que promove o ensino de técnicas de redação com base na literatura, por meio de dicas elaboradas pela Dr.^a Daniela de Freitas Marques, juíza do TJMMG. Teve o alcance ampliado com a adaptação ao formato audiovisual. Foram compartilhados nos canais institucionais do TJMG (Youtube) e também por canais de televisão oficiais, como a TV Justiça, os vídeos produzidos pela DIRCOM.

- Também foram realizadas as seguintes publicações:

- Boletim de Legislação (semanal) - 41 edições;
- Boletim de Jurisprudência (quinzenal) - 20 edições;
- Gotas da Língua Portuguesa (quinzenal) - 21 edições;
- Julgados em Números - 1 edição.

- Eliminação de processos judiciais – apesar do impacto ocasionado pela limitação das atividades em razão da pandemia, bem como pela cessão de colaboradores ao Projeto Virtualizar, foram eliminados 763.839 processos judiciais, correspondendo a 63,65% da meta estipulada para o ano, conforme demonstrado na seção relativa ao Planejamento Estratégico do TJMG. A eliminação documental possibilitou a doação de 194 toneladas de papel à ASMARE – Associação dos Catadores de Papel, Papelão e Materiais Reaproveitáveis de Belo Horizonte.

- Campanha de prevenção aos danos causados pelas chuvas – veiculada a partir de outubro de 2021, a campanha tem como objetivo a conscientização dos danos potenciais do período de chuvas, a exemplo do ocorrido no início dos anos de 2020 e 2021. Efetivada por meio de e-mail marketing enviado às comarcas, peças veiculadas no Portal e Rede TJMG, além de contatos telefônicos realizados diretamente pela equipe junto aos administradores das comarcas que apresentam maior risco de inundação. Em comparação aos anos anteriores, houve significativa redução de danos ocasionados pelas chuvas, apesar do grande número de comarcas atingidas. Reflexo dessa ação ainda está sendo observado neste início de 2022.

- Redução do custo de locações de imóveis destinados aos arquivos – iniciativa implantada em parceria com a DENGEP desde 2015. Em 2021 foram apurados os números mais expressivos, resultado da transferência do acervo documental aos novos prédios de fóruns, combinada com ações de orientação, visitas técnicas às comarcas e procedimentos de coleta e eliminação documental. A redução mais significativa foi ocasionada pela aquisição e consequente gestão própria dos galpões ocupados pelo Arquivo Central em Contagem, onde atualmente é gerido o acervo de 47 comarcas.

- Ações voltadas à implantação da Gestão de Documentos Eletrônicos – continuidade dos estudos técnicos, contatos com outros órgãos públicos e entidades técnicas para identificação das melhores alternativas para a implantação de um Repositório Arquivístico Digital Confiável (RDCArq) no âmbito do TJMG. Em parceria com a DIRSEP e DIRFOR, foi viabilizada a contratação do Instituto Brasileiro de Ciência e Tecnologia, que impulsionará a Gestão dos Documentos Eletrônicos no âmbito do TJMG a partir de 2022.

- Parceria com o “Family Search” – sem custos para o TJMG, foi firmada parceria com a entidade internacional, mantida pela Igreja de Jesus Cristo dos Santos dos Últimos Dias, para a digitalização e disponibilização de milhares de documentos arquivísticos de guarda permanente, anteriores a 1920, permitindo a pesquisa genealógica, a pesquisa histórica e a garantia de direitos, dentre outras ações. A iniciativa acelera sobremaneira o processo de digitalização do acervo histórico do TJMG e por consequência o acesso ao seu conteúdo.

- Produção de Manuais para Atuação em Contingências e de Procedimentos Básicos para Conservação e Preservação do Acervo – exteriorização e compartilhamento do conhecimento desenvolvido e experiência de sucesso adquirida pelo TJMG na preservação de documentos históricos e recuperação de documentos danificados por contingências. Os manuais estão disponibilizados gratuitamente no portal do TJMG e versões impressas foram entregues ao Arquivo Público Mineiro e ao Museu de Artes e Ofícios, além de outras 30 instituições.

- Atuação na recuperação de documentos atingidos por enchentes no decorrer do ano de 2021 – recuperação de 459 documentos nas comarcas de Carangola, Teixeira e Timóteo.

- Campanha TJMG na Era Digital – 3ª Edição – conscientização da comunidade TJMG sobre a necessidade de realizar a gestão dos documentos digitais produzidos, facilitando o acesso e otimizando a utilização de storage para armazenamento dos documentos.

3ª VICE-PRESIDÊNCIA

A presente seção destaca as ações desenvolvidas pela 3ª Vice-Presidência, por meio da Assessoria de Gestão da Inovação – AGIN e do Núcleo Permanente de Métodos Consensuais de Solução de Conflitos – NUPEMEC.

AGIN – Assessoria de Gestão da Inovação

- Instalação dos Centros Judiciários de Solução de Conflitos e Cidadania – CEJUSCs – representa a instrumentalização de mecanismos consensuais de solução de conflitos, por meio da conciliação e da mediação, ampliando as alternativas para o cidadão no enfrentamento de problemas jurídicos e de conflitos de interesse. Trata-se de diretriz estabelecida pelo CNJ por meio da Resolução CNJ nº 125 e regulamentada, no âmbito do TJMG, pela Resolução nº 873/2018. No período de 07/01/2021 a 17/12/2021 foram instalados 73 CEJUSCs.

- Posto de Atendimento Pré-Processual – PAPRE – foram instalados 45 PAPRES, sendo realizadas 2.312 sessões de mediação/conciliação e celebrados 1.851 acordos, faltando a consolidação de dados estatísticos de algumas comarcas. O projeto visa aumentar, com um custo mínimo para o TJMG, a rede de atendimento do CEJUSC, ampliando o acesso à justiça e incrementando o Sistema Multiportas de resolução de conflitos.

- Justiça Itinerante – foram formalizados convênios com oito municípios (Cordisburgo; Córrego Fundo; Laranjal; Maria da Fé; Rosário da Limeira; Santana do Jacaré; Santana do Riacho e Volta Grande). No mesmo período foram realizadas 62 audiências e formalizados 44 acordos.

- Paternidade para Todos – foram realizados 269 exames de reconhecimento de paternidade pelo Centro de Reconhecimento de Paternidade de Belo Horizonte, 66 pelo Serviço de Reconhecimento de Paternidade (SRP) de Santa Luzia e outros 08 pelos CEJUSCs do interior (Januária, Capelinha e Serro).

- Mutirões de Conciliação – durante o ano foram realizados os seguintes mutirões:

- Mutirão DPVAT junto à seguradora Líder: 05 mutirões DPVAT, com 546 audiências realizadas, 438 perícias realizadas e 38 acordos que somados totalizaram R\$122.630,51.
- Mutirão realizado pelo CEJUSC de Segundo Grau: um mutirão de reintegração de posse, com dezoito audiências realizadas, porém sem êxito em acordo.
- Mutirões realizados pelo CEJUSC: seis mutirões, com 196 acordos que somados totalizaram R\$31.364,69.

- Projeto Meu Lar – Mutirões COHAB – contempla mutuários de conjuntos habitacionais em situação irregular. Foram realizados 03 mutirões, com 134 audiências realizadas e a celebração de 127 acordos, que somados totalizaram R\$85.347,08.

- Programa Justiça Restaurativa – foram encaminhados 19 processos para a Justiça Restaurativa no Juizado Especial Criminal de Belo Horizonte, com a realização de 10 acordos, e 29 processos para a Justiça Restaurativa no Centro Integrado de Atendimento ao Adolescente Autor de Ato Infracional - CIA/BH. Em setembro de 2021, por meio da Resolução nº 971/2021 TJMG, foi instituído o “Programa Justiça Restaurativa” no âmbito do Tribunal de Justiça de Minas Gerais.

- Participação na XVI Semana Nacional da Conciliação – no período de 08/11/2021 a 12/11/2021, apesar das dificuldades impostas pela pandemia do novo coronavírus (Covid-19), foram realizados 42.915 atendimentos, 3.628 ações de cidadania, 20.133 audiências, com a homologação de 7.350 acordos.

- Arbitragem Acadêmica – ação que integra o PROJEF, nos termos do art. 2º, inciso XV, da Portaria Conjunta TJMG nº 1.024/PR/2020. Estimula as soluções adequadas de resolução de divergências, uma vez que a arbitragem se insere no Sistema Multiportas de composição de conflitos. No período de 1º/07/2021 a 17/12/2021, foi celebrado 01 compromisso arbitral. Diversos alinhamentos foram feitos para que empresas tenham interesse em aderir ao projeto. A primeira foi a BV Financeira, que em 25/10/2021 manifestou vontade em participar da iniciativa.

- Conciliação em Domicílio – ação também incentivada pela 3ª Vice-Presidência a integrar o PROJEF. Do mesmo modo que a arbitragem acadêmica, o projeto se insere no Sistema Multiportas de composição de conflitos. A sistemática da conciliação em domicílio permite às partes firmar acordo sem a necessidade de se deslocarem até o fórum. No período de 07/01/2021 a 17/12/2021, foram 70 acordos celebrados e 58 acordos homologados.

- Projeto REURB – Regularização Fundiária – o projeto, além de representar implementação do direito constitucional à moradia e do princípio da dignidade da pessoa humana, também é instrumento para alavancar a economia local, pois possibilita a arrecadação tributária pelo ente público e formaliza a propriedade, permitindo aos cidadãos e empresas o acesso ao uso da garantia real em operações de crédito, sem contar a promoção da dignidade da pessoa humana. Ademais, verificou-se a necessidade de ser criado um ambiente multidisciplinar com a participação das principais instituições/entes diretamente envolvidas nos procedimentos de REURB. No período de 01/10/2021 a 17/12/2021, foram feitas as seguintes ações:

- 01/10/2021: Publicação do Acordo de Cooperação Técnica nº 248/2021, firmado em parceria com o MPMG, com a Secretaria de Estado de Desenvolvimento Econômico, com a Agência de Desenvolvimento da Região Metropolitana de Belo Horizonte, com a Defensoria Pública do Estado de Minas Gerais, com o Colégio Registral Imobiliário de Minas Gerais e com a Associação Mineira dos Municípios;
- 17/11/2021: Cartilha do Colégio Registral Imobiliário de Minas Gerais disponibilizada na Biblioteca Digital do TJMG;
- 25/11/2021: Aprovada a identidade visual do Núcleo Interinstitucional de Regularização Fundiária – NUIREF, criada pela Coordenação de Publicidade do TJMG. Apresentação do e-book "Regularização Fundiária - Poder Público Municipal como Agente Instaurador" aos integrantes do NUIREF;

- 02/12/2021: Publicação do Termo de Cooperação Técnica nº 313/2021 – objeto: mútua cooperação entre os partícipes, no âmbito de suas respectivas áreas de atuação, visando ao desenvolvimento de ações conjuntas para promover o reordenamento territorial, a regularização fundiária, o saneamento ambiental, e o tratamento adequado dos conflitos fundiários que envolvem a área denominada Balneário Água Limpa, na parte pertencente ao Município de Nova Lima/MG. Firmado em parceria com o MPMG, o Município de Nova Lima, a Fundação Dom Cabral, a Associação Comunitária ao Bairro Balneário Água Limpa e a Associação de Proprietários do Balneário Água Limpa.

NUPEMEC – Núcleo Permanente de Métodos Consensuais de Solução de Conflitos

- Oficinas de Parentalidade e Divórcio – foram realizadas 13 oficinas, tendo sido contemplados 158 participantes.
- Canal “Quero Conciliar” – ao longo do ano, foram recebidos e devidamente encaminhados 2.557 formulários com requerimentos de cidadãos para a conciliação de conflito judicializado.
- Cadastro de Câmaras Privadas de Conciliação e Mediação – foram incluídas no cadastro 09 Câmaras Privadas, além de efetivadas 06 renovações. Hoje há um total de 29 câmaras privadas credenciadas no TJMG.
- CEJUSC Virtual – foram realizadas 1.605 audiências em colaboração com as comarcas sem CEJUSC instalado, sem equipamento e pessoal suficiente e/ou, ainda, em mutirões e pautas concentradas. Foram efetivados 276 acordos.
- PJe Pré-Processual – informatização das rotinas e procedimentos, resultando em melhor qualidade dos serviços prestados aos jurisdicionados, bem como minucioso acompanhamento da demanda pré-processual em todas as unidades dos CEJUSCs e dos PAPRES. No ano de 2021, houve a instalação do sistema em 239 comarcas.
- Processos circulares para grupos do TJMG – utiliza a metodologia dos “Círculos de Construção de Paz” em grupos (círculos) para promoção de espaço seguro para troca de experiências, seguindo os princípios da Justiça Restaurativa. Foram realizados 09 círculos com 58 participantes, inscrição e participação totalmente voluntárias.
- Cursos, congressos, encontros e webinários realizados em 2021:
 - Capacitação em Mediação e Conciliação;
 - Curso Política de Autocomposição no TJMG – Identificação dos casos de Mediação, Conciliação e Justiça Restaurativa;
 - Webinário - Práticas Restaurativas em Tribunais;
 - Webinário – Aplicações da Justiça Restaurativa – casos práticos e experiências em Minas Gerais;
 - I Congresso Internacional de Políticas Autocompositivas do TJMG;
 - Justiça Restaurativa: Noções Básicas e processos Circulares;
 - Módulo Virtual de Capacitação de Facilitadores de Processos Circulares Virtuais;
 - Curso de introdução à formação de facilitadores do Programa Nós – EAD e Curso Virtual do Programa Nós;
 - Módulo de Complementação dos Cursos de Introdução à formação de facilitadores do Programa Nós – EAD;
 - Curso de Aperfeiçoamento em Conciliação e Mediação Judiciais;
 - Encontro virtual de instrutores em Conciliação e Mediação Judiciais;
 - Curso de Aperfeiçoamento em Mediação Empresarial EAD.

1 – CEJUSC de 2º Grau:

- Homologação do acordo histórico entre a Vale S. A. e Instituições Jurídicas, em razão do rompimento da barragem da mina Córrego do Feijão, em Brumadinho – pelo acordo celebrado, que visa à reparação socioambiental e socioeconômica e a título de antecipação da indenização dos danos coletivos e difusos, no total estimado em R\$37.726.363.136,47 (trinta e sete bilhões, setecentos e vinte e seis milhões, trezentos e sessenta e três mil, cento e trinta e seis reais e quarenta e sete centavos), haverá transferência de renda e obras para melhorar a qualidade de vida dos atingidos, além de investimentos na construção do Rodoanel da Região Metropolitana de Belo Horizonte, recursos para o pagamento do Programa de Transferência de Renda à população atingida e investimentos na recuperação de municípios da Bacia do rio Paraopeba. Recursos também serão destinados para áreas de saúde, saneamento e infraestrutura.
- Acordo entre o Governo de Minas e o MPMG envolvendo o bioma da Mata Atlântica – o acordo fixou parâmetros para a compatibilização entre atos autorizativos para casos de supressão e intervenção em áreas da Mata Atlântica no território mineiro, assinados pela Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável, com o ordenamento vigente de regularização ambiental.
- Acordo em processo objeto do Programa Destrava Minas – viabilizar as obras de Requalificação Urbana e Ambiental e de Controle de Cheias do Córrego Ferrugem. O acordo fixou o valor da indenização pelo imóvel desapropriado, bem como o prazo para desocupação do imóvel, tornando viável a realização de obras para o controle de cheias do Córrego Ferrugem.
- Disponibilização de pauta concentrada de sessões de conciliação nos processos em que se discute a quitação do passivo de férias-prêmio convertidas em espécie dos servidores do Estado de Minas Gerais – no final de 2021 o Estado de Minas Gerais deu início ao peticionamento, manifestando interesse na solução pacífica do conflito em aproximadamente cinco mil processos. À medida que os processos são remetidos, os CEJUSCs realizam as audiências.

2 – CEJUSC Social:

- Conciliação entre consórcio de empresas de ônibus e BH Trans – as partes ajustaram a prorrogação da idade máxima da frota de veículos de transporte coletivo de Belo Horizonte de dez para doze anos. Os concessionários obrigaram-se a retornar às ruas com a frota de veículos parados no prazo de 24 horas, a partir da liberação da BH Trans. Os empresários também se comprometeram a prestar informações sobre os encaminhamentos futuros para a renovação da frota.
- Pacificação do conflito envolvendo as ocupações “Vicentão”, “Manoel Aleixo” e “Carolina Maria de Jesus” – a COHAB Minas comprometeu-se a realizar o reassentamento definitivo das 228 famílias no loteamento de propriedade da companhia, localizado no Bairro Novo Centro em Santa Luzia, por meio de contrato de comodato.
- Acordo referente a repasses da verba da saúde a municípios e instituições – com o acordo homologado pelo TJMG, o Governo de Minas Gerais vai destinar um montante de R\$6,7 bilhões, referentes a repasses para a saúde previstos no orçamento do Governo do Estado entre 2009 e 2020, mas que não haviam sido realizados.

CORREGEDORIA-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MINAS GERAIS

Destacam-se, nesta seção, os principais projetos e ações desenvolvidos no âmbito da Corregedoria-Geral de Justiça – CGJ, conforme informações da Diretoria Executiva da Atividade Correicional – DIRCOR e da Secretaria de Suporte ao Planejamento e à Gestão da Primeira Instância – SEPLAN.

DIRCOR – Diretoria Executiva da Atividade Correicional

- Correção Ordinária Geral – realizada na Comarca de Belo Horizonte, entre os meses de janeiro e março, com o objetivo de verificar a regularidade de serviços, apurar denúncias, reclamações e sugestões sobre a execução dos serviços do foro judicial, dos juizados especiais, dos serviços notariais e de registro, dos serviços da justiça de paz, da polícia judiciária e dos presídios das comarcas. O saneamento das irregularidades identificadas teve acompanhamento das áreas responsáveis pela fiscalização do foro judicial e dos serviços notariais e de registro.
- Autocorreções – iniciativa pioneira da CGJ, tem por objetivos, dentre outros, acompanhar a situação das unidades judiciárias, aperfeiçoar o banco de dados estatísticos do TJMG, cumprir as metas nacionais do CNJ, além de melhorar o IPC- Jus do TJMG. No ano foram realizadas 523 autocorreções nas unidades judiciárias da Justiça Comum, nas unidades jurisdicionais e turmas recursais do sistema dos Juizados Especiais. Também foram realizadas três autocorreções temáticas de caráter geral: armas e munições, violência doméstica e familiar contra a mulher e desdobramento do planejamento estratégico.
- Esforço concentrado para melhoria do IPC-Jus – resultou na identificação de milhares de processos a serem priorizados, de forma a agilizar o julgamento e baixa e aumentar a entrega de justiça, a saber: a) feitos em que o imputado como autor de ato infracional já completou 21 anos de idade, limite para aplicação de medida socioeducativa (extinção obrigatória); b) processos em que é possível o reconhecimento da prescrição da pretensão socioeducativa do menor infrator, em razão do decurso de mais de 4 anos da data do fato ou do recebimento da denúncia/representação; c) processos passíveis de extinção em razão do falecimento do imputado como autor do fato; d) processos que, segundo as hipóteses identificadas pela CGJ, apresentam movimentações nos sistemas informatizados, indicando que já poderiam ter sido baixados. Com o apoio e o monitoramento da Gerência de Orientação e Fiscalização do Foro Judicial, no período entre 31/03/2021 e 30/09/2021, houve redução de 20,62% no número de processos aptos a serem baixados ou julgados e baixados na Justiça de 1ª Instância.
- Aprimoramento da atividade jurisdicional: instalação de novas unidades judiciárias e alteração de competência de varas – realização de estudos técnicos e jurídicos para a instalação de novas unidades judiciárias e/ou alteração de competência, além de organização de plantões, para fins de aprimoramento da prestação jurisdicional e aumento da eficiência operacional. Publicação das Resoluções 959/2021, 966/2021, 967/2021 e 968/2021.
- Plano de Fiscalização das Unidades Judiciárias – 645 Unidades Judiciárias fiscalizadas (70,1% do total de unidades do Estado), o que representa aumento de 252,46% em comparação ao ano anterior, sendo:

- 60 correções extraordinárias presenciais,
- 10 visitas técnicas presenciais,
- 3 inspeções técnicas presenciais,
- 49 inspeções técnicas remotas,
- 523 autocorreções.

Também foram realizadas outras 812 inspeções remotas, com levantamento de dados estatísticos para monitoramentos, à distância, das fiscalizações em curso (88,83% a mais que 2020). Quanto à Correição Ordinária Geral nas 297 comarcas, foram enviados, até o dia 08/12/2021, 2.379 formulários (83%) dos 2.857 formulários eletrônicos, via SISCOR.

- Monitoramento permanente de menores apreendidos – com o objetivo de aprimorar o controle dos prazos de internações provisórias de adolescentes, a CGJ expediu o Aviso nº 35/2017 e os Ofícios-Circulares nº 165/2018 e 68/2019, remetidos a todos os juízes de direito com competência para os feitos infracionais da Infância e da Juventude, de modo a garantir que nenhum adolescente permaneça apreendido provisoriamente por mais de 45 dias, nos termos do art. 108 do Estatuto da Criança e do Adolescente. No dia 05/05/2021 foi zerado o número de adolescentes apreendidos além do prazo legal em todo o Estado.
- Banco de Precedentes – contempla as decisões administrativas mais relevantes da CGJ sobre o foro judicial, com acesso para o público interno e, em determinados casos, também para o público externo.

- Monitoramento permanente das Unidades Judiciárias – até 07/12/2021 foram realizadas 31 novas ações concentradas para monitoramento das unidades judiciárias, com expedição de ofícios-circulares e acompanhamento contínuo.

- Esforço concentrado para redução do número de processos paralisados sem motivo legal – no período entre 31/03/2021 e 30/09/2021, houve redução de 34,02% no número de processos paralisados sem motivo legal há mais de 100 dias na Justiça de 1ª Instância.

- Atuação junto às Unidades Jurisdicionais com maior dificuldade em atingir as Metas Nacionais 1 e 2 ou com recorrente excesso de prazo de conclusão – no IV Fórum Nacional das Corregedorias, realizado de forma virtual pela Corregedoria Nacional de Justiça, no dia 26 de outubro de 2020, foram estabelecidas as metas e diretrizes nacionais das Corregedorias para 2021, dentre as quais a “Diretriz Estratégica 1 – Desenvolver projeto de trabalho junto às Unidades Jurisdicionais com maior dificuldade em atingir as Metas Nacionais 1 e 2 ou com recorrente excesso de prazo de conclusão”. Para sua implantação, foram selecionadas 24 unidades judiciárias, nas quais foi adotada a metodologia DPE – Desdobramento do Planejamento Estratégico.

- Destinação e recolhimento de armas e munições – no período entre 18/01/2021 e 22/11/2021, houve redução de armas de fogo e munições depositados perante a Justiça de 1ª Instância:

- Armas: sem destinação: redução de 20,81%; com destinação e sem recolhimento: redução de 7,91%.
- Munições: sem destinação: redução de 22,87%; com destinação e sem recolhimento: redução de 7,17%.

- Observatório Estadual da CGJ – tem como objetivo o aperfeiçoamento da atuação das instituições em ocorrências de grande impacto e repercussão. Além dos três casos eleitos inicialmente para acompanhamento (Chacina de Unaí e os rompimentos das barragens de Fundão e da Mina do Córrego do Feijão, em Mariana e Brumadinho, respectivamente), foram analisados e destacados outros processos judiciais, mensalmente acompanhados.

- Plano de Fiscalização dos Serviços Notariais e de Registro – no ano de 2021 a equipe da CGJ realizou inspeção técnica presencial nas comarcas de Uberlândia, Divinópolis, Bonfim, Brumadinho, Contagem, Araxá, Luz, Três Pontas, Varginha, Três Corações, Teófilo Ottoni, Alpinópolis, Itamogi, Manhumirim, Muriaé, Estrela do Sul, Araguari, Mantena, Itabirito, São Sebastião do Paraíso, Passos, Itajubá, Alfenas, Ouro Preto e Pirapora. Destaca-se que o número de inspeções presenciais foi prejudicado em razão da pandemia da Covid-19, sendo mantida a fiscalização remota de 76 serventias geridas por interinos, conforme Portaria nº 6.498, de 17 de julho de 2020. Além das inspeções presenciais, foram realizadas inspeções remotas nas serventias de registro de imóveis das comarcas de São Francisco e Nanuque.

- Continuidade do Plano de Contingenciamento dos serviços notariais e de registro vagos – no ano de 2021, além das relacionadas na Portaria nº 6.498/CGJ/2020 também foi implantado o plano de contingenciamento nas serventias que ficaram vagas no decorrer do ano e que possuíam receita acima do teto remuneratório dos interinos.

- Implementação da autocorreção nos serviços notariais e de registro – no ano de 2021 foram disponibilizados os formulários de autocorreção para as serventias de Protesto, Registro de Títulos e Documentos e Civil das Pessoas Jurídicas e de Registro de Imóveis, que enviaram os resultados por meio eletrônico.

- Implementação do desdobro em serventias de registro de imóveis vagas – almejando melhor distribuição e aprimoramento dos serviços, mostrou-se necessária a divisão de algumas circunscrições de serventias de registro de imóveis que estavam vagas. A Portaria Conjunta nº 1128/PR/2021 constituiu Comissão Especial de Trabalho para apresentação de proposta de desdobramento de Serviços de Registro de Imóveis situados nas comarcas de que trata a Lei estadual nº 12.920. Resultou na publicação da Resolução nº 976/2021, relativa à Comarca de Belo Horizonte e da Resolução nº 975/2021, concernente à Comarca de Patos de Minas. Também foi realizado o estudo de desdobro da serventia de registro de imóveis da comarca de Divinópolis, com o resultado encaminhado para apreciação do Órgão Especial do TJMG.

- Implementação do Núcleo de Acompanhamento da Regularização Fundiária Urbana e Rural – NUAREF – instituído pela Portaria 6.789/CGJ/2021 para tratamento das questões relacionadas à regularização fundiária.

- Estudo e apresentação de minuta de anteprojeto de Lei para reestruturação dos serviços notariais e de registro do Estado de Minas Gerais – a partir de estudos elaborados pela CGJ, foi apresentada minuta de anteprojeto de lei para a readequação do número de serventias extrajudiciais do Estado, aprovada pelo Órgão Especial e encaminhada à ALMG, passando a tramitar como Projeto de Lei Complementar sob o número PLC 72/2021.

SEPLAN – Secretaria de Suporte ao Planejamento e à Gestão da Primeira Instância

- Projeto Virtualizar – suporte ao Núcleo de Virtualização instalado em Belo Horizonte e organização e acompanhamento de toda a logística de preparação e recolhimento de processos das comarcas do interior para digitalização por intermédio do acordo celebrado entre a Vale S/A. e o TJMG.

- Salas passivas – auxílio no levantamento de dados e planejamento da distribuição de equipamentos e implantação das salas passivas nas comarcas do Estado.

- Criação, disponibilização e acompanhamento de vários painéis estratégicos disponibilizados na Rede TJMG.

- Implantação do Desdobramento do Planejamento Estratégico – DPE em 60 Unidades Judiciárias.

- Definição de procedimento para padronização da rotina de registro de destinação das armas apreendidas nos processos não cadastrados no SISCOM.

- Finalização dos estudos para implantação do módulo Cadastro Eletrônico de Administradores Judiciais – CAJUD, destinado ao registro de administradores interessados em atuar em recuperações judiciais e em casos de falência do

empresário e da sociedade empresária, nos termos do art. 21 e seguintes da Lei nº 11.101/2005.

- Implantação do sistema PJe Cor – desde maio de 2021, todos os novos expedientes das classes "Processo Administrativo Disciplinar", "Sindicância", "Reclamação Disciplinar", "Ato Normativo", "Representação por excesso de prazo", "Correição Extraordinária Judicial" e "Inspeção Técnica/Remota Judicial" passaram a tramitar por meio do Sistema Processo Judicial Eletrônico para Corregedorias – PJe Cor, em cumprimento ao Provimento do CNJ nº 102/2020
- Expansão do Módulo do PJe no CEJUSC Pré-Processual Cível para 262 comarcas.
- Expansão do projeto-piloto do Módulo Plantão no PJe, que abará os "Expedientes Apartados de Medidas Protetivas" criminais e as medidas de natureza cível em todo o Estado.
- Expansão do PJe para todas as Varas da Infância e Juventude nas classes processuais cíveis regidas pela Lei Federal nº 8.069/90 – Estatuto da Criança e do Adolescente.
- Expansão do PJe no âmbito da competência criminal – foi expandido nas seguintes competências criminais: Crime Comum, de Tóxicos, Organização Criminosa e Lavagem de Bens e Valores, Crime Legislação Esparsa, Crime Estatuto do Idoso, Crime de Trânsito, JESP Crime, JESP Grandes Eventos Crime, Turma Recursal Criminal, Violência Doméstica e Familiar Contra a Mulher, Crimes contra Crianças e Adolescentes, Tribunal do Júri (exceto os da comarca de Belo Horizonte), comunicações de prisão em flagrante delito (em todo o Estado)
- Expansão da Citação Eletrônica (Pessoas Jurídicas de Direito Público e de Direito Privado) – citação eletrônica de grandes demandados no PJe.
- Intimação automática do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE – maior agilidade na coleta de dados dos processos de separação e divórcio no Sistema PJe pelo IBGE através da intimação automática da sua Procuradoria.
- Adaptação do sistema PJe para acesso pelos Oficiais de Justiça do TJMG.
- Liberação de acesso ao PJe aos leiloeiros, intérpretes, corretores, tradutores.
- Interligação do Banco Estadual de Mandados de Prisão – BEMP ao Sistema de Gerenciamento de Procedimentos Policiais – PCNET e ao Banco Nacional de Monitoramento de Prisões – BNMP 2.0.
- Integração TJMG e BNMP 2.0 – projeto visa a expedição da guia de recolhimento diretamente no sistema Repositório Unificado de Procedimentos Eletrônicos – RUPE com integração do BNMP, disponibilizando, ainda, a integração das demais peças elencadas neste banco nacional de gestão do CNJ.
- Certidão Eletrônica de Protesto Judicial – desenvolvimento de sistema para envio da Certidão Eletrônica para Protesto de Sentença ao Instituto de Protesto de Minas Gerais – IEPTB-MG.
- Projeto CEMAD – Central Eletrônica de Mandados e Diligências – concluída a 4ª fase do projeto, referente ao levantamento de requisitos junto ao usuário para reanálise e elaboração de novos protótipos de telas relativas aos módulos da Central.

Ademais, no decorrer do ano, foram realizadas diversas outras atividades pelos setores que compõem a SEPLAN, dentre as quais realização de cursos e seminários, aprimoramento de sistemas, desenvolvimento de manuais e cartilhas, levantamentos estatísticos.

COINJ - COORDENADORIA DA INFÂNCIA E DA JUVENTUDE

Seguem elencadas as principais atividades desenvolvidas pela Coordenadoria da Infância e da Juventude – COINJ ao longo do ano de 2021.

- Projeto de Formação da Orquestra Jovem – com atendimento a 132 crianças e adolescentes em situação de vulnerabilidade.
- Projeto de Formação do Coral Infantojuvenil – atendimento a 61 crianças e adolescentes em três núcleos: um central na COINJ e dois no Morro do Papagaio.
- Cantata de Natal 2021 – realização da 7ª Cantata de Natal (em formato virtual), com participação dos acolhidos pelos projetos desenvolvidos pela COINJ.
- Programa Jovens Parceiros – 100 adolescentes/jovens de 14 a 24 anos, em situação de vulnerabilidade social e econômica, estão inseridos no programa, que tem por objetivo a qualificação prática profissional do aprendiz e o desenvolvimento ético e moral.
- Assinatura do Termo de Cooperação Interinstitucional para Implantação da Escuta Especializada e do Depoimento Especial de Crianças e Adolescentes vítimas ou testemunhas de violência.
- Promoção e divulgação de campanhas:
 - “Novas regras para viagem de crianças e adolescentes em território nacional”, Lei Federal 13.812/2019, Resolução CNJ nº 295/2019 e Provimento CNJ nº 103/2020;
 - “Campanha de Combate ao Abuso Infantil” – realizada de forma ostensiva pelos meios publicitários da CBTU/BH e BH Trans, que divulgaram em estações de metrô e *backbus*, respectivamente;
 - “Aplicativo A.Dot” – promoção e implementação de aplicativo para aparelhos móveis que tem o objetivo de encontrar famílias para crianças maiores, adolescentes, grupos de irmãos e acolhidos com deficiência ou problemas de saúde, disponíveis para adoção e sem pretendentes habilitados interessados.

- Curso “Depoimento Especial de crianças e adolescentes”, na modalidade à distância, com tutoria e aulas síncronas.
- Webinar “Desafios do ECA”, realizado em 13/07/2021, com participação do público interno e da Rede de Proteção da Capital, Região Metropolitana e Interior.

COMSIV - COORDENADORIA DA MULHER EM SITUAÇÃO DE VIOLÊNCIA DOMÉSTICA E FAMILIAR

Nesta seção estão relacionados os programas, projetos e ações empreendidos para o fortalecimento do combate à violência contra a mulher ao longo de 2021.

- Projeto Ponto Final – colocar um fim em relacionamentos abusivos, romper o silêncio e adquirir condições e forças para escrever uma nova história com amor-próprio e respeito. São essas as metas do projeto, criado pelo 4º Juizado de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher de Belo Horizonte para vítimas de agressões.
- Selo “Mulheres Libertas” – instituído pela Portaria Conjunta nº 1.162/PR/2021, outorgável às pessoas físicas e às pessoas jurídicas, com atuações no setor público ou privado, bem como às demais formas de associação civil, ainda que não regulamentadas, que, por meio de trabalhos e projetos inseridos no âmbito de atividades trabalhistas, empresariais, educacionais e de formação de pessoas, contribuam para a prevenção, o combate e a punição da violência praticada contra as mulheres, no âmbito das relações domésticas e familiares, bem como contribuam para alcançar a igualdade de gênero e empoderar todas as mulheres e meninas.
- Projeto Percorso Formativo – a iniciativa visa à capacitação profissional de vítimas de violência doméstica que vivem em situação de vulnerabilidade social. Parceria com o Grupo de Monitoramento e Fiscalização do Sistema Carcerário e Socioeducativo (GMF) e o Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial (SENAC/MG).
- Justiça em Rede – a iniciativa incentiva e apoia os juizes na formação de redes compostas por serviços que atendam à mulher em situação de violência, abrangendo as comarcas mineiras, com vistas a oferecer às vítimas um atendimento integral.
- 16 dias de ativismo pelo fim da violência contra a mulher – o TJMG disponibilizou falas de representantes das instituições parceiras do Projeto Justiça em Rede, para reforçar o engajamento à prevenção e eliminação da violência contra as mulheres.
- Acordo de cooperação técnica entre o TJMG e o Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Sul de Minas, que disponibiliza aproximadamente 8 mil vagas em cursos a distância, para capacitação profissional de mulheres que vivem em situação de vulnerabilidade social no Estado.
- Arrecadação de cestas básicas, distribuídas a famílias de vítimas de violência doméstica de Uberaba e realização de ações para combate à violência doméstica.
- Lançamento de campanha educativa em parceria com a Associação Brasileira de Bares e Restaurantes em Minas Gerais – prevê a distribuição, em estabelecimentos comerciais da capital mineira, de folhetos, adesivos e porta-corpos, com informações sobre os números para denúncias de casos de violência doméstica e familiar contra a mulher. O material gráfico possui QR Codes, que acionam diretamente a página eletrônica da Delegacia Virtual da Polícia Civil, onde as vítimas poderão fazer boletins de ocorrência.
- Adesivação de traseiras de ônibus que trafegam por Belo Horizonte com informações sobre violência doméstica contra a mulher.

Adicionalmente, ao longo do ano, ocorreram uma série de cursos, palestras, seminários, mesas de debates e encontros promovidos ou que contaram com a participação da COMSIV.

DEARHU - DIRETORIA EXECUTIVA DE ADMINISTRAÇÃO DE RECURSOS HUMANOS

Destacam-se as seguintes ações desenvolvidas, durante o ano de 2021, destinadas à promoção de saúde e qualidade de vida e prevenção ao adoecimento:

- Ginástica Laboral – magistrados, servidores e colaboradores do TJMG tiveram acesso às aulas de ginástica laboral, por meio de vídeos disponibilizados na Rede TJMG.
- Campanha de vacinação contra a gripe (vírus *influenza* e H1N1) – imunização de magistrados, servidores, familiares e colaboradores do TJMG com a aplicação de 3.360 doses da vacina.
- Avaliação ergonômica de postos e setores de trabalho – 48 postos de trabalho avaliados (capital e interior) e 06 avaliações ambientais de edificação. Redução de riscos presentes no ambiente de trabalho, impactantes na saúde de magistrados e servidores e redução do absenteísmo.
- Atenção em Saúde Bucal – foram realizados 1.473 atendimentos.
- Atendimento psicossocial – 1.143 atendimentos realizados por demanda individualizada, nas modalidades presencial e virtual, o que contribuiu para ampliação significativa do número de atendimentos psicológicos.
- Autocuidado e conscientização – realização em parceria com a DIRCOM das campanhas “Maio Roxo”, “Setembro Amarelo”, “Outubro Rosa”, “Novembro Azul” e “Dezembro Laranja”.
- Monitoramento de casos de COVID-19 no âmbito do TJMG – além de atendimento a magistrados, servidores e colaboradores, foram prestadas orientações aos gestores e diretores das unidades em relação aos procedimentos a serem adotados. Resultado alcançado: 6.043 casos monitorados no período, tendo sido confirmados 2.480 diagnósticos

DENGEP - DIRETORIA EXECUTIVA DE ENGENHARIA E GESTÃO PREDIAL

Além da atuação diretamente relacionada ao Plano de Aceleração de Obras do TJMG, conforme relatado na análise da execução física e orçamentária da ação orçamentária 2091 – Obras e Gestão Predial, a DENGEP desenvolveu, ao longo do ano de 2021, diversas ações, cujas principais estão aqui listadas.

- Instalação de CEJUSCs – a DENGEP é responsável pela realização de intervenções para alterações de layouts com melhorias nas instalações e, em alguns casos, quando necessário, análise e solicitação de aluguel de imóveis para abrigar os centros. 73 comarcas concluídas durante o exercício de 2021.
- Instalação de energia fotovoltaica – consiste na elaboração de projeto executivo, fornecimento, instalação, monitoramento, assistência técnica em garantia e manutenção de sistemas de geração de energia fotovoltaica. Ao final do ano, o resultado foi a concretização em dez edificações, que passaram a contar com a usina solar.
- Plano de manutenções prediais – realização de intervenções pontuais com o objetivo de conservar ou recuperar a capacidade funcional das edificações e de atender as necessidades e segurança dos seus usuários. O plano foi dividido por regiões a fim de ampliar o número de comarcas a serem atendidas e prestar o serviço de forma mais eficiente. Realizadas manutenções em 468 edificações.
- Plano de acessibilidade – tem como objetivo adaptar as edificações, permitindo facilitar o acesso e circulação de portadores de necessidades especiais, em cumprimento às normas previstas na Lei Federal 10.098/00, Decreto Federal 5.296/04, Lei Estadual 11.666/94, norma da ABNT NBR 9050 e ainda segundo a recomendação do CNJ nº 27/2009. Acessibilidade concluída em 04 (quatro) comarcas em 2021: Águas Formosas, Borda da Mata, Lima Duarte, Matias Barbosa.
- Plano de Segurança Predial – consiste na instalação de equipamentos de segurança, tais como, alarmes, catracas, cancelas eletrônicas e portais detectores de metais visando à obtenção de maior controle de acesso e da garantia de segurança nas edificações.
- Plano de regularização de AVCB (Auto de Vistoria do Corpo de Bombeiros) – adaptação predial para prevenção e combate a incêndio de acordo com a Lei Estadual nº 14.130/2001, regulamentada pelo Decreto 47.998/2020, alterado pelo decreto 48.028/2020, visando garantir o cumprimento das obrigações legais, bem como a responsabilidade quanto a integridade física dos usuários e do patrimônio do TJMG. 29 edificações próprias, locadas ou cedidas com AVCBs em 2021.

DIRCOM - DIRETORIA EXECUTIVA DE COMUNICAÇÃO

A Diretoria Executiva de Comunicação – DIRCOM atuou, ao longo de 2021, no apoio e divulgação de projetos e ações que buscaram aproximar o judiciário mineiro da sociedade.

Durante o período, o Portal e a Rede TJMG tiveram 141.482.650 e 13.247.469 acessos, respectivamente. Mais de 200 comunicações via WhatsApp foram enviadas para magistrados, servidores, estagiários e colaboradores. Já nas redes sociais, foram feitas 963 postagens.

A Coordenação de Relações Públicas atuou na realização de 535 eventos e solenidades. Em função da suspensão das atividades presenciais do “Programa Conhecendo o Judiciário”, foram ministradas 5 palestras virtuais para turmas de ensino superior.

Por seu turno, o Serviço de Apoio Administrativo produziu 161.137 itens de material de campanha institucional, além de 132.502 itens de material informativo. Quanto aos eventos, foram fornecidas 128.955 medalhas, bem como 70 placas de inauguração de fóruns e/ou CEJUSCs. A unidade ainda cooperou junto ao Núcleo de Voluntariado no recolhimento, contagem e distribuição de donativos.

Já a Coordenação de Publicidade realizou 97 campanhas e confeccionou em torno de 3.904 peças gráficas virtuais e 697 impressas, além de 24 ilustrações, 37 identidades visuais e 114 publicações.

Quanto à Gerência de Imprensa, o setor realizou 1.546 publicações de matérias no Portal TJMG e 1.545 na Rede TJMG, bem como 84 matérias do TJMG foram veiculadas no portal do CNJ. Também efetuaram 30.907 publicações de matérias em veículos externos (*clipping*), efetivaram 1.710 atendimentos à imprensa externa, acompanharam 3.865 processos de repercussão, e dispararam 5.420.074 e-mails com conteúdo do TJMG, além de produzir 109 textos para a presidência. A equipe de fotografia registrou 53.581 fotos, em 1.224 pastas, e publicou no Flickr 200 álbuns, 5.980 fotos com 10.106 visualizações.

Rádio TJ Minas

A Rádio TJ Minas entrou em funcionamento no dia 11 de agosto de 2021, tendo recebido 21.498 acessos de 5.007 usuários únicos até 31 de dezembro. A média mensal foi de aproximadamente 4.929 acessos.

Programa de TV

A Coordenadoria de Rádio e TV do TJMG produziu 51 programas “Justiça em Questão” ao longo de 2021, exibidos na TV Justiça e disponibilizados no Youtube. Foram produzidas e editadas 331 matérias.

DIRFIN - DIRETORIA EXECUTIVA DE FINANÇAS E EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

Seguem arroladas as ações e projetos de destaque desenvolvidos pela Diretoria Executiva de Finanças e Execução Orçamentária – DIRFIN no ano de 2021.

1- Consolidação do uso do Cartão Corporativo de Pagamento – Adiantamento Financeiro

O projeto foi ampliado a todas as comarcas e unidades administrativas do TJMG, nas modalidades de “Pronto Pagamento” e “Reparo de Veículos”. Sua utilização extingue a entrega do recurso financeiro em conta bancária de servidores e magistrados, tornando o procedimento mais ágil e seguro.

No primeiro semestre de 2022, o uso do cartão corporativo, de acordo com o cronograma estabelecido, será ampliado para a modalidade de alimentação para o Tribunal do Júri.

2- Solução TJMG e GRP-Minas

O TJMG utiliza para o processamento das despesas e receitas o SIAFI/MG, que será substituído pelo GRP-Minas, sistema em fase de desenvolvimento pelo Governo Estadual para gestão centralizada de dados de execução orçamentária e gerenciais decorrentes.

Assim, o TJMG tem trabalhado na adequação dos sistemas de folha de pagamento e de orçamento para que os dados sejam enviados ao GRP-MINAS de acordo com suas respectivas parametrizações. O destaque, ao final de 2021, foi a disponibilização do processamento dos arquivos da folha de pessoal no ambiente de operação assistida. Além disso, estão sendo testados processos relativos à execução orçamentária e financeira.

3- Diárias de Viagem

Almejando melhoria na gestão das diárias de viagem, a DIRFIN concluiu os estudos de parametrização do Sistema de Concessão de Diárias e Passagens do Poder Executivo Estadual – SCDP no âmbito do TJMG, com definição, no segundo semestre de 2021, dos requisitos para elaboração da minuta do contrato a ser firmado entre o Poder Executivo Estadual e o TJMG.

Assim, concluiu-se o documento de análise de viabilidade, que será assinado pelos diretores executivos da DIRFIN e da DIRSEP. Após esta etapa, ocorrerá a celebração contratual. Cumpre informar que o início da implantação está previsto para março de 2022, em data a ser acordada entre as partes.

4- Aprimoramento da Fiscalização e da Cobrança das Custas Judiciais de 2º Grau

A ação tem por objetivo esclarecer os procedimentos relativos aos recolhimentos de valores exigidos pela legislação, além de revisar e padronizar os processos de trabalho no âmbito da área judiciária de 2º Grau no que diz respeito à fiscalização e à cobrança de receitas.

Foi idealizado treinamento, em parceria com a EJEJ, voltado para os responsáveis por fiscalizar e cobrar, em recursos e ações da competência originária do 2º grau, custas judiciais e demais receitas orçamentárias destinadas ao FEPJ.

Além disso, a Campanha de Conscientização de Custas Judiciais de 2º Grau foi amplamente divulgada, com novas ações estão previstas para 2022.

5- Gestão de Créditos do TJMG

Iniciado no segundo semestre de 2020, o projeto, incluído no Planejamento Estratégico, contempla um conjunto de iniciativas que tem como objetivo implantar a gestão dos créditos no âmbito do TJMG, consistindo em estruturar e normatizar os procedimentos de cobrança administrativa de créditos a que tem direito o Tribunal.

Até o momento, foi concluída a definição dos fluxos relativos aos créditos originários do judicial, do extrajudicial e da área administrativa, validados internamente junto à CGJ e, externamente, junto à Secretaria de Estado de Fazenda de Minas Gerais e à Advocacia-Geral do Estado de Minas Gerais.

Está em andamento a elaboração do documento de visão da Gestão de Crédito, que irá facilitar a comunicação com outros envolvidos no processo, consolidando o entendimento do tema no TJMG.

6- Modernização da Gestão dos Investimentos do TJMG

Em convergência com as práticas de governança pública, o Núcleo de Governança Financeira foi criado no segundo semestre de 2020, tendo como principal objetivo gerenciar e proporcionar a maximização dos resultados financeiros.

Em 2021, em face da instabilidade econômica desencadeada pela pandemia do Covid- 19, o núcleo adotou estratégia ativa em relação aos investimentos, o que propiciou, entre o TJMG e os bancos parceiros, os ajustes necessários em tempo hábil e de acordo com a política institucional. Essa condição foi alcançada devido à constante atualização das informações e dados técnicos, com atenção às expectativas de mercado e ao cenário macroeconômico.

7- Aplicação de novos instrumentos de gestão e programação financeira

- Fluxo de caixa – foi consolidado o Fluxo de Caixa – TJMG como ferramenta para registro e acompanhamento diário das disponibilidades financeiras, proporcionando gerenciamento dinâmico dos recursos financeiros. Assim, a administração financeira tornou-se mais efetiva, gerando maior “saldo médio” nas contas correntes do TJMG e garantindo maior retorno das aplicações financeiras.

- Gestão de contas a pagar – por meio da programação financeira de desembolsos, os pagamentos das despesas são efetuados conforme cronograma estabelecido pela DIRFIN, em sincronia com as receitas efetivadas.

8- Orientações para processo revisional de preços para obras e serviços de engenharia

Diante do crescente número de pedidos de reequilíbrio econômico-financeiro em contratos administrativos do TJMG a partir de dezembro de 2020, especialmente em função da instabilidade causada pela pandemia, a DIRFIN, em parceria

com a DENGEP, elaborou e disponibilizou, em 2021, ao público externo alvo, documento com vistas a padronizar a metodologia do processo revisional nos seus aspectos técnicos, jurídicos e operacionais.

DIRFOR - DIRETORIA EXECUTIVA DE INFORMÁTICA

Seguem as ações e projetos desenvolvidos pela Diretoria Executiva de Informática – DIRFOR durante o exercício de 2021.

1- Ação PROJEF – Implantação do Processo Judicial Eletrônico Criminal em todas as comarcas

O Processo Judicial Eletrônico Criminal foi implantado em todas as comarcas (justiça comum e juizados especiais) durante o ano de 2021. Ficaram pendentes apenas os seguintes fluxos especializados, cuja implementação será realizada em 2022: Tribunal do Júri de Belo Horizonte, Atos Infracionais Cometidos por Menores e Inquérito Policial.

2- Ação PROJEF – Virtualização de todo o acervo de processos físicos, cíveis e criminais

Até o momento, a DIRFOR realizou as seguintes ações:

- Desenvolvimento de solução para importação e indexação das peças no Repositório Unificado de Procedimentos Eletrônicos – RUPE;
- Construção das estruturas de dados para criação dos painéis gerenciais de acompanhamento;
- Apoio na implantação de *bureau* de virtualização em Belo Horizonte, Contagem e Nova Lima;
- Aquisição de escâneres de mesa e departamentais.

3- Ampliação da infraestrutura de rede e de operação e os serviços de TIC

Foram realizadas contratações para ampliar a capacidade de armazenamento de dados dos servidores de rede, para atualização tecnológica do ambiente desses servidores, bem como do parque computacional do TJMG (computadores pessoais e notebooks), além de aquisições de webcams para permitir o uso da solução de videoconferência. Também houve investimentos em segurança cibernética, como a aquisição de novo *firewall*. Ademais, foi concretizada a implantação de nova Central de Serviços de TIC.

Estão em andamento a execução de diversos serviços da área de TI, como: a contratação de serviços especializados de monitoramento de infraestrutura; a contratação do serviço de containerização do PJe, que permitirá maior escalabilidade e disponibilidade; a contratação de serviços de sustentação e desenvolvimento de sistemas informatizados (fábrica de software) e a implantação da solução integrada para o gerenciamento.

4- Ampliação do acesso remoto

Foram realizados investimentos para aparelhar o TJMG e permitir que magistrados, servidores e colaboradores realizassem suas atividades, de casa, por meio de acesso remoto aos computadores de seus postos de trabalho. Em alguns casos, o aparelhamento envolveu a expansão de serviços e da infraestrutura já existentes, como ampliação das licenças dos softwares responsáveis pela virtualização de servidores de rede e pelo acesso remoto às estações de trabalho, contratação de serviços de suporte técnico para esses softwares e ampliação de links de internet.

5- Aquisição da solução institucional de videoconferência

A contratação foi realizada em janeiro de 2021 e atualmente todas as audiências e reuniões de trabalho são realizados utilizando o ambiente de videoconferência do TJMG.

6- Consulta Processual Pública Unificada

Aprimorar e tornar mais eficiente a consulta processual disponibilizada no Portal do TJMG, que atualmente é pulverizada conforme a instância, comarca e sistema de origem onde o processo tramita. Foram realizadas 64% das atividades necessárias para implantação da consulta pública. A previsão de conclusão é abril de 2022.

7- Contratação de sistema de Vídeo Wall

Aquisição e montagem, no espaço Lapidar, de equipamento que consiste em uma série de monitores conectados fisicamente em arranjo, de modo a formar uma grande tela e prover meios para realização de análises e cruzamento de informações disponibilizadas nos painéis de monitoramento.

8- Desenvolvimento colaborativo e implantação de Sistema de Depósito Judicial Nacional (SIDEJUD)

Até o momento a DIRFOR realizou as seguintes ações:

- Negociação para que o projeto se torne uma solução nacional para gestão de depósitos judiciais. Dessa forma, foi firmado termo de cooperação técnica com outros Tribunais e com o CNJ para desenvolvimento conjunto da solução, sendo o TJMG responsável pela gestão do projeto;
- Iniciada a especificação do sistema e a construção de diversos módulos;
- Formalizada a adesão do TJMG à Plataforma Digital do Poder Judiciário – PDPJ-Br do CNJ para integração do SIDEJUD;
- Iniciadas as alterações no sistema e alinhamentos técnicos com o CNJ para permitir a integração do SIDEJUD à PDPJ-Br.

9- Implantação da Consulta da Jurisprudência da Turma Recursal

Implantada nova consulta à jurisprudência da turma recursal que permite a pesquisa por ementa e por inteiro teor, de forma similar à consulta dos acórdãos.

10- Implantação do Balcão Virtual

Disponibilizada ferramenta que permite o contato direto, por meio de videoconferência, com o setor de atendimento de cada unidade judiciária do TJMG, atendendo os requisitos estabelecidos pelo Programa Justiça 4.0 do CNJ.

11- Implantação do eSocial no TJMG

Ações realizadas no sentido de prover e enviar as informações requeridas pelo eSocial (Sistema de Escrituração Fiscal Digital das Obrigações Fiscais, Previdenciárias e Trabalhistas), pela EFD-Reinf (Escrituração Fiscal Digital de Retenções e Outras Informações Fiscais) e para a geração da DCTF Web (Declaração de Débitos e Créditos Tributários Federais Previdenciários e de Outras Entidades e Fundos), em cumprimento aos requisitos e prazos legais estabelecidos pelo Governo Federal. O envio dos eventos obrigatórios da Fase 1 do Cronograma Nacional foi realizado dentro do prazo legal estabelecido. Estão em andamento os ajustes dos sistemas para o encaminhamento dos eventos das demais fases.

12- Instalação do Sistema “Helios Voting” no TJMG

Implantação concluída do sistema, que possibilita a realização remota de eleições, sem a necessidade de convocações presenciais.

DIRSEP - DIRETORIA EXECUTIVA DA GESTÃO DE BENS, SERVIÇOS E PATRIMÔNIO

Registradas aqui as principais atividades executadas pela Diretoria Executiva da Gestão de Bens, Serviços e Patrimônio – DIRSEP no decorrer do ano de 2021.

- Economia obtida nos procedimentos licitatórios – dos recursos previstos para as licitações homologadas em 2021, montante de R\$758.472.067,06, foi economizado o expressivo valor de R\$127.373.619,66, o que representa 16,8% do valor estimado nos orçamentos de referência para os procedimentos licitatórios, conforme demonstram os dados inseridos na sequência:

TOTAL DE LICITAÇÕES HOMOLOGADAS – Janeiro a Dezembro/2021 Pregões Eletrônicos (145), Concorrências (40) e Tomadas de Preços (4)	189
TOTAL DE LOTES HOMOLOGADOS – Janeiro a Dezembro/2021 Pregões Eletrônicos (322), Concorrências (43) e Tomadas de Preços (5)	370
TOTAL DA DISPONIBILIDADE – Janeiro a Dezembro/2021	R\$ 758.472.067,06
TOTAL GERAL HOMOLOGADO – Janeiro a Dezembro/2021	R\$ 631.098.447,40
TOTAL GERAL DA ECONOMIA – Janeiro a Dezembro/2021 (Valor da disponibilidade - Valor Homologado)	R\$ 127.373.619,66
PERCENTUAL DE ECONOMIA CONSIDERADO SOBRE VALOR DA DISPONIBILIDADE – Janeiro a Dezembro/2021	16,80%

- Celeridade nas tramitações das concorrências e pregões eletrônicos em suas fases externas – 98% das licitações homologadas em 2021 referem-se a Pregões Eletrônicos (145) e Concorrências (40), nos quais foram registradas médias de tramitações das fases externas melhores que as metas estipuladas pelo CNJ. No caso da modalidade Pregão Eletrônico, a média de tramitação da fase externa no TJMG foi de 38 dias, 24% abaixo da meta do CNJ (50 dias), enquanto em relação às concorrências, a média foi de 92 dias, 12,5% abaixo do parâmetro de 105 dias.

- Adoção do fator “K” nas concorrências para construção/reforma – manutenção da adoção do Fator “K” nas concorrências e tomadas de preços para construções e reformas de prédios de fóruns, resultando em significativa redução dos prazos de processamento da fase externa das concorrências, tendo sido alcançada a marca histórica de 40 concorrências homologadas, com adjudicação de 41 dos 43 lotes.

- Utilização do Sistema SEI para as licitações da Lei Federal nº 8.666/1993 (modalidades concorrência, tomada de preços e convite) – significativo impacto na redução de todos os prazos de tramitação, fases interna e externa, nas concorrências e tomadas de preços referentes ao Plano de Aceleração de Obras do TJMG.

- Economia em negociações realizadas nas contratações realizadas pelo TJMG - importando em economia anual no valor de R\$1.270.763,58. Considerando o período total até o término dos contratos, o montante obtido é de R\$1.707.849,96.

- Coleta seletiva de lixo – na Capital, aproximadamente 34% do lixo produzido tem sido destinado à reciclagem por meio de convênio com a Associação dos Catadores de Papel, Papelão e Materiais Reaproveitáveis de Belo Horizonte – ASMARE. O restante é recolhido pela Superintendência de Limpeza Urbana de Belo Horizonte, cujo custo é de R\$

4.634,72/mês. Ademais, atualmente há 24 convênios firmados entre diversas associações de reciclagem e comarcas do interior.

- Férias dos terceirizados no recesso – economia estimada no valor de R\$15.737.185,80, correspondentes ao valor que deixou de ser gasto com a substituição de colaboradores.

- Expansão do serviço “Carta com Aviso de Recebimento” – consolidação do serviço como meio de postagem de intimações e citações, independentemente da localidade, resultando em melhora considerável na qualidade da prestação dos serviços postais, garantindo maior segurança, rastreabilidade e aumento nas taxas de eficiência na entrega, evitando, assim, retrabalho e ensejando economia indireta com mão de obra e insumos postais.

- Redimensionamento dos insumos fornecidos nos contratos de conservação e limpeza – em função da redução do trabalho presencial em função da pandemia, tendo sido obtida economia de R\$1.052.961,17 em todo o Estado.

- Suspensão do fornecimento de uniformes – em razão de parte dos colaboradores terceirizados terem passado a atuar em regime de trabalho remoto, houve redução no valor aproximado de R\$137.395,19, apenas no interior.

- Implantação de 19 rotas de atendimento, totalizando 228 comarcas, para entrega mensal dos suprimentos de consumo com veículo próprio do TJMG, viabilizando economia em torno de 66,95% em comparação às entregas realizadas por terceiros (Correios/transportadora).

- Adoção de medidas com vistas à implementação do Plano Anual de Contratações – PAC – apresentação de estudos com o objetivo de assegurar a seleção da proposta apta a gerar o resultado de contratação mais vantajoso para a Administração Pública, garantir a presença dos estudos técnicos preliminares e observar a devida transparência nos atos praticados.

- Proposta para adoção de indicadores de monitoramento de gestão de contratações - apresentação da metodologia utilizada na construção da ferramenta e rol de indicadores com o objetivo de fomentar o monitoramento da gestão das contratações, atendendo as funções de governança previstas no artigo 3º da Resolução nº 437, do CNJ.

JUIZADOS ESPECIAIS

Nesta seção são apresentados os principais projetos e ações afetos à Justiça Especial desenvolvidos em 2021, conforme informações prestadas pela Gerência de Suporte aos Juizados Especiais - GEJESP.

- Código de Normas do Conselho de Supervisão e Gestão dos Juizados Especiais - instituído com a publicação da Portaria Conjunta 1.103/PR/2020, com entrada em vigor em 11 de janeiro de 2021, tem por intuito consolidar atos normativos do Conselho de Supervisão e Gestão dos Juizados Especiais, com vistas a facilitar o acesso às portarias e instruções editadas por este Órgão Colegiado, bem como implementar, no Sistema dos Juizados Especiais, novos regramentos acerca da atividade judicante e administrativa.

- Cooperação do Projeto Pontualidade nos processos dos Juizados Especiais - ação com o objetivo de ampliar para os Juizados Especiais a atuação do Projeto Pontualidade, no que diz respeito aos processos conclusos, físicos ou eletrônicos, há mais de 30 (trinta) dias para sentença, oriundos do Sistema, sejam em Unidades Jurisdicionais formalmente instaladas ou nas varas judiciais sob o rito das Leis 9.099/1995 e 12.153/2009. Até o início de 2022, 4.116 processos foram encaminhados à Cooperação no Projeto Pontualidade. Em adição, foram convocados dois candidatos à função de juiz leigo, para atuação no referido projeto.

- Concessão de aumento no valor da remuneração dos atos referentes à atividade dos juízes leigos - ação aprovada pelo Conselho de Supervisão e Gestão dos Juizados Especiais, acerca de aumento na remuneração dos atos praticados pelos juízes leigos que atuam no Estado, de acordo com a projeção inflacionária, a ser implementada após o término da vigência da Lei Complementar Federal nº 173/2020.

- Turma Recursal Temporária do Grupo Jurisdicional de Governador Valadares, em funcionamento na Comarca de Caratinga - prorrogação do funcionamento, por um ano, do Colegiado em epígrafe, criado para processamento e julgamento dos recursos oriundos dos Juizados Especiais, provenientes das Comarcas de Caratinga e de Inhapim, tendo em vista o acúmulo de processos nas Turmas Recursais do Grupo Jurisdicional de Governador Valadares. No período de janeiro a novembro de 2021, foram distribuídos 1.044 processos e julgados 887 no Colégio Recursal em comento.

- Turma Recursal Temporária da Comarca de Belo Horizonte - prorrogação do funcionamento, até maio de 2023, do Colegiado em epígrafe, criado com o intuito de mitigar o acúmulo de recursos existentes na Turma Recursal de Jurisdição Exclusiva de Belo Horizonte, Betim e Contagem. No período de janeiro a dezembro de 2021 foram distribuídos 1.464 processos e julgados 2.195 no Colégio Recursal em comento.

- Apoio à AGIN na realização da 16ª Semana Nacional de Conciliação - nessa edição do evento participaram todas as comarcas do Estado e foram agendadas, pelas Unidades Jurisdicionais dos Juizados Especiais, 6.476 audiências, tendo sido efetivamente realizadas 5.344.

- Gestão de Contratos - suporte para atendimento direto ao cidadão, decorrente do que preconiza o art. 121 da Portaria Conjunta 1.103/PR/2021, formalizado por meio de convênio com empresas, almejando caminho alternativo para solução de conflitos de consumo e prevenção dos litígios judicializados. Até

novembro de 2021, foram 173 atendimentos realizados, com 112 acordos firmados.

- Dimensionamento da força de trabalho – por meio das seguintes ações:

- 153 vagas de juízes leigos autorizadas, sendo que 39 são para Belo Horizonte e 114 para o interior do Estado;
- contratação de um Assistente Administrativo para cada Turma Recursal que ainda não contava com o auxílio desse colaborador;
- autorização de 28 vagas de estagiários de graduação para atuação nas Turmas Recursais.

- Ações educacionais – realizações durante o ano de 2021:

- Curso de Capacitação de Juízes Leigos – capacitados 19 candidatos classificados no processo seletivo – Edital nº 01/2019;
- Curso de Capacitação de Conciliadores do Sistema dos Juizados Especiais – disponibilizadas 288 vagas em um total de quatro turmas;
- Curso de Capacitação de Atermadores do Sistema dos Juizados Especiais – oferecidas duas turmas, com um total de 680 participantes;
- Curso de Ementas para as Turmas Recursais do Estado – ofertadas duas turmas, com 30 vagas cada.

NÚCLEO DE VOLUNTARIADO

Criado pela Portaria Conjunta nº 543/PR/2016, o Núcleo de Voluntariado do Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais tem como finalidade contribuir para a consolidação da “Rede de Voluntariado” do Estado, promover a disseminação da cultura do voluntariado no Poder Judiciário mineiro e coordenar as práticas de voluntariado no âmbito do TJMG.

Em 2021 foram realizadas as seguintes atividades:

- Campanha de arrecadação de alimentos:

- Belo Horizonte – 9,5 toneladas arrecadadas, com 2.923 pessoas beneficiadas;
- Interior – 56,11 toneladas arrecadadas, com atendimento a 28.856 pessoas;
- Outras campanhas – 4,1 toneladas coletadas, 1.027 pessoas contempladas.

- Campanha Unindo Forças – todos contra a fome – 5.116 cestas básicas arrecadadas, com atendimento a 20.464 pessoas.

- Canto da Rua emergencial – acolhimento de dez mil moradores de rua na Serraria Souza Pinto – Belo Horizonte.

- Campanha de arrecadação de cobertores – 1.354 itens entregues a vinte e cinco entidades para distribuição à população de rua.

- Campanha de doação de livros – arrecadação de 3.123 itens.

- Programa Caminhos – quatro artistas em situação de rua beneficiados.

- Arrecadação para vítimas das chuvas – 1.027 cestas básicas arrecadadas, além de outros 3.650 itens.

- Papel Noel do TJMG – 700 itens obtidos.

OUIDORIA

A Ouvidoria do TJMG registrou, em 2021, 9.977 expedientes, o que representa uma média de 831 manifestações/mês, relacionadas à prestação de atendimento e tratamento de pedidos de informação, inclusive relativos à Lei de Acesso à informação (Lei nº 12.527/2011) e à Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (Lei nº 13.709/2018), além de solicitações, elogios, críticas, denúncias, reclamações e sugestões.

Ademais, em atendimento ao Programa de Proteção de Dados Pessoais do TJMG, a Ouvidoria passou a ser o canal exclusivo de recebimento da matéria no âmbito do TJMG. Em sintonia com a legislação vigente, foi disponibilizada via de diálogo entre o Tribunal e a pessoa física que pretenda abordar o tratamento de seus dados pessoais contidos em meios físicos e digitais. A Ouvidoria é o setor que recebe a manifestação, realiza a análise preliminar e repassa ao postulante a resposta resolutiva.

Abaixo, outros acontecimentos em que houve a participação da Ouvidoria em 2021:

- Inauguração da galeria dos ex-ouvidores na aba da Ouvidoria no portal do TJMG;
- Participação no encerramento da 1ª Semana da Integridade, realizada de 3 a 6 de maio;
- Sede do VI Encontro do Colégio Nacional de Ouvidores Judiciais, nos dias 9 e 10 de dezembro.

PAI-PJ - PROGRAMA DE ATENÇÃO INTEGRAL AO PACIENTE JUDICIÁRIO

O Programa de Atenção Integral ao Paciente Judiciário – PAI-PJ, vinculado ao Programa Novos Rumos na Execução Penal, está estruturado em um Núcleo Coordenador, um Núcleo Supervisor e Núcleos Regionais, conforme Resolução TJMG nº 944/2020.

Em 2021, além do Núcleo Regional Belo Horizonte, que acompanha os pacientes judiciários da Capital e Região Metropolitana, estiveram em funcionamento os Núcleos Regionais de Governador Valadares, Teófilo Ottoni, Itaúna, Barbacena, Juiz de Fora e Alfenas. Tiveram ainda início as tratativas para implantação do núcleo em Muriaé, com o estabelecimento do Convênio 324/2021.

Durante o ano, o PAI-PJ acompanhou 1.093 pacientes judiciários em todo o Estado. Foram encaminhados à Secretaria de Acolhimento do Programa 289 casos novos para acompanhamento e avaliação sobre possibilidade de inserção.

Também teve continuidade o trabalho de desinternação dos pacientes judiciários internados no Hospital de Custódia e Tratamento Psiquiátrico Jorge Vaz (Barbacena), que tiveram parecer favorável para retorno ao território de origem, no mutirão realizado no final de 2020. Dos 78 pacientes aptos, 76 foram desinternados em 2021, sendo 27 inseridos em serviços residenciais terapêuticos, um em residência inclusiva e dois em Instituições de longa permanência, devido ao rompimento dos laços familiares. Ademais, 46 voltaram para os territórios de origem para residir com familiares e dois faleceram.

Nos meses de abril, maio, junho e julho de 2021, foi realizado o mutirão da lista de espera de internação na região 8 do GMF, com inclusão de 132 pacientes judiciários, por meio de relatórios de acompanhamento pelas equipes do Programa e de pareceres elaborados por Comissão Multidisciplinar, com proposta de tratamento na rede pública de saúde mental de acordo com a singularidade de cada caso e a recomendação para a retirada do nome da lista. Como resultado, as comarcas de Ouro Preto, Mariana e Sete Lagoas passaram a ser acompanhadas pelo Núcleo Regional PAI-PJ Belo Horizonte. Dos 60 pacientes judiciários que se encontravam privados de liberdade em locais inadequados para o tratamento, 41 tiveram decisão favorável à saída do sistema prisional e estão na rede de saúde mental.

Por meio do convênio 261/2018, estabelecido entre o TJMG e o Hospital Metropolitano Odilon Behrens, quatro turmas de residência em Psiquiatria e multiprofissional da rede de saúde mental de Belo Horizonte passaram por estágio no PAI-PJ, recebendo formação e participando de perícias e outras atividades realizadas no programa.

Em setembro de 2021, teve início parceria com a Faculdade de Ciências Médicas de Minas Gerais para realização de estágio e projeto de extensão dos cursos de Psicologia, Enfermagem e Medicina no PAI-PJ. O estágio beneficiou 90 pacientes judiciários.

PRECATÓRIOS

Na sequência estão relacionadas as principais ações desenvolvidas pelos setores de precatórios do TJMG ao longo de 2021.

- Aprovação de Precatórios em face da Fazenda Pública, em atendimento a entes públicos devedores de precatórios e beneficiários dos créditos dos precatórios apresentados no período de 02 de julho de 2020 a 1º de julho de 2021. Resultados alcançados:

- Precatórios analisados: 4.269;
- Precatórios aprovados: 3.651;
- Precatórios aprovados valor histórico: R\$375.082.462,08;
- Precatórios aprovados valor atualizado: R\$516.028.717,43;
- Acervo ativo de precatórios em 31 de dezembro de 2021: 28.976.

- Gestão de recursos para pagamento de precatórios, em atendimento a entes públicos devedores e beneficiários dos créditos (Regime Geral e Especial de precatórios, respectivamente, art. 100 da Constituição Federal e art. 101 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias). Resultados alcançados:

- Entidades no Regime Geral (art. 100 da Constituição Federal): 337;
- Entes no Regime Especial (art. 101 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias): 261;
- Entes públicos (total): 598;
- Despachos e Decisões proferidas: 23.905;
- Sequestros/Bloqueios pelo SISBAJUD: 1.404;
- Recursos sequestrados/bloqueados pelo SISBAJUD: R\$120.381.529,34;
- Recursos espontaneamente depositados: R\$1.166.736.507,42;
- Recursos recebidos para pagamento de precatórios: R\$1.287.118.036,76.

- Pagamento de Precatórios, em atendimento aos beneficiários dos créditos (Regime Geral e Especial de precatórios, respectivamente, art. 100 da Constituição Federal e art. 101 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias). Resultados alcançados:

- Precatórios pagos na cronologia – quantitativo: 6.042;
- Precatórios pagos na cronologia – valor: R\$630.746.974;
- Precatórios pagos por editais de acordos – quantitativo: 3.406;
- Precatórios pagos por editais de acordos – valor: R\$468.344.963;
- Precatórios pagos em 2021 – quantitativo: 9.448;
- Precatórios pagos em 2021 - valor: R\$1.099.091.937;

- Beneficiários alcançados pelos pagamentos: 6.668.

SEI - SISTEMA ELETRÔNICO DE INFORMAÇÕES

Listadas estão as principais atividades relacionadas ao Sistema Eletrônico de Informações – SEI no âmbito do TJMG, conforme informações fornecidas pela Coordenadoria do Sistema de Informações e de Processos de Trabalho – COSIP.

- Peticionamento Eletrônico Intercorrente – expedição de ofício precatório de forma eletrônica pelo SEI (janeiro). Foi viabilizado o recebimento das solicitações de encaminhamento de ofícios precatórios que estavam suspensos devido à pandemia, proporcionando celeridade, aprimoramento no processo de trabalho, padronização e controle cronológico. Total de 10.556 processos gerados.

- Disponibilização da reclamação de assédio moral pelo SEI (fevereiro) – formalização da estrutura do processo de trabalho. Centralização do recebimento e análise dos processos, assegurando sigilo ao procedimento. Total de 10 processos gerados.

- Painel Operador – ferramenta que possibilita a atermação/registro de manifestações pelas unidades gestoras do Canal (março). Total de 528 registros.

- Ajustes e alterações no fluxo do formulário digital de Restituição de Custas Judiciais (abril). Melhorias na identificação de guias que possuem ou não vinculação com processo judicial. Automatização da distribuição dos processos para recebimento nas Contadorias ou Direções do Foro.

- Formulário digital para cidadãos solicitarem informações a respeito dos dados pessoais tratados no TJMG integrado ao SEI (maio). Em atendimento à LGPD, o formulário é utilizado de forma exclusiva, por meio do Canal Fale com TJMG, para o fornecimento de informações referentes ao tratamento de dados pessoais. Total de 38 processos gerados.

- Ferramenta de inventariado de dados LGPD (maio) – plataforma parametrizada e preparada para preenchimento das unidades do TJMG. Propicia o mapeamento dos processos e subprocessos de trabalho. Total de uma área mapeada (piloto).

- Ferramenta de controle de produção do Projeto Virtualização (junho) – captação dos registros das atividades realizadas em todas as etapas dos processos, auxiliando na definição de indicadores de controle da produção e no acompanhamento dos dados por meio do Painel *Qlik Sense*.

- Cartilha de conduta e boas práticas do setor de transporte (julho) – divulgação das boas práticas e dos procedimentos a serem observados no exercício de atividades relacionadas aos serviços de transporte deste Tribunal.

- Modernização e aprimoramento da COTRANS – Boletim Eletrônico (agosto). Ferramenta que substituiu o uso do Boletim Manual. Com o objetivo de auxiliar a gestão dos agentes (motoristas) e da efetivação das viagens requisitadas, a ferramenta eletrônica é utilizada para finalização das requisições e melhor controle de viagens por meio de *dashboards* personalizados. Total de 14.659 boletins registrados.

- Implantação da versão 4.0 e demais módulos do SEI (agosto). Além das novas funcionalidades, a versão 4.0 oferece ferramentas que auxiliam na gestão da área e no controle de prazos.

- Aprimoramento e modernização dos processos da Coordenação de Recrutamento, Seleção e Acompanhamento de Estagiários (setembro). Na fase II foram desenvolvidos novos fluxos e criados processos e formulários com objetivo de melhorar, aperfeiçoar e de propiciar a gestão dos processos do setor.

- Aperfeiçoamento do Canal Fale com TJMG (setembro). Melhorias nos formulários do Canal almejando propiciar maior compreensão do cidadão, evitando-se erros e registros indevidos, e facilitar a distribuição dos processos pelas unidades.

- Implantação do módulo de Consulta de Precedentes (novembro) – ferramenta que possibilita a pesquisa de informações produzidas no SEI por unidades específicas. O módulo busca promover a uniformização interna e a padronização dos trabalhos.

- Peticionamento Eletrônico Intercorrente – ajuste no fluxo dos processos PAD – Processo Administrativo Disciplinar (dezembro). Aperfeiçoamento no fluxo dos processos disciplinares às unidades do interior. Elaboração de cartilhas para orientação dos advogados sobre a correta inclusão de defesas e recursos no SEI.

- Guia Rápido do SEI (dezembro). Ferramenta de consulta rápida e ágil que contém o passo a passo das funcionalidades mais acessadas e consideradas mais complexas pelos usuários.

- Formulário de Pesquisa Diagnóstica *Home Office* (dezembro). O formulário visa compreender os impactos da adoção do *home office* neste Tribunal, avaliar a eficiência desse regime e, com isso, subsidiar o aprimoramento da Resolução TJMG nº 973/2021, que trata do teletrabalho. Total de 938 formulários preenchidos.



Documento assinado eletronicamente por **Carlos Eduardo Camarota, Assessor(a) Técnico(a)**, em 26/04/2022, às 11:47, conforme art. 1º, § 2º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **João Victor Silveira Rezende, Diretor(a) Executivo(a)**, em 26/04/2022, às 11:59, conforme art. 1º, § 2º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <https://sei.tjmg.jus.br/autenticidade> informando o código verificador **8760496** e o código CRC **78E93FCF**.